

# Revista Hominum

ISSN 2316-4808

**Vol. 03 – Edição nº 15 – Julho/2014**

ISSN  
2316-4808



Edição Nº 15  
JUL/2014

# Revista Hominum

---

Revista Semestral de História

## **Editora Chefe**

Esp. Cintia Rufino Franco Shintate (PUCSP)

## **Conselho Editorial**

Dra. Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro (UFF)

Dr. José Luiz Goldfarb (PUC/SP)

Dr. Pedro Ernesto Fagundes (UFES)

Daniel Gomes (UNIFOR)

Mestrando Guilherme Ignácio Franco de Andrade (UNIOESTE)

## **Conselho Científico**

Esp. Cintia Rufino Franco Shintate (PUCSP)

Mestrando Guilherme Ignácio Franco de Andrade (UNIOESTE)

Mestre André Luiz Rodrigues de Rossi Mattos

Mestre Márcio Moraes (UFRPE)

Doutorando Felipe Azevedo Cazetta (UFF)

Dra. Renata Duarte Simões (USP)

Mestranda Carla Adriana Menegotto (UFABC)

Ms. Diana Milena Heck (UEM/UNIOESTE)



## EDITORIAL

A Revista Hominum possui, nesta edição, artigos que privilegiam temas relacionados a História e ao Esporte. O esporte é uma das mais importantes manifestações culturais dos últimos séculos. Possuindo sua configuração articulada com outras dimensões sociais, econômicas e políticas, sendo importante ferramenta nos processos de construção de identidade, de classe, de gênero, de etnia, de nação.

Durante o percurso da História podemos compreender o esporte como algo muito mais complexo que apenas uma prática esportiva. O esporte foi também utilizado como forma de controle social, como eixo de rivalidades nacionais e como projetos de desenvolvimento nacionais. Podemos também salientar a Copa do Mundo e as Olimpíadas durante os períodos ditatoriais e da Guerra Fria, como eventos que foram utilizados como demonstrações de forças e desenvolvimento pelas potências militares.

Esta edição também contemplará artigos que procuram reconstruir e contar o surgimento de cada esporte específico, que trabalha com as lendas e personagens que fizeram história dentro do esporte. A revista propõe uma troca de experiências entre os pesquisadores que trabalham com a temática do esporte na História, mas também é composta por textos que trabalham e

ISSN  
2316-4808



Edição Nº 15  
JUL/2014

discutem a historiografia, as fontes e as questões didáticas e teórico-metodológicas de sua área específica.

Da mesma forma, em seu interior, possui artigos que contemplam não apenas a temática do dossiê, mas outros temas e tempos históricos.

*Mestrando Guilherme Ignácio Franco de Andrade (UNIOESTE)*

*Cintia Rufino Franco Shintate (Editora Chefe da Revista Hominium)*

ISSN  
2316-4808



Edição Nº 15  
JUL/2014

# Dossiê História e Esporte



## As mulheres nas práticas equestres em Porto Alegre/RS

*Ester Liberato Pereira\**

*Janice Zarpellon Mazo \*\**

**Resumo:** O hipismo, associado a mais de um grupo cultural de origem europeia em Porto Alegre, propunha uma nova expectativa à participação social das mulheres das elites econômicas, compondo parte de sua educação. Este estudo tem, por objetivo, registrar a presença das mulheres no contexto das práticas equestres em Porto Alegre, na primeira metade do século XX, identificando os espaços ocupados por elas. Para a realização desta pesquisa histórica, utilizaram-se fontes como a Revista do Globo e os jornais “Correio do Povo”, “Diário de Notícias” e “A Federação”. As fontes revelaram que, nos hipódromos, a presença das mulheres restringia-se à assistência e ao embelezamento do espetáculo, atuando de forma elegante no acompanhamento dos pais ou maridos. Já nas hípicas, havia uma significativa participação das mulheres nas disputas a cavalo. Neste processo, as mulheres foram de espectadoras, no turfe, a praticantes, no salto. Tais evidências remetem à apreciação da conjuntura sociocultural e político-econômico porto-alegrense que amparou tais práticas equestres, cada qual designando, à mulher, distintas possibilidades de atuação. Tais representações arquitetadas pelas fontes podem derivar dos distintos primórdios históricos e culturais do turfe e do hipismo.

**Palavras-chave:** História do Esporte. Hipismo. Turfe. Polo equestre. Mulheres.

### Introdução

O presente estudo trata de práticas culturais que estão relacionadas com a configuração do cenário sociocultural de Porto Alegre, bem como, do estado do Rio Grande do Sul: as práticas equestres e, dentre estas, em especial, o hipismo. Desde as primeiras manifestações do fenômeno do associativismo esportivo em Porto Alegre, por volta da segunda metade do século XIX, já ocorriam, na cidade, práticas esportivas que abarcavam a participação do cavalo, como as corridas de cavalos, conhecidas como “carreiras em cancha reta”, e o turfe, corridas de cavalos em pista circular/elíptica. Novas práticas equestres emergem nos quartéis no início do século XX: polo equestre, volteio, caça à raposa e hipismo (PEREIRA, 2012).

Neste cenário esportivo, dominavam os homens, tanto na prática quanto na condição de espectadores das disputas. Contudo, isto não significa que as mulheres não estavam presentes nas práticas equestres em Porto Alegre, apesar de não se ter muitas



informações sobre a situação delas neste cenário. Diante disso, este estudo tem, por objetivo, registrar a presença das mulheres no contexto das práticas equestres em Porto Alegre, na primeira metade do século XX, identificando os espaços ocupados por elas.

Esta pesquisa histórica buscou contemplar o objetivo proposto utilizando, como apoio teórico-metodológico, a História Cultural (BURKE, 2005), tendo em vista que tal abordagem pressupõe que a realidade social é culturalmente construída. Ainda cabe ressaltar que, embora o estudo privilegie o enfoque sobre as mulheres nas práticas equestres, a operacionalização da categoria “gênero” não foi aqui desenvolvida por não tratar-se da questão central desta pesquisa. Entretanto, busca-se identificar como sucedeu a participação das mulheres nas práticas equestres na capital do Rio Grande do Sul como um sinal de um movimento direcionado à característica de igualdade de oportunidades para competir e de condições de competição, inerente ao esporte moderno, segundo Guttmann (1978).

A fim de trilhar os caminhos da pesquisa, foram coletadas informações nos jornais de ampla circulação na época: “Correio do Povo”, “Diário de Notícias” e “A Federação”; além desses, foi consultado o Catálogo da Revista do Globo (MAZO, 2004). Tais fontes foram analisadas, conforme procedimentos de Pimentel (2001). A opção por este *corpus* documental se dá em função das suas distintas posições perante a sociedade porto-alegrense, identificada por meio da pesquisa bibliográfica. Também foi realizada uma revisão bibliográfica em livros, monografias, dissertações, tese e artigos.

A presente pesquisa visa a contribuir para ampliar os estudos sobre as práticas equestres e, deste modo, conservar sua memória no panorama esportivo regional e nacional.

### **O espaço turfístico como uma possibilidade de participação social das mulheres**

O perfil dos bairros centrais da cidade de Porto Alegre, no final dos anos 1930, sofreu mudanças por meio da produção de energia e da chegada dos bondes elétricos, dos serviços de água e esgoto (JÁ EDITORES, 1997). Relacionado a este processo, há o



desenvolvimento de uma demanda não somente de cultura física dos homens e das mulheres, como também de diferentes atividades e formas de apresentação corporal características da cidadania que é estabelecida em uma cidade de grande porte (SCHPUN, 1999). Neste momento, a diferença entre os gêneros, ou seja, a experiência essencialmente distinta de homens e mulheres passou a constituir o apelo mais recorrente à exibição pública.

A “nova mulher” (GOELLNER, 2009, p. 277), expunha-se, simultaneamente, como uma figura inovadora e, ao mesmo tempo, era ressaltada como alguém que desestabilizava a imagem da mulher lírica direcionada para a família, a decência e a reputação. A prática esportiva, o cuidado com a aparência, a alteração de costumes, a utilização de artifícios estéticos e o desnudamento do corpo atribuíam a esta representação novos contornos, exteriorizando, como aceitáveis, diferentes vivências que não somente aquelas apreciadas como intrínsecas à sua “natureza”.

Especificamente ao aspecto controverso do início de um desnudar do corpo das mulheres, proporcionado pela prática esportiva, naquele momento, percebe-se que a prática equestre do hipismo caminha na contramão de tal tendência. Isto porque a vestimenta adequada para a sua prática era composta pelo culote, isto é, a calça comprida específica para montar a cavalo, botas de cano comprido, características para conferir proteção às pernas durante a equitação e o tórax coberto por camisa ou casaco (SOARES, 2011). Apenas o rosto, as mãos e, no máximo, os membros superiores das mulheres eram deixados à mostra durante o montar a cavalo. Este pode constituir mais um motivo para que a prática da equitação não encontrasse resistência em já compor parte das atividades de instrução das mulheres, em especial daquelas pertencentes às camadas ligadas às elites econômicas.

Foi na década de 1940 que a influência do modo de vida norte-americano se acentuou sobre a população porto-alegrense, especialmente por meio do cinema (JÁ EDITORES, 1997). Soares (2001) afirma que o pensamento da sociedade com relação às mulheres não apresentou significativas variações, apesar do fato de que a Segunda Guerra Mundial havia obrigado as mulheres a trabalhar fora do ambiente doméstico





para ajudar nas despesas ou substituir o marido/pai/irmão na força de trabalho, caso tivessem ido lutar na Força Expedicionária Brasileira (FEB). Isto permitiu que fossem, gradativamente, conquistando lugares ocupados pelos homens não somente na indústria, mas em outros setores.

A imprensa, de forma geral, costumava estar intimamente relacionada ao cotidiano turfístico. Seu papel foi de extrema importância, divulgando o esporte e atraindo a população porto-alegrense para assistir às corridas de cavalos (PEREIRA, 2008). Estas eram noticiadas por meio dos jornais e do rádio, sendo a divulgação uma maneira das sociedades turfísticas gerarem maior quantidade de apostas e, como consequência, aumentar o ganho financeiro dos responsáveis pela organização das corridas (BENTO, 2002).

Ainda com relação à imprensa, tem-se que as corridas de cavalos eram noticiadas periodicamente pela imprensa escrita. Alguns jornais da época que destinavam espaço ao turfe eram: Correio do Povo; A Voz do Turfe; Folha da Tarde; Jornal do Commercio; Gazeta da Tarde; A Reforma; A Federação; A República; O Mercantil; Gazeta do Povo; A Nação. Dentre estas, destaca-se a publicação denominada A Voz do Turfe, revista especializada em turfe, editada em Porto Alegre, na primeira metade do século XX, que fornecia informações sobre as corridas de cavalos semanais realizadas no Prado Moinhos de Vento. Evidencia-se, desta forma, a importância que esta prática equestre possuía na sociedade porto-alegrense.

Incluída na relação dos meios de comunicação que noticiavam o turfe, está a Revista do Globo. Nela, se denota que, nas primeiras reportagens acerca do turfe em Porto Alegre, datadas de 1929, destacam-se imagens de mulheres vestidas elegantemente, usando belos chapéus, colares, longas saias e saltos altos (NAS CORRIDAS..., 1929). Além disto, sua presença parece estar sempre condicionada à companhia de uma figura masculina, como o pai ou o marido. (GRANDE..., 1931).

Nota-se, com relação à presença das mulheres no campo esportivo brasileiro, que sempre existiram imprecisões e tensões (MELO, 2007). Muitas vezes, no passado, e ainda no presente, as condições de acesso e participação das mulheres neste campo, se



comparadas às dos homens, não foram e não são iguais. Ao analisar como se processou tal aspecto no cotidiano das corridas de cavalos, tem-se que esta prática proporcionou a possibilidade de uma participação social das mulheres mais expressiva em cidades brasileiras no século XIX, principalmente naquelas de maior porte.

Aproximadamente na época em que o turfe atingiu seu período áureo em Porto Alegre, na década de 1890, ocorreu a consolidação do principal e mais importante hipódromo da cidade – o Hipódromo Independência – tornando-se o espaço preferencial da elite porto-alegrense, mobilizando, inclusive, as mulheres (BISSÓN, 2008). Desde seus primórdios, o turfe porto-alegrense, em razão de sua origem aristocrática patriarcalista rural luso-brasileira, limitava a participação das mulheres à assistência. Também ratificando o aspecto familiar que circundava este hipódromo, e enfatizando a presença dos homens, registra-se um trecho de uma reportagem que destaca o fato de que seu pavilhão “regurgita nas tardes de domingo, de excelentíssimas famílias e cavalheiros que passam ali horas agradáveis e divertidas” (A PROTETORA..., 1933, p. 45).

Nas primeiras décadas do século XX, com o processo de modernidade em voga em Porto Alegre, ainda podia-se testemunhar a presença das mulheres como espectadoras nos hipódromos. Neste período, a natureza da mulher continuou sendo frequentemente identificada como muito frágil, defendendo a ideia de que a função da mulher no conjunto das práticas esportivas corresponderia, predominantemente, à assistência. Tratadas por adjetivos como “lindas”, em uma reportagem de 1936 (JOCKEY-CLUB..., 1936), também já passam a ser consideradas “aficionadas” por uma prática equestre em que representavam não mais do que parte da assistência, apesar de constituírem um grande número desta. De acordo com Rozano e Fonseca (2005), mostravam-se interessadas pelos prognósticos para as corridas. Em seu estudo, Adelman e Moraes (2008) argumentam que a participação das mulheres é dificultada até os dias atuais no meio turfístico, o qual ainda é dominado por relações de homosociabilidade, no qual as joquetas, mulheres esportistas que conduzem os cavalos



nas corridas, advindas de um ambiente popular ou operário, necessitam empreender uma intensa luta para conquistar uma oportunidade de atuação.

### **Nas hípcas, as amazonas desafiam a concepção de fragilidade das mulheres**

Lembra Melo (2007) que até meados do século XIX, não era permitida às mulheres uma movimentação significativa além do seu ambiente familiar e doméstico, principalmente quando se tratava daquelas que pertenciam às elites. O turfe passava a ser um dos primeiros locais de circulação e exibição destas mulheres, apesar da constante companhia e vigilância por parte dos familiares homens e da mera função a elas designada e restrita da assistência e da elegância dos ambientes turfísticos. O turfe, neste momento, é considerado o “esporte da moda” (TURF, 1916, p. 14).

Apesar do processo de desenvolvimento cultural, econômico, social e político de Porto Alegre, percebe-se que a essência da imagem das mulheres representada pela Revista do Globo não foi significativamente alterada na segunda metade da década de 1960, quando a revista encerrou suas atividades, daquela construída nas primeiras edições no princípio da década de 1930. No final da década de 1940, observa-se o que já se poderia considerar uma conquista para as mulheres frequentadoras dos hipódromos: elas passam a estudar os prognósticos das disputas e algumas já se convertem em apostadoras (G.P. BENTO..., 1949).

Outro aspecto que merece destaque é a variação da moda acompanhando a mudança do Hipódromo Independência, localizado, inicialmente, no Bairro Moinhos de Vento, para o Bairro Cristal. Neste local, foi inaugurado um hipódromo de distinta arquitetura moderna, constituindo, na época, o maior da América do Sul (SOUZA, 1959). A partir disto, percebe-se a crítica nas páginas da Revista do Globo acerca da mudança no visual das mulheres: cada vez se usavam menos chapéus, ameaçando a elegância dos anos anteriores, apesar dos toaletes e joias utilizadas (CARNEIRO, 1965). Tal fato pode denotar certa resistência em mudar, inovar em um contexto com suas origens tão fortemente arraigadas ao rural. Dalmáz (2002) alertou para o fato de que a



Revista do Globo apresentava um estimulante tom opinativo em seu conjunto de artigos, aliando-se sempre à política da situação.

A cidade rumava do rural para o urbano, o moderno. Todavia, os hábitos patriarcais típicos da aristocracia rural luso-brasileira associada ao turfe porto-alegrense, pareciam tentar resistir ao avanço do tempo, encontrando, nesta prática equestre, um dos últimos resquícios predominantes desta forma de organização social em que o homem representa o sexo forte e a mulher, a fragilidade. A proteção significativa sobre as mulheres primava pelo conceito do valor e da graça a elas associado (GUTTMANN, 1978). Deste entendimento, decorrem as identidades de gênero hegemonicamente aceitáveis do homem como um jóquei – forte e dominador de um animal -, como apostador, proprietário de cavalos e treinador – detentor do saber – e da mulher como acompanhante embelezadora – frágil e submissa.

Desafiando a concepção hegemônica de fragilidade das mulheres, vigente na época, aquelas praticantes de hipismo, como o próprio nome sugere, amazonas, conforme Adelman (2006, p. 16), “exercitavam sua competência em atividades cujos riscos e desafios supostamente descaracterizariam um sujeito feminino”. O termo amazona, conforme Guttman (1978), originalmente, costumava, ainda na época da escritura de seu texto, ser utilizado de forma pejorativa para referir-se à mulher atleta, representando a ideia de que o desenvolvimento físico das mesmas ia de encontro com as virtudes de feminilidade e delicadeza do período. Por meio de cuidados com o corpo, com a beleza e com a indumentária, as mulheres esportistas não deixavam de produzir e reproduzir normas vinculadas à construção do sujeito “mulher”.

A prática esportiva, nos primeiros anos do século XX, necessita ser considerada como um ambiente significativo de exercícios de sociabilidade das mulheres, um espaço que tornou aparente o comparecimento delas não exclusivamente como plateia ou coadjuvantes de uma aparição; contudo, basicamente, como sua figura central (GOELLNER, 2009). Apesar do discurso da maternidade saudável e do refinamento da raça ser marcadamente produzido e citado, não foi somente em seu favor que a prática esportiva era aconselhada para as mulheres. O esporte sinalizava um novo período



diante do qual o antiquado confinamento das mulheres no interior do ambiente particular representava ausência de civilização e de cultura.

No início dos anos de 1930, em reportagem datada de 1932, a Revista apresentava variadas imagens de mulheres participando sobre seus cavalos de uma festa hípica dominical realizada na extinta Sociedade Hípica Rio-Grandense, no Campo da Redenção (FESTA..., 1932; ABERTURA..., 1931). Nas décadas seguintes, outras matérias sobre o turfe e o hipismo foram ilustradas pelas mulheres exibindo sua marcante presença e apontando a conquista de visibilidade no campo esportivo. Uma jovem amazona porto-alegrense, Bety Belmonte, é tratada como promessa desta prática esportiva no Estado em 1965 (OSÓRIO, 1965).

No Rio Grande do Sul, o ato de montar a cavalo era um atributo exclusivamente reservado aos homens, por estes possuírem uma lida diária com o cavalo – instrumento de guerra e de trabalho. As mulheres, inicialmente, utilizaram o cavalo por meio de charretes ou carroças. Tais fatos sugerem, portanto, que a prática do hipismo carrega a longa tradição singular, em meio a todos os esportes olímpicos, de ser a única na qual homens e mulheres competem entre si com igualdade (ROJO, 2007b). Desta forma, constitui um espaço acessível, pelo menos formalmente, a ambos os sexos (ROJO, 2007a). Tal atributo revela a apreensão de que, sobre o cavalo, homens e mulheres possuem condições iguais de competir, independentemente de diferenças físicas, tais como a força muscular, por exemplo, as quais poderiam favorecer um ou outro. Ao invés disto, a técnica e a sensibilidade para atuar em conjunto com o animal é que seriam determinantes para o bom desempenho nesta prática. Em 1951, vitórias de amazonas em competições entre mulheres e homens eram registradas pela Revista do Globo, como a da senhora Dóris Coelho de Souza (UMA TARDE..., 1951).

Porém, esta característica de abertura a homens e mulheres nas competições hípcas pode ser devida a uma possível dupla origem desta prática esportiva equestre. O hipismo, além de apresentar seus primórdios no contexto das práticas militares associadas à cavalaria, também encontra a sua origem nas atividades aristocráticas europeias, como as caçadas e demais práticas de lazer das famílias nobres, das quais



eram adeptos homens e mulheres (ROJO, 2007b). A este respeito, a prática do tênis, como nos apresenta Guttman (1978), também era permitida às mulheres desde seus primórdios na Inglaterra, apesar de, ao contrário do hipismo, existirem competições separadas para homens e mulheres. Além da origem aristocrática, ambas as práticas esportivas também se aproximam, possivelmente, pela classe nitidamente ser mais importante do que o sexo quando se tratava de um de seus praticantes.

A identificação do caráter aristocrático das práticas equestres permite uma aproximação entre ambas, turfe e hipismo: suas tribunas oficiais sempre contavam com a presença de autoridades e representantes da alta sociedade. Reportagens tratando do comparecimento do Presidente do Estado – governador – nas festas hípicas e de competições destinadas a homenagear prefeitos ilustram e evidenciam este aspecto (QUINZENA..., 1939).

Outro fato relevante é o de que as matérias acerca do hipismo, na Revista do Globo, trazem sobrenomes de distintas etnias europeias, dentre os quais se destacam a portuguesa e a alemã. Com relação a este aspecto, no associativismo esportivo porto-alegrense, contrastava o sedentarismo da herança cultural lusitana com a atitude inovadora dos teuto-brasileiros praticantes de esportes, importante indício que auxilia a compreender a caracterização do hipismo em função de uma relação com estes grupos étnicos.

Os teuto-brasileiros foram fundadores de associações esportivas, em Porto Alegre, que abarcavam inúmeras práticas - como a ginástica, o remo, o tiro, entre outras (MAZO, 2003) - e incentivadores de uma participação mais ativa nos esportes. Em função disto, provavelmente, podem ter influenciado as mulheres de forma mais proeminente a arriscar os primeiros saltos a cavalo na cidade.

A presença participativa das amazonas é sempre realçada nas reportagens acerca dos festivais hípicos em Porto Alegre pela Revista do Globo, a qual destaca que as mulheres “dirigiam com habilidade suas montadas” (QUINZENA..., 1939, p. 48). Esta afirmação revela uma postura fundamentalmente oposta ao tratar da participação das mulheres entre o turfe e o hipismo: se uma mulher era hábil sobre um cavalo que salta,





por que não poderia o ser sobre um cavalo que galopa velozmente? Uma possível explicação para isso são as distintas características entre ambas as práticas: uma poderia oferecer mais riscos que outra. Ainda cabe referir outra distinção entre o turfe e o hipismo: enquanto o primeiro representa um trabalho, uma forma de subsistência para quem o pratica (jóqueis), conforme declaram Adelman e Moraes (2008), o segundo está mais fortemente relacionado aos momentos de lazer das elites. O hipismo apresenta-se, de acordo com Adelman (2006), como um campo esportivo em que suas práticas esportivas e corporais proporcionam espaços de transgressão.

De acordo com Goellner (2009), uma das maneiras de aumentar a aparição pública de mulheres praticantes de esportes foi a organização, em determinados núcleos urbanos do Brasil, de competições esportivas destinadas apenas para esportistas mulheres. Alguns exemplos: Jogos Femininos do Estado de São Paulo, instituídos em 1935; Jogos da Primavera, ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, em 1949; Jogos Abertos Femininos em Porto Alegre, instituídos por Túlio de Rose, que ocorreram desde o ano de 1954 até meados da década de 1960. Nesta competição, fazia-se presente a prática do hipismo, como registrado pela amazona de Porto Alegre, Ilka Kruehl, no livro comemorativo aos 70 anos da Sociedade Hípica Porto Alegrense, onde afirma que “[...] o esforço era grande para viabilizar os torneios, como os Jogos Abertos Femininos, do qual participei como adestradora” (KRUEHL, 2009, p. 8). Depreende-se que, apesar da criação de tais jogos específicos para as mulheres, algumas dificuldades ainda pareciam existir para que os mesmos fossem viabilizados.

### **A restrição da prática do polo equestre às mulheres: por quê?**

Além destas competições, conforme Goellner (2009), várias outras contavam com partícipes mulheres, inclusive em práticas raramente aprovadas para a participação de atletas, como, por exemplo, futebol, lutas e corridas de longa distância. Tal diversificação não foi acolhida de forma consensual por todos os departamentos da sociedade brasileira, até mesmo aqueles relacionados à gestão da prática esportiva.



Conseqüentemente, tais contestações, existentes por volta da presença das mulheres abertas nas várias práticas esportivas, culminaram com a preparação de uma legislação, a qual balizou sua participação em algumas práticas avaliadas como “violentas para a natureza” (GOELLNER, 2009, p. 278). Por exemplo, em 1941, o Conselho Nacional de Desportos constituiu o Decreto-lei nº 3.199, tido como o documento inicial a delimitar a ordenação esportiva brasileira (BRASIL, 1941). O seu conteúdo, constituído sob o apoio do governo do Estado Novo, anunciava a aspiração institucional de disciplinar o campo esportivo, oficializando a interdição às mulheres de várias práticas esportivas consideradas violentas e não adaptáveis a elas, tais como: lutas, corridas de longa distância, polo aquático, rúgbi, futebol e polo equestre, uma prática equestre vigente desde a década de 1920, na Escolta Presidencial da Brigada Militar e na Sociedade Hípica Rio Grandense (O ANIVERSÁRIO..., 1929, p.3; SOCIEDADE..., 1929, p. 44).

A prática do polo equestre foi proibida para as mulheres em função do significativo esforço físico e coordenação exigidos do cavaleiro, o qual, além de montar e conduzir seu cavalo, deve manusear um taco com o intuito de lançar a bola por entre as demarcações do gol. Por parte dos cavalos, chegam a ser necessários seis animais por jogador por partida (um cavalo para cada tempo de jogo), tamanho é o condicionamento físico exigido dos mesmos.

O discurso da fragilidade das mulheres estava presente no referido Decreto-lei e em diversos documentos que foram produzidos no período. Este discurso, o qual valorizava a representação da mulher progenitora frágil e terna, acabaria por ser contrariado caso a mesma praticasse o polo equestre. O empenho físico, a transpiração exagerada, os jogos, as emoções intensas, a musculatura delineada, a competitividade aceita, a liberdade de movimentos e os gestos corporais espetacularizados, práticas triviais à natureza da cultura física, quando relacionados à mulher, despertavam suspeitas porque sugeriam a diminuição de certas fronteiras que cercavam uma representação ideal de ser mulher. Propunha, ainda, no contexto esportivo em geral, desestabilizar um terreno cunhado e cultivado sob a posse dos homens, cuja





justificativa, assentada na biologia do corpo e do sexo, precisaria atestar o domínio deles em relação a elas (GOELLNER, 2009).

Cabe uma importante observação: a existência oficial de tais advertências não significa dizer que todas as mulheres abandonaram as práticas esportivas contraindicadas para seu sexo. Elas não as praticaram “oficialmente”. Os esportes, conforme Goellner (2009), desde o início do século XX, atraíam e desafiavam muitas mulheres que, indiferentes às convenções éticas e sociais, aderiram à sua prática independentemente do discurso da interdição que seguiu, oficialmente, até a metade dos anos 1970.

Para o campo esportivo, o discurso da assepsia, vigente em muitos documentos oficiais, deve ser considerado com parcimônia, já que, repetidamente, procurava-se, nos argumentos de cunho biológico, a justificativa para a eliminação ou, ainda, para a restrição da participação das mulheres em determinadas práticas esportivas (GOELLNER, 2009). O Decreto-lei nº 3.199, na década de 1940, exemplifica tal fato, na medida em que constituiu o impedimento da prática de certos esportes por avaliá-los como violentos à natureza das mulheres. Curiosamente, neste mesmo documento, observa-se que não há qualquer suspensão feita aos homens, ainda que determinadas práticas esportivas fossem consideradas muito violentas.

Tal situação remete-nos a pensar no porquê da restrição da prática do polo equestre às mulheres, naquele período, e, concomitantemente, a permissão para que praticassem o salto do hipismo. Trata-se de duas práticas equestres identificadas com a elite econômica, além de ambas envolverem o ato de montar a cavalo em posições e posturas muito similares e em tipos de animais semelhantes; em geral, exemplares da raça puro-sangue inglês. O que poderia ter sido alegado como prejudicial e violento às mulheres, no período de sua proibição, é a particularidade do polo que exige um maior esforço físico, em função do ritmo de jogo pela disputa da bola. Além disto, a complexidade motora requerida para, simultaneamente, montar, conduzir o cavalo, manusear o taco e taquear a bola com precisão na direção do gol adversário, pode também ter contribuído para a construção de uma representação mais masculinizada de



gestos motores mais brutos e enérgicos. Também poderia haver a crença de que as mulheres não possuiriam habilidade e coordenação motoras suficientes para tal ou, ainda, não se pretendia oportunizar uma chance para que descobrissem que as tinham.

### **Considerações Finais**

O presente estudo objetivou registrar a presença das mulheres no contexto das práticas equestres em Porto Alegre, na primeira metade do século XX, por meio de fontes impressas, tais como revista e jornais, a partir das quais puderam ser tecidas as seguintes considerações finais.

A despeito da representação maternal e bela da mulher desvelar uma ambição lançada e apregoada pelo imaginário social de um país que identificava, na mulher, um elemento importante para a sua modernização, na primeira metade do século XX, era somente por meio da participação das mulheres em diferentes espaços sociais que elas seriam capazes de apropriar-se valores tais como graça, viço, disposição, ousadia, tenacidade, asseio, prudência e dedicação. Assim, nas primeiras décadas do século XX, apesar do processo de modernidade em voga em Porto Alegre, ainda podia-se assistir à presença das mulheres como espectadoras nos hipódromos. Neste momento, a natureza da mulher permaneceu sendo repetidamente identificada como muito delicada, defendendo a ideia de que a função da mulher, no conjunto das práticas esportivas, corresponderia, predominantemente, à assistência.

Por outro lado, desafiando a compreensão hegemônica de fragilidade das mulheres, vigorante no período, aquelas praticantes de hipismo, como a própria denominação indica, amazonas, praticavam sua aptidão em atividades cujos riscos e desafios supostamente descaracterizariam um sujeito feminino. Porém, por meio de cuidados com o corpo, com a beleza e com os trajes, as mulheres atletas não abandonavam a produção e a reprodução de preceitos acoplados à constituição do sujeito “mulher”.



Para além das competições equestres, várias outras contavam com participantes mulheres, até mesmo em práticas raramente admitidas para a participação de esportistas, como, por exemplo, futebol, lutas e corridas de longa distância. Contudo, a prática equestre do polo também sofreu com tal restrição, inclusive por meio de um decreto-lei. Tal situação remete-nos a pensar no porquê da restrição de algumas práticas equestres às mulheres (turfe, polo equestre), naquele período, e, concomitantemente, a permissão para que praticassem outras (hipismo). Tal fato pode derivar dos distintos primórdios históricos e culturais de cada uma destas práticas, bem como das distintas características entre elas: uma poderia oferecer mais riscos que outra.

Se, nos primórdios de uma narrativa das práticas equestres em Porto Alegre, a participação das mulheres limitava-se, predominantemente, à assistência e ao acompanhamento de seus esposos e familiares, como nas carreiras de cancha reta e no turfe, na contemporaneidade, ela é imensamente mais vasta e diferenciada. As mulheres deixaram de ocupar exclusivamente o ambiente de plateia para se tornarem, igualmente, praticantes de hipismo (adestramento, concurso completo de equitação, salto, paraequestre, enduro, rédeas, atrelagem e volteio), polo equestre, turfe, práticas campeiras (tiros de laço, provas funcionais do Freio de Ouro), entre outras. Ao adentrar o universo de tais práticas, observa-se que, para além de atletas, as mulheres também passaram a ocupar as funções de técnicas, gestoras, árbitras, comentadoras, além de médicas veterinárias de equinos, tratadoras, domadoras e treinadoras de cavalos.

#### **Notas:**

(\*) Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH) da Escola de Educação Física (ESEF) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). [ester\\_lp@yahoo.com.br](mailto:ester_lp@yahoo.com.br)

(\*\*) Professora associada da ESEF da UFRGS, onde atua no curso de Licenciatura em Educação Física e no PPGCMH. [janmazo@terra.com.br](mailto:janmazo@terra.com.br)



### Referências Bibliográficas

ABERTURA de temporada do corrente anno. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 16/06/1931, Seção Vida Desportiva. Hippiismo. Sociedade Hippica Rio-Grandense, p. 2.

ADELMAN, Miriam. Mulheres no Esporte: Corporalidades e Subjetividades. *Movimento*. Porto Alegre, v.12, n.01, p.11-29, jan./abr., 2006. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2889/1525>>. Acesso em: 17/01/2011.

ADELMAN, Miriam; MORAES, Fernanda Azeredo de. Tomando as rédeas: um estudo etnográfico da participação feminina e das relações de gênero no turfe brasileiro. *Esporte e Sociedade*. Rio de Janeiro, UFF. Ano 3, n. 9, Jul.2008/Out.2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es903.pdf>> Acesso em: 05/05/2011.

A PROTETORA do Turf. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 06/09/1933, p.5.

BENTO, Taciane Ruas. *Remanescentes do turfe na cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre; Monografia (Especialização em Pedagogias do Corpo e da Saúde), Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

BISSÓN, Carlos Augusto. *Moinhos de Vento: histórias de um bairro de elite de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura: IEL, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Desportos. *Decreto-lei n. 3199*, de 14 de abril de 1941. DOU: 16 abr. 1941. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1941. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152593>. Acesso em 16/01/2012.

BURKE, Pierre. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.



CARNEIRO, Paulo. Bento Gonçalves 65. 01/12/1965, n. 912, p. 10-14. In: MAZO, Janice. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

DALMÁZ, Mateus. *A imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933-1945)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FESTA Hípica. 02/07/1932, n. 90, p. 11. In: MAZO, Janice. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Imagens da mulher no esporte. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor. (orgs.). *História do Esporte no Brasil: do império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.269-292.

G.P. BENTO Gonçalves. 10/12/1949, n. 497, p. 50-51. In: MAZO, J. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

GRANDE Prêmio Bento Gonçalves. 21/11/1931, n. 75, p. 17. In: MAZO, J. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

GUTTMANN, Allen. *From ritual to Record: the nature of modern sports*. New York: Columbia University, 1978.

JÁ EDITORES, Equipe. *História ilustrada de Porto Alegre*. Projeto enquadrado na Lei Estadual 10.846, de estímulo à produção cultural. Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, 1997.



JOCKEY-CLUB de Pelotas. 28/03/1936, n. 179, p. 24-25. In: MAZO, J. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

KRUEL, Ilka. *Álbum 70 anos da Sociedade Hípica Porto Alegrense*. p. 08, 2009.

MAZO, Janice. *Emergência e a Expansão do Associativismo Desportivo em Porto Alegre (1867-1945): espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira*. Tese Doutorado. Faculdade de Educação Física e Ciências do Desporto, Universidade do Porto, Portugal, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18673>>. Acesso em: 07/04/2014.

\_\_\_\_\_. *Catálogo do Esporte e da Educação Física na Revista do Globo*. Porto Alegre: PUCRS, 2004 – CD-ROM.

MELO, Victor Andrade de. Mulheres em movimento: a presença feminina nos primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro (até 1910). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n.54, p.127-152, 2007b. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/263/26305410.pdf>>. Acesso em: 17/01/2011.

NAS CORRIDAS da Protectora do Turf. 20/04/1929, n. 7, p. 33. In: MAZO, J. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

O ANIVERSARIO da Escolta Presidencial. 1929, n.03, p.23. In: MAZO, Janice. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.



OSÓRIO, Luís. Hipismo também é show. 01º/07/1965, n.902, p.40-41. In: MAZO, Janice. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

PEREIRA, Ester. *A prática do turfe em Porto Alegre (1875/1910): alguns tropeços em meio a um vitorioso galope*. Porto Alegre. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Educação Física, UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. *As práticas equestres em Porto Alegre: percorrendo o processo da esportivização*. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000861427&loc=2012&l=d78f3c8f7d03f59a>>. Acesso em: 25/11/2013.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 114, p. 179-195, novembro/2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>>. Acesso em: 13/06/2011.

QUINZENA Desportiva. 16/12/1939, n. 265, p. 48. In: MAZO, Janice. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

ROJO, Luiz Fernando. Igualdade de sexo e desigualdade de gênero: relações entre homens e mulheres no hipismo. *Omertaa*. Leuven, v. 2007/2. 2007a. Disponível em [http://omertaa.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=36&Itemid=50](http://omertaa.org/index.php?option=com_content&task=view&id=36&Itemid=50). Acesso em: 01/11/2009.





\_\_\_\_\_. Relações de gênero no hipismo: um olhar comparativo entre Rio de Janeiro e Montevideú. Artigo elaborado a partir da *Exposição no curso de Antropologia*. Universidad de La República. Montevideú. 2007b. Disponível em: <[http://www.unesco.org.uy/shs/fileadmin/templates/shs/archivos/anuario2007/articulo\\_1\\_2.pdf](http://www.unesco.org.uy/shs/fileadmin/templates/shs/archivos/anuario2007/articulo_1_2.pdf)>. Acesso em: 28/10/2011.

ROZANO, Mário; FONSECA, Ricardo da. (orgs.). *História de Porto Alegre: Jockey Club*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

SCHPUN, Mônica Raisa. *Beleza em Jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: SENAC, 1999.

SOARES, Carmen Lúcia. *As roupas nas práticas corporais e esportivas: a educação do corpo entre o conforto, a elegância e a eficiência (1920-1940)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SOARES, Liziane do Espírito Santo. *Gênero e Poder na Revista do Globo*. Porto Alegre. PUCRS/Faculdade de Comunicação Social, 2001. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso).

SOCIEDADE Hippica Rio Grandense. 1929, n. 02, p.44. In: MAZO, J. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

SOUZA, Enéas de. Prado na corrida para ser o maior do mundo. 27/06/1959, n. 745, p. 18-23. In: MAZO, J. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.

TURF. *A Federação*. Porto Alegre, 01/01/1916, Caderno Sports, p. 14.



ISSN  
2316-4808



Edição Nº 15  
JUL/2014

UMA TARDE Hípica. 31/03/1951, n. 531, p. 38. In: MAZO, Janice. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, CD-ROM.



## Pra frente, Brasil!

Mirtes de Moraes\*

**Resumo:** Pensando que em 2014 a Copa do Mundo é no Brasil, o presente artigo busca acompanhar a trajetória do Manual do Zé Carioca publicado em 1974, e partir dele perceber como a identidade brasileira estava sendo tecida por uma trama discursiva que enredava personagens e situações particulares da nossa cultura, mas ao ser empreendido pela cultura americana, o Brasil acabou se tornando sinônimo de futebol apagando, por sua vez, a diversidade cultural que abarca o território brasileiro. Ainda tendo o Manual do Zé Carioca como referência o artigo procurou ampliar a discussão apontada pelo Manual para compreender posições demarcadas entre cultura popular e cultura de massa. Assim, partindo de um personagem criado pelo Walt Disney, Zé Carioca vai sendo mostrado pela cultura de massa. Mostra o Brasil ritmado, colorido, animado, mas mostra também um país das pessoas não quererem trabalhar, de levar vantagens, da impunidade... Enfim, isso na verdade acontece, porém o jeito pelo qual foi mostrado acaba reduzindo o Brasil (do Oiapoque ao Chuí) em Rio de Janeiro, Samba e Futebol. O trajeto nesse sentido seria indo na trilha do Walt Disney e no mesmo movimento explicar essas construções estereotipadas tentando dessa maneira, desconstruí-las.

**Palavras-Chave:** Futebol, Identidade Brasileira, Zé Carioca.

## Introdução

Noventa milhões em ação, pra frente Brasil do meu coração. [...] De repente é aquela corrente pra frente parece que todo o Brasil deu a mão. Todos unidos na mesma emoção, tudo é um só coração. Todos juntos vamos, pra frente Brasil, salve a seleção...

Muita gente ouviu, cantou e vibrou com a canção *Pra frente Brasil* composta por Miguel Gustavo na Copa de 1970. Quarenta e quatro anos se passaram e a vibração toma outra proporção: a sede da Copa do Mundo será em terras brasileiras. Essa vibração, porém, tem assumido posicionamentos bem diferentes, de um lado, alguns se posicionam a favor da Copa do Mundo no Brasil e de outro, contra, denunciando, entre outros fatores, o uso do dinheiro empregado na construção de estádios que dificilmente serão usados depois da Copa.



Embora as discussões contrárias à Copa no Brasil tenham tomado uma grande dimensão sendo dinamizadas por várias manifestações nacionais, vale ainda lembrar que quando se pergunta sobre a identidade do brasileiro muito se associa à resposta ao futebol, sendo traduzido como paixão nacional.

Paixão é um sentimento que escapa do controle da razão para pertencer a outro lugar, o domínio emocional. Sergio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* já havia conduzido seu olhar para o “o homem cordial” que, por sua definição, não é o homem gentil, educado, mas o homem que age pela emoção, pelo coração (palavra que vem do latim *cordis*). Desta maneira podemos estabelecer uma primeira relação (entre muitas) entre futebol e Brasil. (HOLANDA; 2010)

Antonio Cândido, intelectual e amigo de Sergio Buarque de Holanda também escreveu sobre aspectos da cultura brasileira, em “dialética da malandragem” se adaptando aos estudos de Hegel, em que na *tese* tivemos uma sociedade esquematizada por uma ordem europeia que, ao não dar um tratamento adequado aos menos desfavorecidos promoveu um estado de desordem social, podendo ser lida como *antítese*, e como *síntese*, temos uma sociedade que inventa e reinventa estratégias do cotidiano para conseguir sobreviver. Essa forma que se pode atrever a chamar de criatividade dos brasileiros traz consigo outra característica da cultura brasileira o molejo corporal. (CÂNDIDO; 1998)

Emotividade, criatividade, improvisação, molejo, drible e gingado são algumas características da cultura brasileira e também do futebol. E no que se refere ao âmbito cultural duas questões ressaltam entre esses aspectos: a cultura popular e a cultura massificada que generaliza e acaba achatando a diversidade do Brasil em ‘jeitinho brasileiro’.

E para discorrer sobre esses campos (futebol, cultura brasileira e cultura massificada) o personagem Zé Carioca foi eleito nesse artigo para pensar esses processos de construções e rupturas na identidade brasileira.

Zé Carioca é o apelido do papagaio José Carioca, criado no começo da década de 1940 pelos estúdios Walt Disney em uma turnê pela América Latina, que fazia

parte dos esforços dos Estados Unidos para reunir aliados durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Historicamente esse esforço na América Latina foi chamado de *Good Neighbor Policy* (Política da Boa Vizinhança).

Já pela própria apresentação da personagem Zé Carioca que, ao invés de ser chamado como José Carioca foi escolhido um diminutivo para o seu primeiro nome, dar apelidos, ou o uso de diminutivos é uma forte característica da cultura popular brasileira que, tem como intenção apertar os laços entre as pessoas, romper com o processo de formalidade.

Zé Carioca foi criado para o filme *Alô, Amigos* (Saludos Amigos), em 1942, produzido pela Disney e lançado no ano seguinte pelos Estados Unidos. O filme era dividido em quatro partes e mostrava a América do Sul, na qual o Zé Carioca foi apresentado ao Pato Donald na sua visita ao Brasil, mostrando ao pato ianque o que era o Brasil: a cachaça, samba e o Rio de Janeiro.

O encontro demarca de forma bastante diferenciada a relação cultural entre Brasil e Estados Unidos, o brasileiro como carismático e simpático dá um abraço conhecido no Brasil como ‘quebra costelas’ que pode ser traduzido como um forte abraço, expressão muitas vezes utilizada para romper com formalidades. E o pato, ao mesmo tempo em que se mostra ingênuo diante das peripécias artísticas do Zé Carioca, se encanta com cores e ritmos do Brasil.

Ao mostrar características da cultura popular como a cachaça, o samba e o Rio de Janeiro, a animação coloca tudo num único caldeirão e transforma em cultura de massa traduzindo e ao mesmo tempo reduzindo Brasil a Rio de Janeiro. Além de reforçar a associação entre Zé Carioca a todos os brasileiros como: divertido, festeiro, vagabundo e preguiçoso. Criando deste modo, estereótipos brasileiros para num mesmo movimento achatar a diversidade cultural, grande característica da cultura brasileira. Observa-se que os esforços americanos não se limitavam ao Brasil, assim alguns personagens foram criados para um número de países latinos como: Gauchinho Voador, representante da Argentina; o galo Panchito, representante do México



Nos quadrinhos, a personagem Zé Carioca é retratada o como o típico malandro carioca, sempre escapando dos problemas com o "jeitinho" característico, possui aversão ao trabalho e é mostrado como 'caloteiro' em que aparece sempre se metendo em dívidas e fugindo dos cobradores. Destaca como preferências a feijoada, a jaca, a cidade do Rio de Janeiro, as praias o samba e futebol.

Além da versão cinematográfica, a personagem Zé Carioca se apresenta também nos quadrinhos, mas o volume de suas histórias no Brasil não era suficiente para manter o título em banca, então a editora Abril para não cancelar a revista, passou a adaptar histórias do Mickey e do Pato Donald, com os desenhistas da editora Abril colocando Zé Carioca no lugar desses personagens. Por consequência, apareceram histórias onde Zé Carioca contracena com personagens fora do seu universo, mantido da história original, como Pateta, parceiro de Mickey. Também por conta disso, surgiram Zico e Zeca, sobrinhos do Zé, e criados para ocuparem o lugar de Huguinho, Zezinho e Luizinho. Outra consequência foram as frequentes mudanças na personalidade de Zé Carioca, que se adaptava à história original de onde era copiada.

#### **40 anos do Manual do Zé Carioca**

Dentre os Manuais Disney, distribuídos na década de 1970 pela editora Abril, ressalta-se aqui, o Manual do Zé Carioca, lançado em 1974. Em 1978, o Manual do Zé Carioca passou por uma edição revisada e atualizada e posteriormente foi relançado em 1986, pela Editora Nova Cultural.

Desde modo, o ano de 2014 pode ser pronunciado como uma data comemorativa dos 40 anos do Manual Zé Carioca. O assunto tratado no Manual refere-se ao esporte que adquiriu notoriedade dentro e fora do Brasil, essa fama pode ser vista frente às conquistas de três copas mundiais (1958, 1962 e 1970). Nesse sentido, o ano de 1974 se torna uma data emblemática o para lançamento de um manual que discorre sobre o futebol e que possui como centralidade um personagem brasileiro que conta as peripécias do torcedor, do jogo e das características brasileiras. Busca-se, deste modo,



descrever alguns episódios contidos no Manual do Zé Carioca com a intenção de perceber esses pontos:

...Era o dia de grande jogo Moringa versus Paineiras pela decisão do campeonato. Tipo de jogo que um verdadeiro fanático por futebol não podia perder. E era esse o motivo da aflição do Zé Carioca: justamente naquele domingo ele estava (como quase sempre, aliás) sem um centavo no bolso... (MANUAL DO ZÉ CARIOCA, 1974, p.23)

A aflição da personagem é destacada muito mais pela impossibilidade de assistir ao jogo do que pela falta de dinheiro, que, segundo o episódio sublinhado, isso acontecia como certa frequência. Para resolver tal problema, foram realizadas várias tentativas, todas elas no sentido de driblar as situações existentes e inventar outras novas, com a finalidade de assistir ao jogo. Tentou driblar os seguranças, se esconder na fila, se infiltrar, fingir que era jornalista até que encontra um amigo (o Nestor) que estava sendo o segurança do portão número dois e acabou o deixando entrar e depois que estava dentro do estádio lotado conseguiu um lugarzinho para se sentar:

Ufa! Suspirou ele – Custou, mas finalmente vou ver este jogo!  
Nesse instante... o juiz trilou o apito: PRRRRRIU!! - encerrando a partida  
(MANUAL DO ZÉ CARIOCA, 1974, p.23)

Na história destacada, intitulada como Zé Penetra, pode-se perceber de um lado, a paixão pelo futebol, e de outro, as formas desmesuradas para tentar assistir o final do campeonato. Se analisado pelo viés cultural, observa-se como característica brasileira o caráter emocional, porém esse mesmo viés possui desdobramentos interpretativos que, ao colocar Zé Carioca como viciado em futebol se retira do contexto a ética social deixando assim que o lugar fosse ocupado por interesses individuais.

Assim, assiste-se Zé Carioca (representado como o brasileiro) direciona seus objetivos e interesses apenas para alcançar resultados para ele próprio, essa maneira de driblar regras sociais para interesses particulares foi como “jeitinho” brasileiro. Segundo antropóloga Livia Barbosa: “algumas pessoas, devido às suas relações pessoais, seu carisma, seu poder de convencimento conseguem, às vezes, obter maior agilidade na resolução de certos problemas, tornando-se então, de algum modo, mais poderosos em relação àqueles que seguem estritamente as normas”.(BARBOSA, 1992, p.46)



Deste modo, ao constatar que a sociedade brasileira privilegia as relações individuais faz necessário buscar uma investigação na sua relação histórica que traz como seu traço personalíssimo a informalidade que busca resolver problemas apresentados de forma flexível sendo traduzido pela agilidade e criatividade.

No Brasil, ao mesmo tempo em que se observa esse campo incerto que se contradiz: regras que, em muitas vezes podem ser burladas, existe também uma forte relação de hierarquia e, por conseguinte a obediência às engrenagens dessas relações de autoridade.

### **O juiz falou tá falado**

O juiz no jogo de futebol, sendo considerada autoridade máxima em campo, cabe a ele aplicar as regras, conduzir a partida, ou seja, sua função é aplicar a lei. Porém, em muitos episódios a imagem do juiz não representa esse modelo apropriado, em muitas vezes a torcida reclama associando-o a uma imagem invertida de honestidade, sendo chamado de ladrão e quando a rezinga se estende até a mãe do juiz entra em cena.

Ao comandar o campo, o árbitro pode abusar da sua força de poder aplicando suas penalidades: “marcar uma falta” a qualquer esbarrão, ou, ao contrário, fingir não ver “os carrinhos”, pode também levantar em alguns momentos os cartões amarelo e vermelho de forma desmerecida, e também: inventar impedimentos, aumentar ou diminuir o acréscimo de tempo no fim do jogo, anulando um gol e, quando o capitão do time tenta conversar sobre algum ocorrido no campo, o juiz se apruma e implicitamente coloca seu tom que reserva a famosa frase estudada pelo antropólogo Roberto Damatta: “você sabe com quem está falando?” (DAMATTA;1979)

Todas essas questões demarcam uma forte presença na cultura brasileira de relações hierárquicas que se prezam pela existência de uma autoridade e por ser assim, dita regras e ao mesmo tempo se apropria do seu título distribuindo forças e abusando do exercício de poder.





**"Se macumba resolvesse, o campeonato baiano terminava sempre empatado."**

A frase destacada é de Antonio Franco de Oliveira, conhecido como Neném Prancha que foi roupeiro, massagista, olheiro e técnico de futebol brasileiro. Ganhou apelido de Filósofo do Futebol por suas frases engraçadas. A elocução marca outra característica que demarca questões culturais no Brasil e aparece de forma jocosa no Manual do Zé Carioca: a associação estabelecida entre futebol e práticas religiosas e supersticiosas:

É comum entre jogadores, torcedores e dirigentes, acenderem velas, fazerem orações e até despachos para que determinados times ganhem ou percam jogos. Antes do começo da partida, o goleiro dá três batidinhas com o bico da chuteira na trave direita, entra com o pé direito, faz o sinal da cruz beijam seu santinho ou colar protetor, ou se ajoelham em gesto de agradecimento. (MANUAL DO ZÉ CARIOCA, 1974, p.28)

Pode se classificar como superstição uma espécie de crendice popular que não possui explicação científica. As superstições são criadas pelo povo e costuma passar de geração para geração.

A forma de disseminação do saber popular está na força da oralidade que são contadas e recontadas por diferentes gerações e em diferentes localizações preservando desta forma a cultura e a memória local. Quando no Manual do Zé Carioca se observa essas crendices vistas como engraçadas isso merece uma pausa para se pensar a respeito das diferenças culturais entre Brasil e Estados Unidos.

Quando se pergunta sobre cultura americana, qual é a imagem que associa a ela: pode-se ter como respostas: Hambúrguer, *Fast Food*, Seriados, Super-heróis, Consumo, Moeda forte (representada pelo dólar), grande poder bélico, Basquete, futebol americano e o beisebol como esportes favoritos. De um modo geral temos nesse país uma ordem burocracia que organiza o Estado, padroniza as relações culturais, ou seja, as manifestações culturais sofrem com o aprisionamento das regras.

O Brasil se recusa a viver a vida de forma homogênea e planejada, e por ser assim "solto", percebe-se uma rica cultura popular que se constitui de brincadeiras,





provérbios, adivinhações, receitas culinárias, orações, maldições, encantamentos, juras, xingamentos, danças, cantorias, gírias, apelidos de pessoas e de lugares, desafios, saudações, despedidas, trava-línguas, festas, encenações, artesanato, medicina popular....

Com essa infinidade de práticas populares culturais somam-se ainda os gestos do povo, sua cordialidade, o sincretismo que mistura os paradoxos: malandragem e organização, trabalho e lazer, comportam a multiplicidade e a complexidade das misturas de um passado que se alarga para o futuro.

Porém essa relação ambígua que se estabelece no Brasil entre a valorização pela sua cultura plural e a desvalorização da sua organização pode ser vista de maneira preconceituosa, associando o brasileiro a malandragem e ao famoso chavão “jeitinho brasileiro”.

O gingado do samba e do futebol que são as marcas do Brasil afora deve ser pensado dentro dessas características particulares para não cair num estereótipo associando e reduzindo o Brasil apenas ao samba, ao carnaval e ao futebol.

As contradições e as diferenças socioculturais do povo brasileiro na medida em que permitimos “[...] fazer do mundo diário, com seu trabalho duro e sua falta de recursos, uma espécie de carnaval que inventa a esperança de dias melhores” (DAMATTA, 1986:82).

Desta forma, a cultura brasileira deve ser olhada com sua especificidade de conseguir conciliar a liberdade e a alegria do povo com os elementos lúdicos, as efervescências culturais, as heterogeneidades, os processos dinâmicos que se renovam, mesclam e se envolvem no interior da sociedade.

#### **Notas:**

\* Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) nos cursos de Publicidade e Jornalismo.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia (orgs.). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BARBOSA, Livia. *O jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

CÂNDIDO, Antonio. "Dialética da malandragem". In: *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1998.

CASCUDO. Luís da Camara. *Contos tradicionais do Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais malandros e heróis - para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MANUAL DO ZÉ CARIOCA. São Paulo: Abril S.A, 1974.



MONTERO, P OLIVEIRA, Elda Rizzo. O que é medicina popular. São Paulo: Brasiliense, 1985. aula. *Da doença à desordem: a magia na Umbanda*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. “Complexo de Zé Carioca. Notas sobre uma identidade mestiça e malandra”. In: [www.anpocs.org.br/portal/publicacoes](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes)

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WISNIK, Jose Miguel. *Veneno remédio: o futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.



## Uma história diferente: os Gay (Olympic) Games e sua origem

Wagner Xavier de Camargo(\*)

**Resumo:** O objetivo deste artigo é resgatar as origens históricas e o surgimento dos denominados “Gay Games”, jogos esportivos criados em 1982 com o propósito de reunir gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e outros (inclusive heterossexuais simpatizantes) para a causa de uma prática esportiva inclusiva, menos discriminatória e homofóbica, além de fortemente (à época) baseada em identidades sexuais e de gênero. Para tanto, o texto percorrerá a trajetória histórica de vários pontos de vista, inclusive de parte de alguns atletas participantes deste evento. A escrita do artigo se estrutura baseada na experiência etnográfica do autor, que percorreu algumas edições do mencionado evento, numa pesquisa antropológica de longa duração.

**Palavras-chave:** Gay Games. História. Esportes. Experiência etnográfica.

### Introdução

It's quite possible that someday the distinctions between gay and nongay cultures will become irrelevant, but for the nonce, with these Games and the Procession of the Arts, we hereby serve notice that we are fully vested citizens of the world, with a thriving and bona fide culture, and that we are worthy of the respect and esteem of all other citizens of this world. Today and this week, we see ourselves as we really are – active, productive, creative, and healthy. I hope we all experience the sense of self-worth and self-esteem that is the natural consequence of the activities in this community. Let the games begin! (WADDELL; SCHARP, 1996, p. 195-196)

Início este artigo com um trecho do discurso de Tom Waddell na abertura dos I Gay Games, realizados na cidade de São Francisco, no ano de 1982. Uma proposta bastante ousada à época, que almejava criar uma atmosfera ‘friendly’ (simpatizante) para a prática de esportes por parte de pessoas que não se consideravam heterossexuais. Porém, aos ventos de mudança desencadeados pela Revolução Sexual dos anos 1960-70, a competição demandava mais direitos aos homossexuais, bissexuais e travestis, sem excluir atletas heterossexuais. Um mundo “sem distinções culturais, sociais ou sexuais”, defendia Waddell.

A primeira vez que ouvi falar sobre “competições gays” eu ainda era um garoto em formação, lá pelos finais dos anos 1990, praticante de atletismo. Um amigo corredor



tinha um sonho: competir nos Gay Games. Vivíamos 1996 e faltavam dois anos para a próxima edição quadrienal destes Jogos, que seriam realizados em Amsterdam, na Holanda. Em suas fantasias, sempre narradas a mim, imaginava homens com torsos definidos correndo aos nossos lados. Com o tempo, seus delírios passaram a povoar também meu imaginário.

Ora, os preconceitos em mim formados pela minha educação de base heteronormativa me impediam de ir além, de me considerar ser desejante no universo esportivo, de projetar desejos mais libidinosos em relação, por exemplo, a outros corredores. Ainda me mantinha no que Eve Sedgwick (2007) designa como “armário da sexualidade”. Pesava sobre minhas considerações juvenis noções como “gueto”, “ambientes restritivos” e “imorais”, “contaminados por práticas sexuais”.

Militante do movimento esportivo de pessoas com deficiência, colocava-me contrário a práticas restritivas. Demorei anos para entender de modo mais fluido minha sexualidade e não me condenar por desejos referentes ao mesmo sexo. Lá pelos idos de 2006, aproveitando uma estada nos EUA, vi-me defronte à possibilidade de participar dos VII Gay Games, na cidade de Chicago. Do *badminton* à luta greco-romana, numa longa lista de esportes individuais e coletivos, escolhi as provas de pista do atletismo. Mais atleta do que antropólogo, vivi uma das experiências mais interessantes de minha vida, participando, correndo, torcendo por e entre homossexuais atletas. O primeiro contato com a diversidade sexual me abriu os sentidos, relativizou meu lugar no mundo, reposicionou meus desejos e decidi estudar aquele evento e seus praticantes numa longa pesquisa que depois se materializou em meu doutorado.

Com o estádio *Soldier Field* lotado, aplausos e gritarias. Estávamos em fila e pelo menos havia duas horas esperando o desfile de abertura. Famílias, parentes, amigos e torcidas organizadas se faziam presentes. À entrada, esperávamos perfilados por ordem alfabética de países, todos sendo anunciados sob uma avalanche de aplausos. O desfile da “delegação brasileira” foi restrito a três brasileiros e uma brasileira. Meio decepcionante, confesso... Em meio aos discursos daquela época de “Brasil - Potência Olímpica”, parece que isso não funcionava para os gays. Mas naquele dia, ao anúncio do nome “Brasil”, a adrenalina subiu e tomou conta de meu ser. Corremos para dentro do campo de futebol ensandecidos. Estávamos participando da cerimônia de abertura dos Gay Olympic Games, numa



cerimônia com pompas de Jogos Olímpicos. (Registro de campo, 15 jul. 2006).

### **Gay (Olympic) Games: origens e características**

A atual designação “Gay Games” surgiu de uma controvérsia histórica, até hoje mal compreendida e digerida pelos que ainda militam na causa (DAVIDSON, 2006). Numa disputa judicial no início dos anos 1980, o Comitê Olímpico Norte-americano (USOC) proibiu Tom Waddell e a Federação dos Gay Games (FGG) de se utilizarem da expressão “Olimpíadas” como referências a eles, uma vez que “denegria o espírito olímpico”, como foi registrado. Sobre tal contenda, Perry Young (1995, p. 119) sublinha “the fight over the name proved long and expansive, but the Olympic Committee finally (with the blessing of the U.S. Supreme Court) succeeded in blocking Waddell’s use of the word ‘Olympic’”.

A partir de tal veredito, portanto, as “Olimpíadas Gays” — ou juridicamente os Gay Games (GG) — realizaram-se no verão de 1982, tendo como cidade-sede São Francisco, nos Estados Unidos. (PRONGER, 1990; WADDELL; SCHAAP, 1996; BOSCH; BRAUN, 2005; DAVIDSON, 2006). Surgiram do esforço empreendido por um atleta norte-americano que havia competido nas Olimpíadas da Cidade do México, em 1968. Desde meados dos anos 1980, Tom Waddell idealizava um evento que se propunha reunir praticantes (atletas amadores e mesmo profissionais) *gays*, lésbicas, bissexuais, transexuais e mesmo heterossexuais. Na esteira dos efervescentes debates sobre identidades pós-revolução sexual materializara-se os GG, com uma proposta diferenciada daquelas que ocorriam em eventos esportivos convencionais:

Waddell’s vision was to gather lesbian, gay, bisexual, transgender and supportive heterosexual athletes in an international athletic competition in which athletes could openly celebrate both their athletic and sexual identities in ways not currently possible in most mainstream sporting events (GRIFFIN, 1998, p. 190).



Apesar de oriundo das competições *mainstream*, Waddell era engajado politicamente e defendia a prática do esporte como exercício de cidadania. De acordo com Davidson (2006), mesmo durante a participação nos Jogos Olímpicos de 1968, Waddell protestou contra a ação racista do Comitê Olímpico Norte-americano em punir John Carlos e Tommy Smith pelos gestos de punhos cerrados no pódio, em referência direta ao *black power*. Em seu currículo esportivo tinha a 6ª colocação na prova combinada de Decathlo (prova “masculina” e combinada de dez eventos relativos ao atletismo ) naquelas Olimpíadas (PRONGER, 1990; BOSCH; BRAUN, 2005). Para entender o que Tom Waddell representa à história dos GG, basta dizer que ele está para tais jogos, assim como Pierre de Coubertin (ou o Barão de Coubertin) está para os Jogos Olímpicos da Era Moderna, reeditados em 1896. De forma alguma, Waddell defendia a exclusividade das competições como ambientes restritivos, ou como eu pensava antes de entender mais sobre tal expressão esportiva, como ‘espaços guetificados’. E, além disso, ele era contra a competição enquanto “conflito”, onde apenas um poderia vencer —, pois apesar de o esporte trazer consigo a igualdade formal de chances, acaba excluindo a maioria que não tem competência técnica (WADDELL; SCHAAP, 1996).

Considerado, portanto, o “pai dos jogos gays” (BOSCH; BRAUN, 2005, p. 186), foi a partir de sua iniciativa que os GG passam a uma existência institucionalizada de práticas esportivas de/para sujeitos *cujas identidades sexuais e de gênero iam além das heterossexuais* e, ao mesmo tempo, buscava incluir atletas heterossexuais identificados à causa de um mundo sem barreiras e preconceitos no esporte. Em suas palavras, o objetivo dos jogos era assim resumido:

The Gay Games are not separatist, they are not exclusive, they are not oriented to victory, and they are not for commercial gain. They ARE, however, intended to bring a global community together in friendship, to experience participation, to elevate consciousness and self-esteem and to achieve a form of cultural and intellectual synergy (WADDELL, 1982, p. 1).  
[destaque do autor]

Está claramente colocado na “carta de fundação” dos Jogos o caráter inclusivo, participativo, não comercial e não competitivo. Sua criação adquire uma característica





mais ampla, uma vez que, de acordo com Caroline Symons (2010), participar em tais torneios também era uma forma de se adequar aos padrões de corpo, de estilo de vida e de entretenimento que atingiam a população homossexual (gay e lésbica) nos anos 1980, particularmente nos EUA.

Os princípios norteadores do agrupamento de atletas — definidos pelo próprio Waddell a partir da segunda edição dos Jogos em 1986 — eram (e ainda são): 1) equipes “co-sexualizadas” entre homo/héteros e/ou “homens/mulheres”; 2) competição entre grupos etários, para equiparação das condições objetivas entre competidores/as; 3) estímulo à participação de todas as “minorias ‘raciais’ e étnicas, surdos e pessoas com deficiência” (WADDELL, 1982, p. 1). Por sua vez, ao passo que pessoas com deficiência quase não se fazem presentes, minorias étnico-raciais compõem em baixa proporção, vindo principalmente da América Central, de alguns países da África e de outros poucos da Ásia Meridional (Sul e Sudeste).

No tocante à organização atual das competições, a divisão por faixas etárias é o princípio aplicado em maior proporção, principalmente em modalidades esportivas individuais, como atletismo e natação. Equipes mistas de “homens” com “mulheres” são raras, para não dizer inexistentes, uma vez que há tão somente duas categorias nas quais os sujeitos são categorizados arbitrariamente: a “masculina” e a “feminina”, como ocorre em qualquer competição esportiva convencional. A presença de ex-atletas heterossexuais (e atletas ainda em atividade) pode ocorrer em esportes individuais, que apresentam chance de medalhas, novamente como o atletismo e a natação. Esportes coletivos nos GG (como futebol de campo, voleibol, handebol, softbol e basquetebol), em geral, são lugares de “encontros identificatórios” de sujeitos que tiveram histórico de rejeição nos campeonatos esportivos convencionais e atualmente buscam experiências não discriminatórias.

### **No nível das experiências: o evento hoje**

**Pesquisador:** Me diga, então, o que significa para você estar aqui no Gay Games?





**Jay:** é sério, você quer ouvir o que tenho a dizer?

**P:** sim, claro, gostaria muito.

**J:** minha primeira vez foi com muitos amigos, entende? E eu não vou esquecer. Os momentos mais emocionantes para mim é ser olhado, observado e aplaudido por centenas de milhares de pessoas [...] isso para quem é excluído é uma experiência fantástica. Digo, é uma experiência fantástica mostrar ao mundo que nós [gays] somos mais do que “sexo, drogas e rock’and roll”. [...] Os Gay Games é uma oportunidade de mostrar para o mundo que nós somos iguais a quaisquer outros. Eu vivo num país que em 36 estados [dos 50 estados norte-americanos] eu posso ser preso só por ser gay. [...] Por isso acho que precisamos manter isso aqui [jogos gays]. (Registro traduzido de entrevista em 31/08/2010 com Jay, nome fictício para proteção da identidade do entrevistado).

Esse trecho anterior é parte de minha conversa com Jay, estadunidense, “branco”, de 58 anos, solteiro e um entusiasta e apoiador de competições esportivas para homossexuais, um local “reservado” a eles para que se expressem livremente no esporte e troquem experiências. Numa expressão: um espaço de construção identitária.

Ex-atleta de *powerlifting* (levantamento de peso) e atual técnico de *bodybuilding* (esculturamento corporal) usa saias de couro, possui *piercings*, brincos e *tatoos*, e se considera à frente de sua geração. Participa especificamente dos GG como atleta desde os anos 1990. Adepto do mundo gay dos fetiches, é desinibido, muito sociável e comunicativo. Foi ele quem me inseriu na apresentação de *bodybuilding*, nos Gay Games VIII. Nosso contato se iniciou por acaso, no primeiro dia de retirada do material de inscrição, no pavilhão da *Kölnmesse*, em Colônia — sede da oitava edição daqueles jogos.

Lá eu participava como corredor de 5 km em pista de atletismo. Porém, meu “sentido antropológico” mais aguçado me permitiu “olhar, ouvir e escrever”— como nas palavras de Roberto Cardoso de Oliveira (1996) — sobre tudo o que me era, então, ao mesmo tempo familiar e exótico. Além de mapear melhor por onde pessoas e fatos circulavam ou mesmo quando eram os melhores momentos para encontrar alguém com quem conversar, pude ter acesso mais próximo às vidas de sujeitos que “militavam” há anos no movimento esportivo LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros) internacional e às suas redes sociais. O encontro com Jay foi fruto dessa postura investigativa.



A larga maioria dos entrevistados não é composta de atletas (atuais ou passados), mas de indivíduos com histórias pessoais de início bem cedo nas práticas esportivas (em geral por volta dos doze anos). No entanto, assumindo categorias nativas, no âmbito competitivo designam-se (e são designados por outros agentes sociais) como “atletas”, isto é, indivíduos envolvidos em práticas esportivas mais ou menos regulares, tanto com vistas à performance atlética, quanto a simples expressão lúdica do movimento. Assumirei tal designação sem aspas, pois essa classificação é parte discursiva de como denominam suas performances, no sentido butleriano.

Muitos se autodenominam assim em busca daquilo que gostariam de ser (ou terem sido) e/ou mesmo daquilo que gostariam de ter (ou terem tido), como um corpo atlético e definido. O próprio Jay me contou, em outro momento de nossas conversas, desejar corpos de atletas heterossexuais que participam nos eventos. O fetiche em relação à posição de atleta (e mesmo às vestimentas atléticas) é algo muito presente no imaginário, nos discursos e nas práticas dos sujeitos que frequentam as arenas esportivas LGBT, nas quais para participar, basta ser portador de um cartão de crédito internacional, certo tempo na agenda e vontade de viajar.

Nas competições em que estive presente travei contato com algo em torno de 180 atletas, praticantes de aproximadamente vinte modalidades e estabeleci diversos tipos de contatos, que me foram frutíferos na compreensão analítica sobre o campo e me renderam, inclusive, algumas relações de amizade.

Do total de contatos estabelecidos, obtive cerca de treze diálogos mais profundos e acompanhei sistematicamente, durante um período de cerca de um ano, a vida de seis daqueles sujeitos, os que moravam nos mesmo país que eu, à época (no caso, Alemanha).

As interações se deram em seus locais de treino, em eventos esportivos, em situações sociais outras (como bares, cafés, restaurantes, boates, saunas, ou outros lugares de entretenimento LGBT) e em meio aos diálogos, eu postulava minhas preocupações investigativas. Para usar uma designação de Néstor Perlongher (2008), praticamente a totalidade dos atletas entrevistados estabelecia, em meios sociais e



esportivos onde circulavam, “relações horizontais”, isto é, relações em que não estavam em jogo dinheiro, disputas por poder, território, cargos ou prestígio. Eram relações baseadas apenas em “trocas de orgasmo por orgasmo”, dentro do que foi chamado por Michel Pollak (1987) de “mercado dos intercâmbios sexuais”. Apenas um casal mantinha uma ligação afetiva baseada em “relações verticais”, que envolviam dominação/submissão, imposição de vontades e desejos, disputas por recursos econômicos. Por sua vez, as entrevistas mais pormenorizadas e específicas com os sujeitos escolhidos foram, geralmente, realizadas em locais mais reservados e silenciosos. Todos sabiam de minha condição de pesquisador; porém, em meio à interação, a maioria se esquecia disso e me tratava como um “parceiro de jogo”, para tecer uma analogia ao mundo dos esportes.

Um dado estatístico interessante que trago de um *survey* amostral por mim realizado em 2009 conclui, de modo geral, que a maioria de tais sujeitos provém de países desenvolvidos (Estados Unidos, Canadá, Austrália e Europa Ocidental), habitam grandes centros urbanos (ou cidades médias de regiões megalópoles ou metropolitanas), tem escolaridade formal de nível superior (principalmente cursos universitários), designam-se “brancos” (com alguma porcentagem de mestiçagem) e, em esmagadora proporção, reconhecem-se do “gênero masculino”. Muitos relatam que moram sozinhos e aproveitam as viagens proporcionadas pela participação nos eventos para férias e turismo.

A situação de aproveitar o evento para estender a viagem e averiguar o que o local pode oferecer é bastante aproveitada também por casais. Encontrei alguns deles em todos os campos etnográficos realizados em jogos (Copenhague-2009, Colônia-2010 e Vancouver-2011). Alguns deles tiravam férias juntos para poderem participar da competição e aproveitar “*tudo* o que o evento pode oferecer”, de acordo com o que me revelou um atleta no evento de Copenhague:

**Pesquisador:** Então você veio casado para os Jogos?, *perguntei*.

**Demian:** Sim, claro; ele é meu maior incentivador; não só porque é psicólogo, mas quando tive problemas com meu pai – há muitos anos – ele foi minha família.

**P:** mas como é o lance de participar dos Jogos, vocês vêm sempre juntos?



**D:** Não, porque eu represento instâncias do esporte LGBT no mundo, então viajo muito. E ele, quando vem, não compete. Mas quando é possível, geralmente no verão, viajamos juntos para aproveitar tudo o que o evento tem para oferecer.

**P:** O que é esse ‘tudo’?, *indaguei.*

**D:** Ah, você sabe[...], *riu e levantou a sobrancelha, permanecendo pensativo alguns segundos.* Saímos para lugares gays e procuramos um terceiro [parceiro]; nas competições gays é mais fácil encontrar, pois há opções para todos os lados. Sempre fizemos isso, desde o início de nosso namoro. (Registro traduzido de entrevista em 28/09/2009 com Demian, nome fictício para proteger identidade do entrevistado).

## Gay Games em números

Organizando os GG há quase 30 anos, a FGG, sediada nos EUA, é conduzida basicamente por trabalho voluntário de um Comitê de Diretores (*Board of Directors*) e liderada por dois co-presidentes, de gêneros distintos, segundo critérios de paridade de gênero. Esta organização foi oficializada juridicamente em 1989, por meio de esforços de amigos próximos a Waddell, que continuaram organizando as competições gays quadrianuais, mesmo após sua morte em 1987, por complicações relacionadas a AIDS. Segundo o site oficial da FGG, “Built upon the principles of Participation, Inclusion, and Personal Best, since 1982 the Gay Games have empowered thousands of LGBT athletes and artists through sport, culture, and fellowship” (FEDERATION OF GAY GAMES, 2011).

Além de desenvolver um programa esportivo, os GG realizam paralelamente um circuito cultural, composto por exposições, *vernissages* e mesmo mostras artísticas atrelados ao evento oficial. Tal ideia já havia sido planejada originalmente por Waddell, mas foi somente concretizada nos II Gay Games, em San Francisco, 1986. A mostra artístico-cultural, nesta ocasião, chamada de ‘Procession of the Arts’, compôs-se de “[...] concerts, exhibits, plays, conferences, films, dances, cabarets, and an old-fashioned Circus Parade” (UNCLE DONALD’S CASTRO STREET, 2011, p. 2).

Em conversa com um dos presidentes da FGG, fiquei sabendo que há um protocolo parecido ao do mundo esportivo convencional para a escolha das cidades-



sedes dos jogos. Quando há candidatas interessadas, o comitê diretor da FGG disponibiliza o cadastro *online* — por meio de um projeto de desenvolvimento esportivo chamado BID, comum inclusive a outras competições convencionais (o Brasil já se candidatou várias vezes por meio desse processo para sediar eventos esportivos) — e, após meses de vistorias e análises do relatório de intenções, decide-se pela melhor candidatura. Certamente menos glamoroso do que o processo multimilionário do Comitê Olímpico Internacional (COI), que recebe ampla cobertura midiática e se constitui ele mesmo em parte do espetáculo dos jogos.

A seguir apresento uma tabela sistematizada com as cidades-sedes no decorrer da história dos GG, suas respectivas versões e o número de participantes. Adaptei e atualizei dados de Heike Bosch e Phillip Braun (2005) e de sites da internet:



TABELA 1 - GAY GAMES – CIDADES E SEDES E PARTICIPANTES

ANO	EDIÇÃO	CIDADE	PAÍS	Nº PARTICIPANTES (APROX.)
1982	I	São Francisco	EUA	1.350
1986	II	São Francisco	EUA	3.500
1990	III	Vancouver	Canadá	7.300
1994	IV	Nova York	EUA	12.500
1998	V	Amsterdã	Holanda	13.000
2002	VI	Sydney	Austrália	11.000
2006	VII	Chicago	EUA	11.500
2010	VIII	Colônia	Alemanha	12.900
2014	IX	Cleveland	EUA	...

Fonte: Adaptado de: BOSCH; BRAUN (2005).

Num primeiro olhar, importante destacar a quantidade de atletas inscritos nos jogos. Da segunda para a terceira versão, tal quantidade mais que dobrou. Mesmo os III GG tendo sido realizados em Vancouver, Canadá (um território contíguo ao norte-americano), tal edição foi a primeira internacionalizada, numa era de plena intensificação da globalização. A partir das subsequentes versões, o montante de participantes manteve-se relativamente constante e sempre acima dos 10 mil.

Para que se tenha ideia do fenômeno em discussão, gostaria de comparar tais quantificações com as dos Jogos Olímpicos e os Paraolímpicos (programa proposto para pessoas com deficiência), dois importantes eventos do contemporâneo “sistema esportivo global” (RIAL, 2008). Enquanto que as últimas edições dos GG em Chicago/2006 e em Colônia/2010 contaram com a participação de, respectivamente, 11.500 e 12.900 atletas (números oficiais da federação internacional), as correspondentes versões Olímpica e Paraolímpica de verão em 2008, em Beijing (China), somaram, cada uma à sua vez, 10.500 e 4.800 atletas (BATTAN, 2008), ambos totais absolutos inferiores àqueles mencionados.



Em termos de quantificações, Brian Pronger (1990) e Pat Griffin (1998) já haviam frisado numericamente os GG, inclusive atentando para a proporção de participação de gêneros e também estabelecendo comparações com Olimpíadas:

In 1986, the Gay Games attracted 3.482 athletes with a ratio of men to women of 3:2 in a total of seventeen sports. (This is to be contrasted with the 1988 Olympics in Seoul where the male/female ratio was 2,5: 1) [...] Gay Games III in Vancouver (1990) had over 7,200 athletes registered (which totals over 120 more than participated at the 1984 Los Angeles Olympic Games) in thirty-two sports (PRONGER, 1990, p. 252).

In 1994 in New York City, Gay Games IV attracted more participants than the 1992 Barcelona Olympics. Gay Games V will be held in August 1998 in Amsterdam and will probably do the same (GRIFFIN, 1998, p. 190).

Destaquei a variável “número de atletas” apenas para evidenciar que os GG são vultosos na proporção de participantes que atraem, abrindo precedentes para classificá-los, via quantidade, na categoria “megaeventos”, tão propalada atualmente quando se discutem os grandes eventos que o Brasil sediará em 2014 e 2016. Do ponto de vista conceitual, contudo, as competições LGBT poderiam ser consideradas “megarrituais globais”, designação teórica autônoma de Gustavo Lins Ribeiro (2000), ou “megaeventos esportivos” — nomenclatura mais comum e que, atualmente, prolifera na literatura econômica (RITCHIE; SHIPWAY; CLEEVE, 2009).

De outra perspectiva, congrega mais participantes do que nos Jogos Olímpicos convencionais, conforme destacado por Pronger (1990) e Griffin (1998), não se caracteriza uma novidade propriamente dita, visto que, para se fazer presente em qualquer uma destas versões esportivas LGBT não é preciso marcas e índices auferidos, ou mesmo convocações oficiais de Comitês Olímpicos Nacionais. A ida ao evento é de “livre arbítrio” de cada indivíduo, sendo apenas necessário ter recursos suficientes a participação, da inscrição à viagem e aos gastos oriundos dela.

No entanto, excetuando-se a variável analisada (número de atletas), as competições LGBT parecem estar fora dos critérios que são reconhecidos e que legitimam, frequentemente, um fenômeno como “megaevento”, seja porque elas não apresentam espetacularidade e apelo midiático, não agregam popularidade, angariam





patrocínios inexpressivos, não movimentam alta quantia de dinheiro, se tomá-los em comparação a eventos como Olimpíadas e Copas do Mundo de Futebol.

Outro detalhe importante que a Tabela 1 salienta é o processo de desterritorialização global *do* (e reterritorialização *no*) espaço norte-americano dos Jogos Gays — em 30 anos a competição voltou cinco vezes para os EUA, que também foi o único país a repetir a organização do evento. Tal retorno ao território americano, sob supervisão da FGG é, particularmente, orquestrado de tempos em tempos. Há manobras políticas que arregimentam apoios e estabelecem uma rede de ações para que isso aconteça e me faz pensar na manutenção do que eu chamaria de “espaços políticos identitários”.

A Tabela 2 a seguir foi confeccionada com dados mais pormenorizados sobre a competição, recolhidos por mim em campo. Eles nos conferem outra dimensão, inclusive de custos dos eventos. Agreguei informações de sites oficiais da FGG e outros *blogs*:

TABELA 2 - GAY GAMES – OUTROS NÚMEROS

Edição	Nº Países inscritos	Modalidades esportivas	Voluntários	Custo total (US\$)
<b>Gay Games I</b>	12	17	~ 600	125 mil
<b>Gay Games II</b>	17	18	~ 1.000	350 mil
<b>Gay Games III</b>	39	27	~ 2.000	2,1 milhões
<b>Gay Games IV</b>	40	31	~ 7.000	6,5 milhões
<b>Gay Games V</b>	68	33	~ 4.000	7,0 milhões
<b>Gay Games VI</b>	80	36	~ 3.000	5,0 milhões
<b>Gay Games VII</b>	81	31	~ 2.500	13,0 milhões
<b>Gay Games VIII</b>	83	35	~ 2.000	??

Fonte: FGG website, e Uncle Donald' Castro Street (2011).

Nota-se que, desde a primeira versão dos jogos, o número de países (e, conseqüentemente de cidades, pois as inscrições são também contabilizadas por elas)



está em ascensão. Por sua vez, desde os GG IV (New York/94), o número de modalidades esportivas para uma edição olímpica está estável na casa das 30. O que surpreende na tabela é o a quantia de voluntários para estes eventos, que, no geral, sempre é bastante alta. Em se levando em conta os custos de cada edição, os GG VII (Chicago/2006) foram os únicos que, em toda a história dos jogos, registraram lucro entre o que foi investido e o retorno por meio de anúncios em mídias e arrecadação. Na brochura oficial do evento, dada aos atletas no ato da inscrição, havia mais de cem patrocinadores, dentre eles, alguns conhecidos como Coca-Cola Company, Puma, The New York Times. Mas por que tão grande evento não é conhecido do grande público e mesmo não é mencionado nos veículos de comunicação convencionais?

Outro destaque relativo aos inscritos nos GG: em geral, a maior parte dos atletas é oriunda dos EUA (em Chicago-2006 participaram quase seis mil estadunidenses). A maioria masculina nunca foi ultrapassada na história dos jogos, mas em duas ocasiões a porcentagem de mulheres quase chegou à metade dos participantes: em San Francisco (1986), o montante do delas atingiu 40% e, nos Jogos de Amsterdam (1998), 42%.

Na Figura 1, apresentada a seguir, pode-se observar (pela intensidade mais escura das cores) a proporção de participação dos países envolvidos no planisfério. O mapa foi apresentado no site do comitê organizados dos Jogos de Colônia, em 2010. Apesar de a Austrália estar geograficamente no hemisfério sul, deve ser considerada como partícipe do conjunto das nações ricas do norte desenvolvido, principalmente porque, em termos quantitativos (363 inscritos) aproxima-se de outros países europeus ocidentais (França com 525 inscritos, Suíça, com 248 e Holanda, com 658):

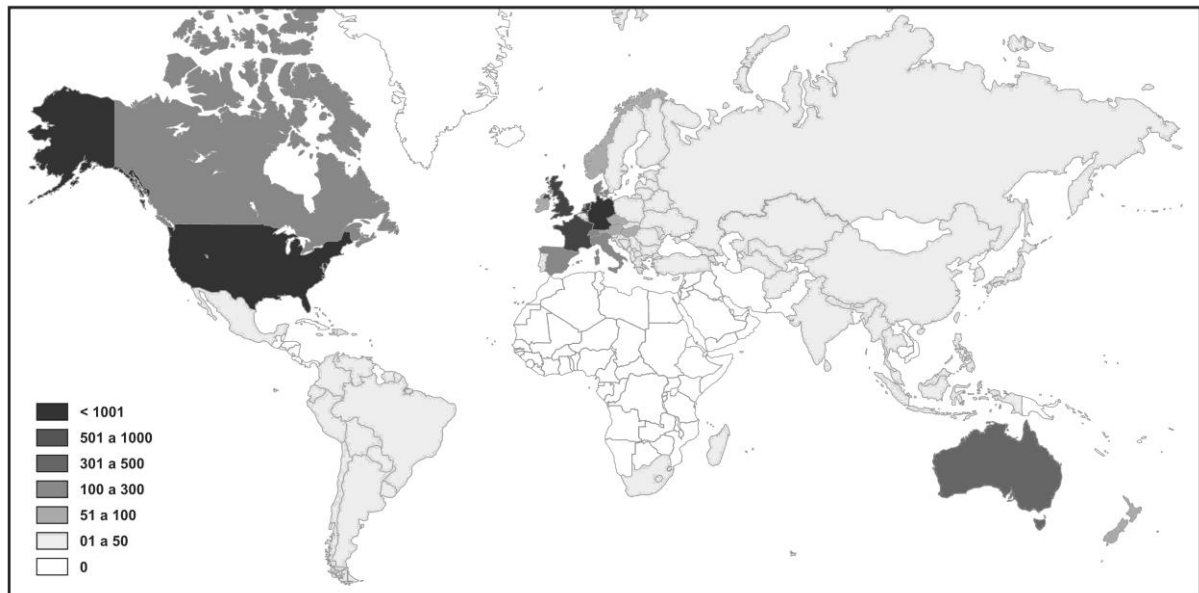


Figura 1: Mapa de distribuição dos países participantes em Colônia, Alemanha, 2010.  
Fonte: Gay Games VIII Cologne 2010 Sucess. Arte: Daniel Voltan

### Sobre o futuro: considerações finais

As nações que mais tiveram participantes na oitava edição foram Estados Unidos (2.219) e Alemanha (2.955), ambos países que se destacam no número de inscrições. Destaques do mapa anterior é, igualmente, a presença de países emergentes no rol das participações, como Argentina, Brasil, China, África do Sul, Indonésia e Polônia. Porém, mesmo tendo figurado como partícipes, todos eles inscreveram até 50 participantes, ou seja, número inexpressivo se comparado aos países citados anteriormente.

E, de outra parte, surpreende ainda que, apesar dos impactos das discussões sobre parceria civil, direitos humanos LGBT e “casamento gay” em escala planetária, grande parte da África, Oriente Médio, Ásia Central, alguns países da América do Sul e quase toda a Ásia Meridional estão apartados da participação ou figuram de modo muito modesto (a Índia, por exemplo, se fez representada nos jogos em Colônia com apenas 01 participante). Seja por questões religiosas, econômicas, políticas, culturais ou morais,



o fato é que ainda se sabe pouco sobre os motivos de não participação num evento global como os GG.

Para além destas quantificações, cabe comentar que tais jogos se originaram como evento esportivo “alternativo” a competições heteronormativas convencionais (ou seja, eventos orientados pela lógica heterossexual dominante nas sociedades), algo singular nos termos de Symons (2010):

The Gay Games have been an alternative Games. In a largely homophobic and heterosexist world the staging of the Gay Games, the implementation of progressive participation policies and the development of an extensive international lesbian and gay sports movement have been significant achievements. Inclusive policies and practices along with their affirmation and celebration of LGBTIQ sport and culture make the Gay Games unique” (SYMONS, 2010, p. 241).

No entanto, nos últimos tempos, tais competições têm adquirido contornos de um “projeto exclusivo”, seja pelos constantes retornos aos Estados Unidos reforçando uma política “bairrista” de controle, seja pelos argumentos contrários aos GG trazidos por militantes separatistas, que resolveram organizar um campeonato mundial em formato similar: o World OutGames, cuja primeira edição aconteceu em Montreal, Canadá-2006, a segunda, na Dinamarca, em Copenhagen-2009, e a última em Antuérpia-2013 e que tem o propósito anunciado de desmonopolizar o GG enquanto evento específico.

Assim, diante disso, é difícil saber o futuro do formato competitivo e da proposta ideológica dos Gay Games. Com os movimentos questionadores e as opções surgidas nos últimos anos houve, claramente, um abalo visível nas convicções da FGG. No entanto, minha pesquisa desvelou que por mais que os indivíduos clamem por “respeito à diversidade”, “espaços inclusivos”, “não discriminação de gênero no esporte”, eles também demandam a existência de “lugares” (ou “não-lugares, pois as competições são territorializações temporárias”) identitários, exclusivos e onde possam explicitar suas capacidades esportivas e suas sexualidades sem o controle efetivo da sociedade heteronormativa.



As conversações entre grupos, associações esportivas, federações e confederações já se iniciaram para o GG-2018, que seria a décima edição. Ainda sem cidades candidatas interessadas, e mesmo sem saber qual será o desenho organizativo de tal competição, resta-nos aguardar para ver qual será o novo capítulo dessa história.

### **Nota**

\*Doutor em Ciências Humanas com tese em Estudos de Gênero e Antropologia do Esporte. Atual pesquisador-júnior da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo), junto ao Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Email: [wxcamargo@gmail.com](mailto:wxcamargo@gmail.com)

### **Fontes das imagens**

Fig. 1 – Mapa dos países participantes dos Gay Games. Fonte: Site ‘Gay Games VIII Cologner 2010 Sucess’. Ilustração construída por Daniel Voltan a pedido do autor.

### **Referências Bibliográficas**

BATTAN, Carrie. The Beijing Olympics by the numbers. Dollars & Sense: real world economics. 2008. Disponível em:

<<http://www.dollarsandsense.org/archives/2008/0808battan.html>>, acesso em 10/05/2011.

BOSCH, Heike e BRAUN, Phillip. *Let the Games beGay!*. Stuttgart: Gatzanis Verlag, 2005.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 39, n.1, 1996. p. 13-37.



DAVIDSON, Judy. The necessity of queer shame for gay pride: the gay games and cultural events. In: CAUDWELL, Jayne (org.). *Sport, Sexualities and Queer/Theory*. London/New York: Routledge, 2006. p. 90-105.

Gay Games VIII Cologne 2010 Success. Disponível em: <[http://www.gaygames.com/index.php?id=18&tx\\_ttnews\[tt\\_news\]=41&tx\\_ttnews\[backPid\]=1&cHash=89e2dd8ad2](http://www.gaygames.com/index.php?id=18&tx_ttnews[tt_news]=41&tx_ttnews[backPid]=1&cHash=89e2dd8ad2)>. Acesso em: 17/06/2011.

GRIFFIN, Pat. *Strong Women, deep closets: lesbian and homophobia in Sports*. Massachusetts: Human Kinetics, 1998. p. 133-156.

FEDERATION OF GAY GAMES - Mission, Vision, and Values. Disponível: <<http://www.gaygames.com/index.php?id=56>>. Acesso em 20/ago/2011.

PERLONGHER, Néstor. *O Negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

PRONGER, Brian. Sex and Sport. In: PRONGER, Brian. *The Arena of Masculinity*. Sports, homosexuality, and the meaning of sex. New York: St Martin's Press, 1990. p. 177-213.

POLLAK, Michael. A homossexualidade masculina: ou a felicidade no gueto?. In: ARIÈS, P.; BÈJIN, A. (Org.). *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 54-76.

RIAL, Carmen Silvia M. Rodar: a circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 14, n. 30, p. 21-65, jul./dez. 2008.

RIBEIRO, Gustavo Lins. A condição da transnacionalidade. In: *Cultura e Política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens*. Brasília: Ed. Universitária de Brasília, 2000. p. 93-129



RITCHIE, Brent W., SHIPWAY, Richerd, & CLEEVE, Bethany. Resident Perceptions of Mega-Sporting Events: A Non-Host City Perspective of the 2012 London Olympic Games. *Journal of Sport & Tourism*, 14, 2009: 143-167.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*; Campinas, v. 1, n. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007.

SYMONS, Caroline. *The Gay Games. A history*. New York: Routledge, 2010.

Uncle Donald's Castro Street. Gay Games II: the triumph in '86. Disponível em: <<http://gaygamescom.site.securepod.com/en/gaygames/gaygamehist.html#gg1>>, Acesso em 01/11/2011.

WADDELL, Tom. White Paper: why the games? 1982. Disponível em <<http://www.gaygames.com/index.php?id=200>>. Acesso em 02/11/2011.

WADDELL, Tom & SCHAAP, Dick. *Gay Olympian. The life and death of Dr. Tom Waddell*. New York: Alfred A. Knopf, 1996.

YOUNG, Perry Deane. *Lesbians and Gays in Sports*. New York/Philadelphia: Chelsea House Publishers, 1995.





## **História da politização do esporte no cenário internacional e o caso do *soft power* brasileiro**

*Rafael Tebaldi\**

*Marcos Paulo R. Quadros\*\**

**Resumo:** O artigo investiga o papel do esporte nas Relações Internacionais em perspectiva histórica, bem como sua utilização como instrumento de promoção do *soft power* brasileiro. Para tanto, inicialmente mapeia as origens e a consolidação do esporte na modernidade, apresentando o contexto que vislumbrou sua popularização e profissionalização. Salientando a funcionalidade das organizações internacionais esportivas, o artigo demonstra que eventos como os Jogos Olímpicos e as Copas do Mundo de futebol foram por vezes apropriados como ferramentas de proselitismo ideológico e operaram como espelho de momentos históricos politizados. Por fim, analisa-se a relevância histórica do esporte como ator da política externa brasileira, demonstrando que a escolha do Brasil como sede de megaeventos esportivos no futuro próximo pode colaborar para seu esforço de reposicionamento no cenário global e para sua tentativa de fortalecer o *soft power* brasileiro nos arranjos internacionais de poder.

**Palavras-chave:** história do esporte, politização do esporte, *soft power* brasileiro.

### **Introdução**

Ordinariamente considerado um tema marginal na historiografia e na literatura das Ciências Humanas de um modo geral, o esporte vem paulatinamente conquistando algum protagonismo na agenda de pesquisa da contemporaneidade. Nesse sentido, fatores como a instrumentalização política do esporte, seu apelo econômico e simbólico, sua influência na agenda externa de inúmeras nações e sua importância social mercidamente suscitam análises mais detidas.

Contudo, tais elementos revestem-se de especial relevância em países como o Brasil. Se, por um lado, o esporte assume significados culturais inegáveis para expressivas parcelas da população brasileira (pensemos na alastrada idolatria pelo futebol), é igualmente verdadeiro que a “indústria do esporte” movimenta recursos vultosos, contribuindo inclusive para projetos públicos de desenvolvimento. Como acréscimo, o Brasil vislumbrou, em mais de um episódio da sua história, o manejo do



esporte no palco interno dos embates políticos, e a diplomacia brasileira por vezes valeu-se do esporte (e dos esportistas) para promover e projetar o *soft power*<sup>1</sup> nacional.

Como corolário, importa salientar que os primeiros anos do século XXI se fizeram acompanhar de fatos novos que decididamente inseririam o esporte no rol de temas cruciais para o Brasil: o país alça-se à condição de sede da Copa do Mundo de futebol (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016). Para além da novidade, no entanto, o êxito do Brasil em sediar os citados “megaeventos” reclamou estratégias deliberadas e longamente erigidas que podem nutrir como objetivo justamente o reposicionamento do país em âmbito global.

Diante deste panorama, o presente artigo almeja inicialmente elaborar um mapeamento histórico do esporte em face das Relações Internacionais, mensurando seu desenvolvimento e modernização à luz dos diferentes contextos políticos que lhe suportaram. Neste particular, outorga-se grande importância ao advento das grandes competições esportivas modernas e de suas virtuais simbioses com ideologias e Estados nacionais (inclusive no que tange à realidade brasileira). Finalmente, aspira-se compreender a função historicamente conferida ao esporte na tarefa de divulgar e projetar o Brasil internacionalmente.

## 1. História do esporte na agenda internacional

Grande parte das pautas em relações e negociações diplomáticas costuma centrar-se em assuntos tidos como tradicionais na política internacional, cabendo citar tratados, convenções, disputas territoriais, rivalidades ideológicas, guerra e paz, comércio exterior, contenciosos jurídicos, etc. A despeito disso, a agenda é enriquecida permanentemente por matérias diversas fomentadas pela lógica dinâmica que é inerente aos atores internacionais: meio-ambiente e biodiversidade, segurança cibernética, imigração, transferência de tecnologias sensíveis, regramento das empresas multinacionais, propriedade intelectual, evasão de divisas, terrorismo, entre outros.



Porém, a emergência das “questões pós-materialistas” ou dos “novos temas” (ALVES, 2001) necessariamente englobará também o esporte, sobretudo se estiverem sob análise campos eminentemente dinâmicos como a História e as Relações Internacionais. Com efeito,

O macrocosmo da agenda internacional relaciona também, desde época prévia ao aparecimento desses novos temas, a questão momentosa do esporte, que serviu de móvel, mote e meio de propagandas nacionalistas, de teatro de peças políticas, de palanque de discursos populistas e de plataforma de pretendido domínio ideológico. No lado genuíno e positivo, o esporte serve de instrumento e cenário de sua divulgação institucional dos países, de percuciente formação de imagem externa, de pacificação e conagraçamento mundial (VASCONCELLOS, 2008, p. 9).

Na esteira desse raciocínio, vale assinalar que o esporte sofreu seu processo de modernização ainda no século XIX, oportunidade em que começou a ser politizado pelos Estados-nações europeus a serviço da forja de identidades nacionais. Assim, é imperativo examinar os fenômenos da modernização e da internacionalização do esporte em conjunto com seu processo de politização, em uma abordagem multidisciplinar que incorpora o sentido da interdependência.

De acordo com Marques, Gutierrez e Almeida (2008), a modernização do esporte, por exemplo, foi desencadeada a partir da transformação das próprias estruturas sociais, políticas e econômicas e da progressiva mercantilização da cultura. Assim, no ocaso do século XIX, arquitetos políticos perceberam que o esporte poderia operar como simulacro de competição entre os Estados. Em um período de franca expansão do imperialismo, características como a capacidade de promoção da identificação/coesão e a competitividade fizeram do esporte uma arma político-ideológica muitas vezes propedêutica (BRACHT, 1997).

No entanto, a instrumentalização política que se insinuava tem como contrapartida a criação de instituições internacionais especificamente moldadas para outorgar autonomia ao campo esportivo (RIBEIRO, 2008). Justifica-se assim a criação de entidades como o Comitê Olímpico Internacional (COI) em 1894 e a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) em 1904, representantes genuínas da



modernização do esporte. Ao mesmo tempo, o “renascimento” dos Jogos Olímpicos seguia a tendência de internacionalização:

Outro evento esportivo importante do século XIX, que se tornou ferramenta política dos Estados, foi o Olimpismo desenvolvido por Pierre de Coubertin<sup>2</sup> em um congresso na Universidade de Sorbonne, em 1894. O movimento olímpico foi inspirado no Esporte Britânico e nas descobertas arqueológicas de meados do século XIX a respeito da antiguidade grega e dos Jogos Olímpicos. Em 1896 o movimento Olímpico restabeleceu a realização periódica dos Jogos Olímpicos. Os Jogos Olímpicos Modernos foram responsáveis por uma grande propagação do Esporte pelo mundo, além disso, a participação nos jogos agregou o sentimento de representação nacional e muitos países utilizaram este valor para angariar prestígio político internacional (SIGOLI; DE ROSE JR., 2004, p.112).

Logo, se a reedição dos Jogos Olímpicos bebeu nas fontes da Grécia antiga, muitos dos esportes modernos (como futebol, críquete, boxe, tênis, ciclismo e remo, por exemplo) possuem sua origem na Inglaterra, que não por acaso, constituía um dos Impérios emblemáticos e estava no epicentro da Revolução Industrial:

[...] as novas atitudes em relação aos jogos e competições esportivas (noções como: oportunidades iguais, *fair play*, regras codificadas, arbitragem, ligas transregionais e treinamento) tinham espantosas analogias na vida pública da Inglaterra pré-industrial, [...] as características distintivas do esporte moderno têm sua origem precisamente nas mesmas circunstâncias sociais que fomentaram a produção industrial racionalizada (PRONI, 1998, p. 26).

Logo, os esportes modernos não são um “produto” apenas da industrialização, mas uma consequência da própria cultura e dos demais arranjos sociais que semearam o *ethos* mesmo da modernidade. As velhas competições que tanto excitaram as massas gregas e romanas no passado se resignificam para buscar adequação às novas demandas psicológicas da sociedade industrial.

Contudo, é somente com o término da Primeira Guerra Mundial que se observa uma real expansão internacional do esporte. Hugo Suppo (2012) destaca o surgimento da comunicação em massa – que transforma o esporte em um espetáculo acessível a grandes contingentes – como um dos principais motivos para tal internacionalização. A aceção social do esporte também é transformada e ampliada, já que o desenvolvimento do capitalismo e do cosmopolitismo alastrou consideravelmente o esporte para a esfera de influência das massas cidadinas e dos investidores privados e públicos. Antes virtualmente restritas ao lazer das elites aristocráticas, muitas práticas esportivas foram



se popularizado e adquirindo uma nova perspectiva, na qual as relações comerciais e o lucro se tornam elementos de atração (PRONI, 1998). Assim, o enorme mercado criado pelas sociedades de consumo de massa impulsionou a apropriação do esporte-espetáculo pela indústria do entretenimento.

A partir de então, o esporte passa a ter espaço crescente também na política externa dos países<sup>3</sup>, que precisaram (e ainda precisam) ter em conta o grande poder obtido pelas organizações internacionais que gerenciam o esporte. O COI, por exemplo, possui atualmente 115 membros, ao passo que a FIFA possuía, em 2010, 208 federações afiliadas, sendo que a Organização das Nações Unidas (ONU) possuía 192 países membros no mesmo ano.

Ao considerar essa realidade, Mearsheimer (1995) pondera que também as organizações internacionais operariam à sombra das regras criadas pelas grandes potências. Nesse sentido, haveria uma retroalimentação entre Estados e organizações esportivas, no qual ambas agiriam em conjunto a fim de manter a estabilidade de um *status quo* que lhes beneficia mutuamente. Em decorrência disso, o potencial de promoção de um Estado através do esporte se desenvolve no nível diplomático e na perseguição de benefícios simbólico-políticos e/ou econômicos (JESUS, 2012).

Com efeito, o prestígio e o poder atribuídos a um determinado Estado em tempos específicos podem ser também espelhados através do êxito deste Estado em sediar grandes eventos esportivos. Da mesma forma, o contexto político de cada época impacta no esporte. No caso dos Jogos Olímpicos, essa relação fica bastante evidente:

Ano	Cidade	País	Ano	Cidade	País
1896	Atenas	Grécia	1960	Roma	Itália
1900	Paris	França	1964	Tóquio	Japão
1904	Saint Louis	EUA	1968	Cid. do México	México
1908	Londres	Inglaterra	1972	Munique	Alemanha
1912	Estocolmo	Suécia	1976	Montreal	Canadá
1916	Não realizado		1980	Moscou	Rússia



<b>1920</b>	Antuérpia	Bélgica	<b>1984</b>	Los Angeles	EUA
<b>1924</b>	Paris	França	<b>1988</b>	Seul	C. do Sul
<b>1928</b>	Amsterdã	Holanda	<b>1992</b>	Barcelona	Espanha
<b>1932</b>	Los Angeles	EUA	<b>1996</b>	Atlanta	EUA
<b>1936</b>	Berlim	Alemanha	<b>2000</b>	Sydney	Austrália
<b>1940</b>	Não realizado		<b>2004</b>	Atenas	Grécia
<b>1944</b>	Não realizado		<b>2008</b>	Pequim	China
<b>1948</b>	Londres	Inglaterra	<b>2012</b>	Londres	Inglaterra
<b>1952</b>	Helsinque	Finlândia	<b>2016</b>	Rio de Janeiro	Brasil
<b>1956</b>	Melbourne	Austrália	<b>2020</b>	Tóquio	Japão

*Gráfico 1: Países-sede dos Jogos Olímpicos Modernos (elaborado pelos autores)*

Inicialmente, se percebe que os Jogos Olímpicos foram suspensos em ocasiões de forte tensão internacional, como no caso das duas guerras mundiais. É sintomático que em 1918, por exemplo, a assinatura dos tratados de paz tenha sido acompanhada pelo acolhimento da proposta de Pierre de Coubertin, que indicava a Bélgica como sede dos Jogos Olímpicos de 1920. A escolha, carregada de simbologia, não foi aleatória:

A eleição do território belga, um dos primeiros invadidos no conflito, tornou-se um gesto simbólico pela paz. Outro simbolismo palpável foi a criação do Pavilhão Olímpico, proposto pelo Barão de Coubertin em 1914, e composto por cinco aros entrelaçados, pintados no azul da Europa, no amarelo da Ásia, no negro da África, no verde da Oceania e no vermelho das Américas, cores que representam todas as nações porque pelo menos uma delas figura na bandeira de qualquer país (VASCONCELLOS, 2008, p.74).

Também merecem realce os jogos de Berlim, realizados em 1936. Inicialmente, a escolha da Alemanha como sede (o que ocorreu em 1931) assumia caráter duplo de pacificação e auxílio, tendo em vista a exclusão do país nas competições de 1920 e 1924 e a grave crise econômica que assolava a “República de Weimar” após as determinações do Tratado de Versalhes. Com a ascensão do hitlerismo, no entanto, a Alemanha buscou utilizar-se dos Jogos Olímpicos para promover e projetar a imagem e o poder da ideologia nacional-socialista:

Os suntuosos Jogos projetavam demonstrar a superioridade da raça ariana. O estádio, erguido especialmente para as Olimpíadas de Berlim, pelo Partido Nacionalista Alemão, exibia nas tribunas de honra o *Führer* Adolf Hitler e o





comando de líderes nazistas, enquanto nas arquibancadas 100 mil espectadores brandiam cartazes da suástica (idem, p. 77).

Da mesma forma, o esporte fora instrumentalizado politicamente pelo fascismo de Mussolini durante a Copa do Mundo de futebol de 1934. Se a própria escolha da Itália fascista como sede do evento demonstrava seu incremento de poder no cenário internacional, a vitória do país na competição serviu de justificação para a exacerbação do nacionalismo pelo regime.

O futebol operou como elemento de projeção internacional também para o Brasil. Com o término da Segunda Guerra Mundial, o país protocolou sua candidatura para sediar a Copa do Mundo de 1950<sup>4</sup>, advogando ser uma nação eminentemente pacífica, capaz de dotar o evento de um sentido simbólico de conagração entre os povos, de difusão da paz e de superação dos conflitos. A propaganda parece ter sido exitosa, uma vez que a candidatura brasileira é aceita por unanimidade pela Comissão Executiva da FIFA (FRANZINI, 2010).

A nova ordem mundial fortemente caracterizada pela bipolaridade entre os blocos capitalista e comunista igualmente estimulou os dois Estados protagonistas (Estados Unidos e União Soviética) a utilizarem o esporte como arma de propaganda e de disputa ideológica. Nas Olimpíadas de 1972, por exemplo, uma partida em especial ilustra o quão acirradas eram as disputas entre os dois atores. Na etapa final da competição de basquete masculino – modalidade dominada e de origem estadunidense –, os Estados Unidos venciam por apenas um ponto de diferença. Faltando três segundos para o término da partida, os soviéticos conseguiram virar o placar, sagrando-se campeões. Como consequência, os atletas recusaram-se a receber a medalha de prata.

Entretanto, o episódio que realmente marcou as Olimpíadas de Munique foi o sequestro e assassinato de atletas israelenses por um grupo de guerrilheiros palestinos. Para além da ferida causada ao “espírito olímpico”, este fato confirma que a visibilidade dos jogos instiga a ação de grupos interessados em divulgar uma causa política (como, aliás, ocorrera na Olimpíada anterior, quando os norte-americanos Tommie Smith e John Carlos levantam os punhos cerrados em alusão ao movimento dos Panteras





Negras). Se no primeiro caso se objetivava libertar prisioneiros palestinos e denunciar a situação política do Oriente Médio, no segundo visou-se promover os direitos civis dos negros nos Estados Unidos.

A conexão entre esporte e política fica evidente, da mesma forma, através dos boicotes aos Jogos Olímpicos. Os Estados Unidos se negaram a participar da edição de Moscou, em 1980, e outros 64 países aliados seguiram seu exemplo. A União Soviética, por sua vez, boicotou a edição seguinte, realizada em Los Angeles, no que foi acompanhada por todos os países da esfera de influência soviética<sup>5</sup>. Neste contexto, vale lembrar que a Copa do Mundo que seria sediada na União Soviética em 1990, teve a sede transferida pela FIFA para a Itália, provavelmente devido ao temor de boicotes similares àqueles ocorridos nas Olimpíadas.

Outro caso ilustre que envolve esporte e política internacional é aquele que ficou conhecido como “diplomacia chinesa do pingue-pongue”. O esporte, neste caso, abriu caminhos para soluções pacíficas entre os Estados Unidos e a China:

Em 1971, a República Popular da China convidou o time norte-americano de tênis de mesa para torneios de exibição. Era a aplicação da prática chinesa comum de utilizar o esporte como plataforma para acertamento político. Na ótica dos chineses, esses torneios esportivos, com resultados tendenciosamente favoráveis aos estrangeiros visitantes, serviam de distensão e preparo de clima para aproximações ampliadas em setores menos lúdicos, como o político e o comercial (VASCONCELLOS, 2008, p. 126).

O efeito dessa ação esportiva foi o recomeço do diálogo entre as duas nações, e os Jogos Olímpicos de 2008, realizados em Pequim, podem ser tidos como o marco simbólico da definitiva incorporação da China ao cenário internacional:

O clímax emblemático desse período foi o drama dos Jogos Olímpicos de Pequim, que ocorreu no exato momento em que a crise econômica começava a sacudir o Ocidente. Mais do que puramente um evento esportivo, as Olimpíadas foram concebidas como uma expressão do ressurgimento chinês. A cerimônia de abertura foi simbólica. As luzes no enorme estádio se apagaram. Exatamente oito minutos após as oito horas (horário chinês), no oitavo dia do oitavo mês do ano, tirando vantagem do número auspicioso que levava aquele dia a ser o escolhido para a abertura, 2 mil tambores quebraram o silêncio, tocando com um som ensurdecedor e contínuo por dez minutos como que dizendo: ‘Chegamos. Somos um fato da vida, não mais a ser ignorado ou desprezado, mas preparado para contribuir com nossa civilização para o mundo’. Depois disso, o público assistiu a uma hora de encenações sobre a civilização chinesa. O período de fraqueza e realizações aquém do



esperado chegava oficialmente a um desfecho. Pequim era mais uma vez o centro do mundo; e sua civilização, o foco de respeito e admiração (KISSINGER, 2011, p. 481-482).

Para o mais, a “ascensão do resto” (ZAKARIA, 2008), denuncia a mutação do sistema internacional, que passa incorporar atores como o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul, formando o conhecido BRICS. A ascensão destes países emergentes é passível de ser visualizada também através dos megaeventos esportivos. Depois dos Jogos Olímpicos realizados na China, em 2008, assinala-se que a Copa do Mundo de 2010 foi realizada na África do Sul. Ademais, os Jogos Olímpicos de Inverno de 2014 e a Copa do Mundo de 2018 terão a Rússia como sede, ao passo que a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, conforme já referimos, ocorrerão no Brasil.

Dito isso, importa apresentar o conceito de *soft power* e a sua relação com o esporte e as pretensões internacionais do Brasil.

## **2. O esporte e o *soft power* brasileiro**

O conceito de *soft-power* está alicerçado nas reflexões de Joseph Nye (1991), que diferencia duas formas de execução e manutenção de poder no sistema internacional: o *hard power* e *soft power*. Nye observa que o exercício do poder no sistema internacional supõe a habilidade de se obter resultados desejados, podendo influenciar outros atores para alcançá-los. Assim, coerção, indução e cooptação emergem como os três principais modos de interação na política internacional. Enquanto o *hard power* se fundamentaria na coerção e na indução, o *soft power* basear-se-ia na cooptação (NYE, 2004). Logo, o poderio militar e a força econômica são exemplos do *hard power*, uma vez que podem ser empregados com a finalidade de se pressionar/forçar os demais atores a mudarem de posição, sendo que o *soft power* seria um instrumento que coopta os atores ao invés de coagi-los: “se eu conseguir levá-lo a querer fazer o que eu quero, não precisarei obrigá-lo a fazer o que você não quer” (NYE, 2002, p. 37).



O *soft power*, portanto, se apoia na habilidade de definir uma agenda política, apresentando-se como a branda capacidade de sedução e de atração encerrada por um Estado. Tal capacidade tende a se associar a recursos de poder intangíveis (como cultura, ideologias e instituições) de modo que o *soft power* provém, em grande medida, dos valores expressos pelo comportamento e pela política adotada internamente e projetada internacionalmente por um Estado. Essa dinâmica

[...] faz com que o *soft power* seja, muitas vezes, incidental. A partir do momento em que uma nação percebe que sua cultura, ou parte de sua cultura, exerce algum tipo de influência positiva no exterior, o governo e aqueles que atuam internacionalmente passam a explorar tal característica como uma ferramenta de penetração e facilitação nas suas relações internacionais (AMAZARRAY, 2011, p.21).

É dentro desse contexto que ordinariamente se fixa o esporte como ferramenta de *soft power* dos países. Conforme atesta documento elaborado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil,

Nos últimos anos, o Governo passou a valorizar o esporte também como mecanismo de inserção internacional. O Brasil se preparou para entrar na cena dos grandes eventos esportivos. A realização dos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos Rio 2007 foi uma demonstração da capacidade do País para sediar e atrair grandes eventos, como foi o caso das candidaturas para a Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA) 2014 e para as Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016 (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTAO, 2011, p. 344).

O processo de abrigar os citados megaeventos esportivos no Brasil começou ainda em 2002, com a realização dos Jogos Sul-Americanos nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Belém. Desde então, o país sediou os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos (2007), os Jogos Mundiais Militares (2011) e a Copa das Confederações (2013). Somados aos dois eventos que ocorrerão no futuro próximo, as atrações esportivas podem ser enquadradas como um esforço diplomático deliberado de melhorar a “imagem” do Brasil, aumentando sua visibilidade e sua exposição internacional.

Ao realizar políticas públicas de desenvolvimento do esporte de alto rendimento com a finalidade de tornar o país uma potência esportiva e ao decidir sediar os megaeventos esportivos, o Brasil assume uma enorme responsabilidade internacional.



Isso pode ser elucidado, por exemplo, pelo fato de que as instituições organizadoras dos megaeventos esportivos (no caso, FIFA e COI), ao realizarem a escolha da sede, procuram por Estados que já possuam certa relevância no cenário internacional e que já tenham cumprido uma série de tarefas em suas agendas domésticas, tais como consolidação da democracia, estabilidade econômica e atenuação dos problemas sociais. Assumindo, portanto, estas responsabilidades, os governos atraem para o Brasil uma visibilidade que transcende o esporte, uma vez que o público externo fatalmente não buscará apenas assistir as competições, mas também verificar o que o país tem a oferecer em diversas áreas. Em suma, estará em foco a imagem que o Brasil pretende transmitir ao mundo (OLIVER, 2012).

De acordo com o Ministério do Esporte, o Brasil divulgará os megaeventos esportivos a partir das seguintes diretrizes: “vamos celebrar nossas conquistas e demonstrar nossas capacidades” e “o Brasil está pronto para encantar o mundo”:

*Vamos Celebrar* associa-se com a convocação da população, a união nacional, o orgulho e autoestima. *Nossas Conquistas* associa-se ao desenvolvimento, aos avanços realizados na área social e a inovações. *Demonstrar Nossas Capacidades* mostra ao mundo um país e um povo capaz e promove na população o desejo de mostrar excelência. *Brasil Está Pronto* agrega novos atributos a imagem do país, como modernidade, inovação e sustentabilidade. Associa a uma nação preparada, capaz, desenvolvida, confiável, do presente. *Encantar o Mundo* associa a um país hospitaleiro, tolerante, que vive a diversidade, recebe o mundo e com o qual todos se identificam. Também preserva atributos já consolidados pelo Brasil, de um povo alegre e que celebra (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2011, p. 9).

Desse modo, fica explícita a importância que o esporte possui, tanto em sua esfera de alto rendimento como nos megaeventos, para a promoção de imagem do país, explicitando a forma de inserção internacional adotada pelo governo brasileiro através de seu *soft power*.

Neste particular, é imperativo pôr em evidência o papel ocupado pelo futebol na sociedade brasileira. O futebol sempre contribuiu para a difusão dos valores culturais brasileiros, incrementando as relações econômicas e de fraternidade com outros povos. A ideia de “país do futebol”, com efeito, não raras vezes solidifica a simpatia internacional pelo Brasil e o promove entre as massas. Conforme Kowalski (2008), o



Brasil se tornou mais reconhecido no cenário internacional pelo futebol do que por seu processo civilizatório. Para a autora, o futebol no Brasil pode ser visto como um fator de “coesão nacional”. Desse modo, o futebol seria um “microcosmo do caráter nacional brasileiro” (FREITAS; MOSKO; SOUZA, 2008, p. 1).

Tamanha potencialidade não deixou de ser percebida por determinados atores políticos, que a exploraram ideologicamente. É o caso da Copa do Mundo de 1970, evento vencido pelo Brasil e que foi alvo de grande influxo político por parte do governo então chefiado pelo general Médici. Na oportunidade, o famoso *jingle* que em seu trecho mais célebre remetia aos “setenta milhões em ação”<sup>6</sup> e incitava “pra frente Brasil, salve a seleção!” penetrou consideravelmente no imaginário de parcelas expressivas da população, tornando-se uma ferramenta de propaganda/exaltação do próprio regime, que à altura iniciava seu projeto de “grande potência” na esteira do “milagre brasileiro”. Torcer pela seleção de futebol significava torcer pela ascensão do Brasil.

Além de divulgar informalmente a imagem do país e de eventualmente operar como agente de política interna, o futebol adquire um papel diplomático no âmbito das políticas externas do Estado brasileiro, atuando nesse campo em outros momentos da história. Como exemplo, pode-se mencionar o “Jogo da Paz” realizado entre Brasil e Haiti na cidade de Porto Príncipe, em 2004:

Na primeira visita de um Presidente da República brasileiro ao Haiti, no momento em que a comunidade internacional uniu-se para prestar apoio à democracia, à estabilidade e à reconstrução do país, as ações civis mais visíveis escolhidas como contribuição do Brasil ao desenvolvimento institucional, econômico e social daquele país foram uma missão brasileira coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação e o “Jogo da Paz” entre as Seleções de futebol do Brasil e do Haiti (VASCONCELLOS, 2008, p. 256).

Em virtude de ações semelhantes, o Brasil é universalmente conhecido como o a terra do futebol, e a seleção canarinho encarnaria o *ethos* da “pátria de chuteiras”. Se a última expressão tem gênese nas alegorias de Nelson Rodrigues, não deixa de ser curioso que o governo brasileiro a tenha adotado como *slogan* de sua campanha para sediar a próxima Copa do Mundo: “O uso dessa expressão como conceito da campanha



tem o intuito de inspirar o conteúdo de comunicação do Governo Federal alusivo ao esporte, mobilizando os brasileiros para o envolvimento com essa paixão nacional, o futebol” (SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2013, p. 4).

Assim, a histórica identificação do Brasil com o esporte de um modo geral e com o futebol em especial leva a crer que o tema continue adquirindo relevância no porvir, inclusive no que se refere à confecção da política externa e do *soft power* brasileiro.

### **Considerações finais**

A crescente relevância das manifestações esportivas nas esferas sociais, culturais, econômicas e políticas se deve, em grande parte, ao prestígio conferido pelas próprias sociedades ao esporte na atualidade. Apreciado por fatias significativas dos povos, o esporte historicamente desempenhou papéis de relevo no contexto global da modernidade, sendo empregado tanto para fins eminentemente pacíficos como para o atingimento de metas político-ideológicas.

Nesse sentido, a modernização do esporte ocorreu em paralelo à modernização ocidental e ao advento das sociedades de massa que emergiram da Revolução Industrial oitocentista. Transcendendo a abrangência até então virtualmente limitada às elites europeias, as práticas esportivas se popularizam e adquiriram o *status* de “negócio” para um capitalismo em ativa transformação.

Tornando-se mais do que mero entretenimento, o esporte então se profissionaliza e passa a ser regido por organizações internacionais influentes que, como vimos, desempenharam um papel crucial para moldar as competições esportivas de acordo com o formato consagrado na contemporaneidade.

No entanto, a profissionalização do esporte paradoxalmente gerou sua instrumentalização política, de modo que competições como os Jogos Olímpicos e as Copas do Mundo de Futebol muitas vezes serviram de palco para o proselitismo





ideológico e para o embate de poder entre os Estados em diferentes contextos históricos. Assim, se as emblemáticas Olimpíadas de 1936 foram apropriadas pela propaganda nazista em seu esforço de proclamar a supremacia da “raça ariana”, as Olimpíadas de 1972 (curiosamente também realizadas na Alemanha) assistiram a ação de novos atores internacionais – os grupos terroristas – que buscaram a visibilidade global dos jogos para desenvolver sua plataforma política. Finalmente, assinalou-se que os boicotes aos Jogos Olímpicos bem representaram o clima político vigente durante a Guerra Fria, fazendo com que o esporte espelhasse a realidade histórica daquele momento.

No entanto, o esporte foi instrumentalizado politicamente também pelo Brasil. Se Getúlio Vargas triunfou quando obteve para o Brasil o direito de sediar a Copa do Mundo de 1950 (“vendendo” o *soft power* do país como uma pátria da confraternização e da tolerância que seria capaz de representar a superação da Segunda Guerra Mundial), o regime militar valeu-se da Copa de 1970 para robustecer seu projeto político e inculcar o nacionalismo.

Assim, a utilização do esporte como ferramenta do *soft power* brasileiro fez parte da história diplomática do país, de forma que a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 compõem uma estratégia mais ampla de promoção e reposicionamento internacional do Brasil. Sediando tais eventos, o Brasil almeja reforçar a ideia de ser a nação pacífica por excelência, além de supostamente desfrutar de um desenvolvimento econômico e social robusto o suficiente para reclamar posições de maior destaque no sistema internacional.

Em face dessa realidade, tudo leva a crer que o esporte (e, no caso do Brasil, o futebol em particular) permaneça sendo empregado politicamente, sendo um acessório importante para a confecção da política externa e para a afirmação da imagem do país no concerto das nações.

**Notas:**





\*Bacharel em Relações Internacionais com ênfase em Diplomacia Empresarial. *E-mail:* tebaldirafael@gmail.com

\*\*Doutorando em Ciências Sociais (PUCRS/Instituto de Estudos Políticos – Lisboa). Professor da Faculdade América Latina (FAL-Caxias) e pesquisador do Centro de Análises Econômicas e Sociais (CAES). *E-mail:* [marcosrq@hotmail.com](mailto:marcosrq@hotmail.com)

1. O conceito será aprofundado ao longo do artigo.
2. Pierre de Coubertin (1863-1937), idealizador dos Jogos Olímpicos Modernos, foi responsável pela formatação do Comitê Olímpico Internacional de sua época.
3. A França foi o primeiro país a adotar o esporte como um instrumento na sua política externa ao criar a “*Section du tourisme et de sport*” dentro do seu Ministério das Relações Exteriores, em 1920.
4. A proposta foi lançada ainda durante o Governo de Getúlio Vargas.
5. A Romênia constituiu a única exceção.
6. A expressão fazia referência à totalidade da população brasileira, que em 1970 era composta por aproximadamente setenta milhões de pessoas.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine; GUTIERREZ, Gustavo Luiz; MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. A Transição do Esporte Moderno para o Esporte Contemporâneo: Tendência de Mercantilização a partir do Final da Guerra Fria. In: *Esportes na América Latina: atualidades e perspectivas*. Curitiba: UFPR, 2008.

ALVES, Jose Augusto Lindgren. *Relações Internacionais e temas sociais: a década das conferências*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.



AMAZARRAY, Igor Chagas. *Futebol: o esporte como ferramenta política, seu papel diplomático e o prestígio Internacional*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. Vitória: UFES, 1997.

FRANZINI, Fábio. Da expectativa fremente à decepção amarga: o Brasil e a Copa do Mundo de 1950. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, nº 163, jul-dez, 2010, pp. 243-274.

FREITAS, Miguel Archanjo de; MOSKO, José Carlos; SOUZA, Vinicius Marques de. Futebol e Modernidade: Contradições de uma Sociedade em Mudança. In: *Esportes na América Latina: atualidades e perspectivas*. Curitiba: UFPR, 2008.

JESUS, Diego Santos Vieira de. Triunfo, desgraça e outros impostores: um ensaio sobre hierarquia e exclusão no esporte e nas relações internacionais. São Paulo: *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, vol. 25, nº 3, 2011, pp. 417-430.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

KOWALSKI, Marizabel. Futebol – A Esportivização do brasileiro. In: *Esportes na América Latina: atualidades e perspectivas*. Curitiba: UFPR, 2008.

MEARSHEIMER, John. The false promise of international institutions. Boston: *International Security*, vol. 19, nº.3, 1995, pp. 112- 135.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Plano de Promoção do Brasil: A Copa do Mundo FIFA como plataforma de promoção do país*. 2011. Disponível em



<[http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/sobreacopa/plano\\_promocao\\_brasil.pdf](http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/sobreacopa/plano_promocao_brasil.pdf)>. Acesso em: 01/12/2013.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. *Balanço de Governo 2003-2010*. 2011. Disponível em <<https://i3gov.planejamento.gov.br/>>. Acesso em: 01/11/2013.

NYE, Joseph Jr. *Soft Power: the means to success in the world politics*. New York: Public Affairs, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Paradoxo do Poder Americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

\_\_\_\_\_. *Bound to Lead: the Changing Nature of American Power*. New York: Basic Books, 1991.

OLIVER, Iata. Megaeventos esportivos e relações internacionais como estratégia de atração turística. Brasília: *Observatório de Inovação do Turismo*, vol. 7, n° 1, 2012, pp. 1-19.

PRONI, Marcelo Weishaupt. *Esporte-Espetáculo e Futebol Empresa*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998.

RIBEIRO, Luiz Carlos. Autonomia no Esporte. Relação entre Política e Esporte no Modelo Europeu. In: *Esportes na América Latina: atualidades e perspectivas*. Curitiba: UFPR, 2008.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Por Dentro do Brasil: Esportes*. 2009. Disponível em



<[http://www.brasil.gov.br/navegue\\_por/noticias/textos-de-referencia/politica-de-esportes](http://www.brasil.gov.br/navegue_por/noticias/textos-de-referencia/politica-de-esportes)>. Acesso em: 13/05/2013.

SIGOLI, Mário André; DE ROSE JR., Dante. A história do uso político do esporte. Brasília: *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, vol. 12, nº. 2, 2004, pp. 111-119.

SUPPO, Hugo. Reflexões sobre o Lugar do Esporte nas Relações Internacionais. Rio de Janeiro: *Contexto Internacional*, vol. 34, nº. 2, 2012, pp. 397-433.

VASCONCELLOS, Douglas Wanderley. *Esporte, Poder e Relações Internacionais*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

ZAKARIA, Fareed. *O Mundo Pós-Americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.



## Para ser forte, garboso e atilado: cultura física na Paraíba do início do século XX

*Azemar dos Santos Soares Júnior\**

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar os saberes médicos sobre a cultura física e a prática de esportes colocadas em circulação nos periódicos da cidade da Paraíba, atualmente, João Pessoa, nas duas primeiras décadas do século XX. Trata-se de um projeto médico sanitário que viu na propagação das benfeitorias do esporte uma possibilidade de disciplinar higienicamente a população paraibana afastando-a das doenças, da fraqueza e das torpezas e aproximando-a da força, da saúde e da beleza. As notícias foram publicadas nos jornais de maior circulação da cidade, a exemplo de *A União*, do jornal católico *A Imprensa*, e, nos liberais, *A Notícia* e *Jornal da Paraíba*. Para tanto, clubes atléticos foram construídos como espaços capazes de oferecer a uma parcela da população o acesso à cultura física, especialmente à ginástica sueca tão em voga na época e oferecida pelas escolas privadas. A análise dos discursos produzidos pelos intelectuais médicos, ou não, permitiu, como mostraremos ao longo do nosso trabalho, escrever uma história do esporte na Paraíba que aspirou modelar e higienizar corpos de homens e mulheres associando, assim, esporte, beleza e bem-estar.

**Palavras-chave:** Esporte, Cultura Física, Ginástica.

“Os exercícios hygienicos, ao ar livre como os passeios pela manhã em torno dos pittorescos arredores de nossa capital, a gymnastica sueca tão recomendada pelos melhores médicos do mundo, [...] a natação, considerada como mais completa e útil *sport*; as diversas corridas a pé e de obstáculos merecem ser propagados em nosso meio”.

(*A União*, 21 set. 1916)

Usava roupas curtas. Não por conta do calor escaldante da capital paraibana, mas para acentuar os músculos de seu corpo torneado pelo trabalho físico e de aparência quase escultural. A camiseta regata deixava à mostra bíceps e tríceps, peitoral definido e barriga reta. O short seguia o ritmo da camisa: fazia salientar os músculos das grossas pernas. De pele clara, cabelos curtos e um semblante calmo, o atleta parecia esbanjar saúde e beleza. A intenção? Provavelmente chamar a atenção dos leitores d’*A União* para a necessidade do dia: cuidar do corpo e da saúde através da prática do esporte. A notícia de 13 de março de 1923 tratava de apresentar o Sr. Max Gallant, campeão mundial de luta romana que visitava a cidade para apresentação pública no Teatro Santa Rosa. De lá deveria partir em desfile pelas principais ruas junto ao “sympathico e invencível campeão Cocota” (*A União*, 13 mar. 1923).



Narrativas como essa se tornaram bastante comuns nos jornais de grande circulação nas principais cidades da Paraíba na primeira metade do século XX. Publicavam-se imagens de corpos torneados pelos exercícios físicos, e divulgavam-se os benefícios da ginástica, as benfeitorias à saúde, o modelo de culto cívico e as normas civilizatórias em voga. Apresentava-se à sociedade paraibana aquilo que os países ditos civilizados defendiam como ideal para os corpos de homens e mulheres. Induzia-se à construção de novas instituições defensoras do corpo saudável e metricamente delimitado. Reiteravam-se a divulgação de um novo saber médico pedagógico e a propagação dos esportes. Para isso, foram fundados centros atléticos, clubes de futebol, espaços de recreação, além das normas disciplinares instituídas pela disciplina de educação física nas escolas de ensino primário.

Sanitaristas como Flávio Maroja, Teixeira de Vasconcelos e Acácio Pires, bem como outros intelectuais, a exemplo de Carlos Delgado Fernandes e Carneiro Leão, defendiam fervorosamente a cultura física. Para esses profissionais, só era possível “atestar a utilidade della – da cultura física – dizendo que os exercícios *physicos* systematizados fazem parte integrante da educação infantil dos povos mais cultos, como norte-americano e o japonês, cuja fortaleza de corpo a todo se admira” (*A União*, 20 ago. 1919). Assim, quaisquer exercícios e/ou aparelhos utilizados para enrijecer os músculos eram bem vindos à sociedade que se aspirava ter. A tarefa não parecia fácil. Não se mudam os hábitos de uma população da noite para o dia. O projeto médico-sanitarista demandava tempo um pouco mais prolongado para que pudesse ser, de fato, implementado, uma vez que era preciso inculcar os novos preceitos de forma hábil e prazerosa. Era esse, pois, o grande desafio.

Considerando-se o cenário acima, apresentaremos o processo de implantação da cultura física na sociedade paraibana sob a influência do discurso médico normativo responsável por erradicar os grandes e pequenos males que faziam padecer o corpo e adoecer a alma. Os discursos científicos da medicina fizeram nascer novos saberes gestados pela *Higiene*, dos quais o primogênito parecem ser os exercícios físicos. Estes se tornaram expressão de civilização por conterem o corpo, ajustarem os movimentos e



adequarem o corpo ao uso dos novos objetos ofertados pela moda. Em outras palavras, instauraram uma nova pedagogia calcada na educação do corpo de acordo com os novos preceitos, limpando-os, mantendo-os cheirosos e paramentados, atribuindo vitalidade e fortalecendo a resistência corporal.

### **Sobre a cultura física**

Com os primeiros raios de sol do dia 28 de janeiro de 1923, o Sr. Carlos Delgado Fernandes preparava-se para se dirigir ao Teatro Santa Rosa onde faria uma conferência a pedido do Clube do Remo que comemorava o aniversário da Batalha do Riachuelo. O tema da conferência: Cultura Physica. O público - anunciava o jornal *A União* – era a “nossa melhor sociedade”. O famoso intelectual paraibano tratou, na ocasião, de divulgar seu novo panfleto sobre a “gymnastica das senhoras e as generalidades da cultura physica concernentes ao homem”. Os interessados, apelou o autor, deveriam dirigir-se a Casa Penna, onde dispunha de cem exemplares para venda.

Embora Carlos Delgado Fernandes tenha dedicado boa parte de suas obras à literatura, foi no campo da medicina que fez os mais fervorosos combates. Defendeu a higiene e a cultura física, como diziam seus amigos mais próximos, como um atleta disciplinado e sem perder a força de vontade. Desde os “dezoito annos de idade Carlos pratica vários systemas de gymnasticas e Sport; sua composição já era naturalmente forte; seu temperamento sempre foi intrepido e aventureiro” (*A União*, 05 jun. 1923). Defendia que o homem saudável precisava ser nadador, remador, cavaleiro... só assim poderia levar uma vida voltada ao vigor dos músculos. Em suas conferências, fez questão de “incitar a mulher a prática de gymnastica como verdadeira arte de embellezamento physico, segurança da raça, atributo da felicidade” (*A União*, 05 jun. 1923).

No discurso proferido no Teatro Santa Rosa, não poderia ser diferente. Primeiro, defendeu fortemente as benfeitorias dos exercícios físicos aos corpos femininos que, além de belos, deveriam estar aptos para a procriação. Exaltou a mocidade, o belo e a





vitalidade. Deixando de lado sua modéstia, criticou os sistemas “vazios de gymnastica e Sport que não cuidam da postura de forma adequada e que não seguem os meus mais aproveitáveis conselhos” (*A União*, 05 jun. 1923). Em seguida, falou sobre os males causados pelo uso do tabaco e do álcool ao corpo humano. Acusou serem dois vícios estúpidos e ruidosos que só os fracos contraíam em consequência da falta de esperança. O fumo chegou a ser considerado chique. Hábito do bom tom, porém capaz de deixar os dentes amarelados e o ar poluído pela nicotina e o infesto odor. O uso constante do fumo causava sérias doenças ao corpo humano: infecções viscerais e nervosas, bronquite, cegueira, surdez e problemas cardíacos. Faz-se necessário ainda “notar que esse hábito forra o nosso organismo de uma tão profunda intoxicação que impossibilita a aceção therapeutica dos medicamentos” (*A União*, 28 jan. 1923). E concluía suas seções quase que com um brado retumbante: “se queres ser fortes, garbosos, atilados, com bons sentidos, bons músculos e bons nervos, nãois podeis fumar, porque o tabaco mina precisamente as fontes psychicas da vossa personalidade” (*A União*, 05 jun. 1923). As comparações foram táticas utilizadas pelo autor para amedrontar os leitores/ouvintes. Chamou a atenção para a relação entre nervos e vontade, na maioria das vezes débeis; força e contração muscular, resistência e energia. A intenção era alertar a população letrada sobre os desperdícios de força e energia provocados pelo uso do tabaco, bem como informar que os futuros atletas só atingiriam a bravura através da disciplina da vontade, que deve ser maior que a disciplina da força.

Outro inimigo do corpo saudável é o consumo diário de “um calix de licor, um copo de wiske ou de absintho diluído em água tônica ou mineral que os homens adoram” (*A União*, 28 jan. 1923). Para Carlos Delgado Fernandes, o álcool era responsável pela miserável aparência do ser humano, dono de uma comovente degradação, o portador de vozes da agonia. Essas pessoas se tornavam motivos de lástima. Seres medíocres e repulsivos.

Tais afirmativas tornaram-se recorrentes nas publicações dos intelectuais na intenção de divulgar as vantagens da prática de esportes e/ou atividades físicas, bem como os sérios problemas ocasionados pelos vícios considerados repulsivos à saúde.



Carneiro Leão defendeu no ano de 1919 a introdução da prática esportiva para as crianças o mais cedo possível, especialmente “as classes menos afortunadas”. Chamou atenção do governo municipal para a realização da referida atividade em praças públicas garantindo-lhes “saúde, alegria, energia por intermédio de uma educação physica que deva ser o fundamento do vigor e seleção da raça” (*A União*, 27 mai. 1919). Segundo o jornalista, fazia-se urgente a intervenção da municipalidade, pois só os poderes públicos poderiam naquele instante estimular às manifestações esportivas a população que não tinha acesso às escolas privadas. E seguia afirmando: “deve-se fiscalizar e premiar as iniciativas particulares de atletismo, realizar concursos e etc.” (*A União*, 27 mai. 1919). Não poderia ser admitido que as praças públicas e parques da cidade, lugar destinado por excelência às crianças, permanecessem num inexplicável abandono. As razões para o abandono desses espaços, bradava a edição de 27 de maio de 1919, era provavelmente o “nenhum atractivo que os nossos logradouros oferecem a curiosidade buliçosa dos pequeninos”, e prosseguia: “Faltam nelles, com effeito, os jogos infantis, que em outras cidades ae estimulam com uma concepção intelligente de saúde, força, agilidade e alegria”.

É importante lembrar que a maioria desses intelectuais se apropriava de um saber médico em circulação e publicava nos jornais de grande circulação como se fossem de sua autoria. Boa parte dos escritos, eram enviados pelos médicos sanitaristas da Capital Federal, parte deles ressignificado a realidade local e publicado. No mesmo sentido, vai a publicação enviada para o jornal *A Imprensa* na edição de 22 de maio de 1919. A autoria pertencia ao médico Gouveia de Barros que defendeu fervorosamente a utilização dos espaços públicos como lugar de desenvolvimento de atividades físicas, especialmente por ser um lugar:

de apego da creança aos parques e jardins, o interesse com que consagram horas ao deleite desse ambiente, puro onde oxygenam os pulmões, e riem, e saltam e gritam na mais encantadora liberdade, desenvolvem na alma infantil os gostos pelos exercícos physicos e o carinho pelas plantas e pelos pássaros, companheiros cotidianos das suas recreações (*A Imprensa*, 22 mai 1919).



Ambos, insistem na obrigatoriedade do dever público municipal em difundir o esporte nas praças públicas. Defenderam a circulação de um saber que almejou fazer com que a população compreendesse as vantagens da realização de atividades físicas para a “sociedade, para o país, para a raça acarretando a systematização da cultura physica difundida inteligentemente entre as crianças e o povo em geral” (*A Imprensa*, 22 mai 1919).

Noutra chamada d’*A União* sobre a cultura física, é feito o alerta sobre a conveniência dos exercícios corporais, ou melhor, daquilo que chamavam de *in corpore sano*. A publicação parecia estar em consonância com os ideais de movimentos do corpo infantil, os quais vinham sendo divulgados no decorrer dos anos. Além disso, falava-se dos jogos que movimentavam o corpo por inteiro. Nesta mesma publicação, definia-se por jogo tudo aquilo que ensina a natureza, como o instinto da infância reclama e prefere; que precisa ser variado fugindo da monotonia das escolas; que possua uma vigilância médica e a realização de uma ginástica sistematizada seguindo as prescrições normativas. O jornalista André Roma fez severas críticas às atividades físicas desenvolvidas nas escolas chamando-as de monótonas, responsáveis pelo “factor de aborrecimento, e as vezes contraproducente, só para dar na vista, por espírito de novidade e nada mais” (*A União*, 20 fev. 1921).

Embora a orientação médico pedagógica seja da obrigatoriedade do ensino de educação física nas escolas públicas da Paraíba, segundo Soares Júnior (2011), essa realidade não podia ser observada. Esse ensino restringia-se quase que exclusivamente às escolas privadas. As escolas públicas tiveram que aguardar o advento da Era Vargas para vivenciar a realização das atividades físicas nessas instituições. O que existia, na verdade, era a defesa do esporte, porém, afastado dos muros escolares, fato que trataremos mais adiante. As duas primeiras décadas do século XX vivenciou aquilo que Victor Melo (1999) chama de “febre esportiva” ou “civilização do esporte”, ou seja, uma euforia pelo moderno, pelos novos modos de ver e de ser visto, de agir, jogar, se comportar, de lidar com o corpo. Na Paraíba, essa febre esportiva ganhou a princípio as páginas amarelas dos jornais e lentamente foi ganhando as ruas, praças, parques até



gradualmente adentrar as escolas. A propagação dos saberes médicos intitulada “cultura physica” faz parte do projeto higienista nacional que contemplava o esporte como fator vital para o aprimoramento físico do corpo; daí o incentivo às atividades físicas nos mais diversos espaços.

O assunto era a pauta da ordem do dia. Despertou interesses e críticas, conforme narra Meily Assbú Linhares (2009, p. 335):

O debate sobre o esporte acontecia na sociedade como um exercício de demarcação de identidades compartilhadas e politicamente posicionadas, onde adesões e críticas, prós e contras, eram expressos por jornalistas, médicos, educadores, militares e esportistas por meio de jornais, revistas, livros, estudos, conferências, teses. Suas ideias circulavam em congressos, associações, clubes, agremiações, sociedades... múltiplos lugares de produção de ideias, de práticas, de interesses e de discursos.

A prática esportiva, conforme defendeu Soares Júnior (2011, p. 174), passou a ser entendido como parte de uma vida moderna de uma parcela da sociedade que assumia um lugar de prestígio social. O corpo representava tal prestígio. Estar dentro dos padrões eugênicos, higiênicos e esportivos da época dava valor ao cidadão com tudo no lugar. O corpo rígido ganhava sintonia com o mundo moderno. Não se tratava de um reconhecimento pleno de toda a sociedade, mas de grupos ditos “científicos” que divulgavam o modelo de corpo esportista, como também daqueles homens e mulheres que se encantavam com os novos padrões estéticos.

Apesar de um grupo de médicos e professores defender a existência dos esportes nas escolas para as crianças, era bastante comum circular nos jornais o debate dessa possibilidade chegar a se efetivar. Alguns levantaram a bandeira contra. Foi o caso do jornalista André Roma embebido das ideias do médico francês Maurice Boyget. O intelectual condenava “a idéia de se criar uma matéria nova entre as disciplinas escolares” (*A União*, 20 fev. 1921) e recomendava que “os jogos, os exercícios, como todos nós fazíamos na puerícia, tanto melhor quanto é feito ao ar livre, no campo, se possível onde os pequenos no convívio alegre de seus professores” (*A União*, 20 fev. 1921), dentre as principais atividades orientadas a essas crianças estavam a corrida, o salto, a subida nas árvores ou qualquer outra atividade que possibilitasse o pleno



funcionamento dos pulmões. Segundo esses intelectuais, a abundância de lugares abertos ao oxigênio era indispensável aos “verdes anos das creanças”. Noutras palavras, afastavam das crianças o direito de realizar ginástica e no lugar dela propunham o exercício livre do corpo, os jogos e as brincadeiras sem quaisquer regras metódicas que pudessem provocar a monotonia. André Roma recorreu à opinião de Ling sobre *sports e cultura physica*: o atletismo não deve ser aplicado a crianças, pois se torna uma preocupação mórbida capaz de “dá aos brutamontes tuberculosos, de músculos formidáveis e respiração imperfeita”. Assim, defendia que mais importante que possuir corpo vigoroso e forte era respirar bem, atingir os níveis de oxigenação capaz de afastar de si as doenças respiratórias que rondavam os corpos das crianças de todos os lugares. Levavam-se em consideração ainda os cuidados com o calor responsável por censurar o *foot-ball* em pleno verão.

Embora o assunto em pauta fossem a cultura física, os cuidados com o corpo e a saúde através da prática de esportes, parte dos intelectuais que escreviam para os periódicos que chegavam às casas da elite paraibana parecia ir à contra mão. A prática de esportes não era, pois, associada à ação educativa:

Educar é desenvolver e aperfeiçoar a consciência moral e o poder da vontade, concorrendo a saúde e o vigor physico como base anatomo-physiológica, como a rocha onde penetram as raízes do ser moral [...] não esqueçamos do espírito, que não é tudo mas é o principal. [Pender] para a cultura physica, vem o prejuízo do espiritual: ama-se demasiado e *sport* e despreza o latim, aperfeiçoar-se a musculatura e esquecesse o vernáculo, frequenta-se assiduamente o campo de *foot-ball* e evita-se a bibliotheca (*A União*, 20 fev. 1921).

A preferência parecia ser dada à formação de crianças inteligentes, moralizadas, capazes de se autogovernarem dentro da ordem e do progresso. O modelo de educação proposto na época dava ênfase ao corpo, às atividades físicas, à prática de esporte, à defesa da saúde e ao aproveitamento em trabalho. Inegavelmente, as notícias visavam promover as atividades físicas em todos os lugares. Médicos, jornalistas e pedagogos trataram de combater as críticas à prática esportiva e divulgar a boa ação do futebol, da



natação, do ciclismo, voleibol, corridas, da ginástica e do atletismo, nas ruas e nas escolas. Vejamos.

### **“O sport é vida”! Contra a inércia e em defesa da saúde**

Eram onze de junho de 1913. Embora estivesse no período chuvoso, o dia parecia ter sido ensolarado. Bandeiras hasteadas, salão decorado com flores e guirlandas, homens devidamente fardados, homenageados a postos, políticos presentes. A *Escola de Aprendizes Marinheiro*, localizada no centro da cidade da Parahyba, comemorou nesse dia o quadragésimo oitavo aniversário da batalha naval de Riachuelo, uma comemoração cívica em homenagem ao Almirante Barroso, que havia vencido a esquadra paraguaia composta de quatorze navios. No discurso do diretor da referida escola, foi exaltada a admirável intrepidez do almirante que “zombando das balas e afrontando a morte salvou das garras do ditador Lopez os nossos navios de guerra e marcou a História Naval de nossa Pátria [...] cujo aniversário comemoramos com júbilo” (A *União*, 12 jun. 1913). Em seguida, foi a vez de o Sr. Presidente do Estado, na época Castro Pinto, fazer seu pronunciamento. Em forte tom de voz, ele anunciou: “Na Paraíba espero que cada um cumpra seu dever”. Em seguida, soou o hino nacional e teve início o desfile da Escola apresentando armas em continência.

O desfile contou com a apresentação do esporte mais defendido pelos médicos da época: a ginástica sueca. O maior destaque do evento, exclamou a publicação, foi “a execução de evoluções de carabina e passes de gymnástica sueca” (A *União*, 12 jun. 1913). Nesses exercícios, “os garbosos aprendizes mostraram-se dignos da zelosa instrução e disciplina que lhes funde o seu distinto commandante, desempenhando-se abnegadamente das altas funções pedagógicas e militares que lhes estão confiadas” (A *União*, 12 jun. 1913). Com orgulho, o gestor da escola declamou elogios aos alunos pela exatidão dos movimentos físicos apresentados e falou à população presente sobre a importância dos exercícios físicos para o corpo, a saúde e a alma. Afirmou ainda que a “execução das manobras, sejam nas ruas, praças, clubes esportivos ou nas escolas,





devem provocar sempre os mais justos aplausos por quantos assistirem”. Os exercícios na fala do gestor eram fundamentais para o bom desenvolvimento de uma vida saudável e, acima de tudo, uma forma de fortalecer a disciplina e o culto cívico.

Sobre a ginástica sueca, afirmaram os mais renomados médicos da Paraíba – Flávio Maroja, Octávio de Freitas, Teixeira de Vasconcelos, etc. –, é “um dos mais fecundos benefícios que a Scandinávia já dispensou ao mundo depois do gênio fulgurante do Ibsen” (*A União*, 15 ago. 1917). No Brasil, e na Paraíba, continuou Flávio Maroja, “já se encontram rapazes e moças de uma tal fortaleza de construção que se encontram aptos a competir com os mais formosos *specimens* das raças superiores e fortes” (*A União*, 15 ago. 1917). Complementou Teixeira de Vasconcelos: “Para obter os resultados positivos não se pode desatender aos princípios higienicos da disciplina que somente pode conduzir a uma perfeição radical e completa” (*A União*, 16 ago. 1917).

As comemorações de aniversário da batalha de Riachuelo se estenderam para a Praça de Independência na parte alta da cidade onde também se localiza o *Colégio Pio X*, que se uniu à apresentação para “as 4 e ½ desfilar com muito garbo e correcção”. Ali também aconteceram as corridas em torno do círculo traçado no terreno, além de outros exercícios. A instituição militar fez questão de alugar cadeiras e dispor de forma que todos os presentes pudessem contemplar as tarefas físicas. Em sua oratória, o representante da instituição fez questão de ressaltar que convidou para prestigiar o evento às crianças do Orfanato Dom Ulrico e outras escolas próximas à praça.

Momento de grande agitação foi a *corrida a pé* que despertou a ansiedade pública devido ao sucesso dos competidores. Depois de soada a partida, os corredores aceleraram os passos revelando aos expectadores vigor e resistência física. Na apresentação da ginástica, ressaltaram a “beleza, disciplina e asseio dos alunos”. O evento chegou ao fim por volta das seis horas da tarde com o desfile pelas ruas da cidade dos alunos em roupas esportivas e instrumentos que representavam as respectivas modalidades – bastões, bandeiras, bicicletas, arcos, bolas, laços e fitas,





dentre outros –, e todos os demais aprendizes marinheiros que tocavam em harmonia na banda marcial da escola.

Ainda sobre a *Escola de Aprendizes Marinheiro*, médicos da capital faziam questão de exaltar os cuidados com o corpo e com a saúde reiterados por aquela instituição de ensino. Rodrigues de Carvalho postulou que:

os princípios de hygiene mais rigorosos são alli respeitados, já na educação physica dos alumnos, na sua alimentação e domicilio, já na distribuição geographica dos diversos departamentos da escola [...] a disciplina alli adotada aos aprendizes inqueriu a muito delles, obtendo de todos sempre as mesmas referências lisonjeiras á acção recta e moderada, á que não sobra energia e não falta justiça (*A Imprensa*, 13 fev. 1913).

Daí por diante o esporte passou a fazer parte dos espaços públicos e privados da cidade da Paraíba. Em 25 de janeiro de 1916, o Sport Clube Bota Fogo realizou um match de foot Ball na avenida João Machado aberto ao público, uma perfeita ocasião para esbanjar belos passes e corpos metricamente perfeitos. A notícia publicada pel’*A União* desejou os “melhores votos para o foot-ball de necessário incremento a nossa Paraíba [...] digno de nota e comparado aos jogos europeus” (*A União*, 25 jan. 1925). A edição do *Jornal da Paraíba* publicada em 24 de julho de 1919 fez questão de estampar em letras garrafais que “OS BOMBEIROS FARÃO EXERCÍCIOS”. Sob o comando do tenente Alexandre Loureiro, o corpo de bombeiros da Força Policial fará publicamente a experiência de aparelhos de atividades físicas recentemente adquiridas no Rio de Janeiro para o bom funcionamento do corpo e lapidação dos músculos. Além das autoridades, alunos das mais diversas escolas foram convidados para assistir aos exercícios. Era mais uma forma de incentivar a modelação corporal por meio das tarefas físicas. Ou ainda os passeios ciclísticos considerados importantes ao *sport*. Em 01 de agosto de 1914, *A União* apresentou as benfeitorias das “bicycletas” para o corpo: enrijecimento das pernas, extensão dos músculos, boa postura para a coluna, força para o tronco, resistência nos braços. Porém, era uma atividade que exigia cuidado. A mesma notícia chamou atenção dos poderes públicos para a circulação em velocidade das bicicletas nas ruas da capital paraibana. Além de uma excelente máquina para os



cuidados físicos, é um veículo de transporte em crescente utilização, portanto, capaz de provocar acidentes. Assim como as demais atividades, deveria existir um espaço próprio para a circulação das bicicletas. Ora, essas máquinas não podem utilizar as calçadas já que pertencem aos pedestres, nem as ruas que pertencem aos carros. O assunto foi bastante recorrente ao longo do ano de 1914 devido a acidentes como o “que ocorreu ainda ontem [...] um desastre que poderia ter consequências muito desagradáveis com uma creança de certa família muito conceituada no nosso meio”. Outros acidentes foram registrados: o esmagamento do pé de um menino e o atropelamento de duas mulheres nas calçadas da cidade.

Outro tipo de recomendação que entrou fortemente para a lista dos esportes indicados como protetores da saúde foi o levantamento de peso. Eram os cuidados especiais ao coração! Levando em consideração o alto número de pessoas que faleciam por problemas cardíacos, os médicos resolveram incentivar atividades esportivas ligadas diretamente à musculatura do miocárdio. Como sugestão, as pessoas deveriam dar início à atividade levantando pesos de aproximadamente um quilo e com o decorrer dos dias aumentar gradativamente o peso. Orientavam ainda os passeios de bicicleta, especialmente subindo ladeiras “aumentando assim o trabalho do coração em 10 por cento num esforço que equivale uma tonelada e um oitavo a um pé de altura” (*A União*, 10 fev. 1923).

A propagação da cultura física pode ser percebida como o surgimento de normas de conduta que sutilmente passaram a ganhar as ruas. Assim, trataremos aqui a prática de esportes como uma disciplina que se pretendia adotar para a vida num momento em que nascia:

a arte do corpo humano, que visa não unicamente uma arte do corpo humano, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calcada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe (FOUCAULT, 2008, p. 119).



As atividades orientadas pela cultura física eram as mais diversas e podiam ser observadas fortemente nas publicações dos saberes médicos em circulação. A prática do esporte passou a ser defendida tão fortemente que instituições esportivas foram criadas quase que exclusivamente com a função de educar a população da cidade a uma vida saudável e exercitada. Nesse sentido, no ano de 1919, inaugurou-se o *Centro Atlético Parahybano*, conforme anunciou a reportagem do jornal *A Notícia*:

Acaba de ser fundada nessa capital uma sociedade de cultura physica, com o fim de incentivar a prática de exercícios methodizados, sob a denominação de <Centro Athletico Parahybano>. A Paraíba se ressentia de algum tempo, a ausência dessa instituição, desde que os demais sports vêm tomando um regular incremento em nosso meio (*A Notícia*, 20 ago. 1919).

A principal proposta do centro atlético era divulgar e incentivar a prática de atividades físicas na sociedade paraibana, especialmente nas escolas públicas. Evidenciamos tal proposta na fala de um dos sócios fundadores, o Sr. Isaías Lyra: “Para atestar a importância e utilidade della [cultura física] basta dizer que os exercícios physicos systematizados fazem parte integrante da educação infantil dos povos mais cultos cuja fortaleza do corpo todos admiram” (*A Notícia*, 20 ago. 1919). O centro atlético ainda vendia aparelhos fundamentais à vitalidade dos músculos, bem como a oferta do uso desses aparelhos na sede da instituição para aqueles associados ao grêmio. Encômios eras rasgados aos *sportmens* que praticavam fortemente os exercícios físicos e serviam de modelo para a sociedade paraibana.

O que estava em pauta era uma tentativa de mudança de hábito da população paraibana que se aspirava saudável. Os novos padrões higiênicos que circulavam nas capitais brasileiras desde fins do século XIX ainda eram bastante embrionários na Paraíba nos primeiros anos do século XX. A prática esportiva simbolizava mais um sinal da modernidade que batia à porta da cidade, representava o novo a partir de uma perspectiva de se equiparar às cidades europeias. Fazia-se necessário agora levar tais costumes para as escolas públicas da Paraíba, fato possível apenas nas décadas seguintes.



## Considerações finais

A cultura física estava na base da ordem do dia no início do século XX. Mas nem tudo eram flores. Por mais divulgada que fossem pelos jornais paraibanos, as informações não chegavam a toda a população. Ora, sabemos que mais de cinquenta por cento da população paraibana nesse período era analfabeta, e outros tantos mais por cento não tinham acesso aos jornais. Apenas uma elite letrada e de melhor poder aquisitivo recebia esses periódicos e por sua vez tinha contato com os saberes médicos em circulação.

Na verdade, a divulgação dos saberes médicos nos periódicos fazia parte de um projeto médico sanitário que não obteve êxito. A ideia era publicar diariamente notícias capazes de modificar os hábitos da população que se aspirava higiênica, sadia, robusta, forte, medicalizada. Mesmo espalhadas nas páginas amareladas dos jornais, as informações contendo os princípios higiênicos não atingiam a grande massa. Até mesmo as palestras proferidas nos espaços públicos – teatros, auditórios, escolas, clubes – eram direcionadas apenas a um grupo de políticos, jornalistas, professores, membros de sociedades e instituições educativas.

Assim, mesmo ocorrendo, na Paraíba e em boa parte dos estados brasileiros, uma forte iniciativa médico-pedagógica que almejava o bem-estar dos cidadãos, o projeto parecia excludente. Publicava-se constantemente nos jornais uma literatura civilizatória, além da exposição de modelos de corpos saudáveis e mais uma série de promessas de beleza e juventude. Segundo tais notícias, os efeitos da educação física para o corpo logo se tornariam visíveis: o melhoramento da raça e o aperfeiçoamento da espécie humana. Dessa forma, a edição do jornal *A União* de 05 de junho de 1919 foi incisiva: “É dever de todo homem, pela prática da gymnastica, concorrer para o objectivamento desse almejado ideal de perfeição, tornando-se colaborador da natureza”.

O esporte deveria ser entendido como parte de uma vida moderna de uma parcela da sociedade, que assumia um lugar de prestígio social. O corpo representava tal



prestígio. Estar dentro dos padrões eugênicos, higiênicos e esportivos da época dava valor ao cidadão com tudo no lugar. O corpo rígido ganhava sintonia com o mundo moderno. Não se tratava de um reconhecimento pleno de toda a sociedade, mas de grupos ditos “científicos” que divulgavam o modelo de corpo esportista, como também daqueles homens e mulheres que se encantavam com os novos padrões estéticos.

Quanto às escolas públicas, nem de longe pensavam em adotar a educação física em seu currículo escolar. Mesmo a ginástica sueca, primeira forma de atividade física adotada nas escolas de outras capitais, era nas primeiras décadas do vigésimo século cogitadas pelas escolas públicas. Na Paraíba, apenas escolas privadas, como o *Colégio Diocesano Pio X* e a *Escola de Aprendizes Marinheiro*, possuíam o curso obrigatório de ginástica para seus alunos. Os demais estabelecimentos de ensino teriam que esperar a chegada dos anos Vargas 1930 para terem em seus currículos a disciplina de Educação Física no ensino primário e secundário. Momento em que a proposta médico sanitária vira seus olhares para as escolas e para a infância. Mas essa é outra página da história da cultura física na Paraíba para ser contada em outro momento.

## Notas

\*Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, onde desenvolve uma pesquisa vinculada a linha de História da Educação, intitulada “Physicalmente vigorosos: medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1916-1945)”. Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba e Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba. Atualmente é professor do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba

## Referências Bibliográficas

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2009.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2008



.LINHARES, Meily Assbú. *A escola e o esporte: uma história de práticas culturais*. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. Esporte e escola: astúcias na “energização do caráter” dos brasileiros. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de. *História do esporte no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2009.

MELO, Victor Andrade de. *História da educação física e do esporte no Brasil*. São Paulo: Ibrasa, 1999.

SOARES, Carmem L. Corpo, conhecimento e educação: notas esparsas. In: SOARES, Carmem. *Corpo e História*. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 109-130.

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos. *Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)*. João Pessoa, 2011, 198 p. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.



## **Cinema e esporte: a influência do filme Rock IV na formação dos treinadores brasileiros. \***

*Carlos Rogério Thiengo\*\**

*Alexandre Janotta Drigo\*\*\**

**Resumo:** Este ensaio trata da utilização do cinema e do esporte como propaganda ideológica dos regimes capitalista e socialista. Por intermédio da análise do filme Rock IV discute-se a organização dos sistemas esportivos e as particularidades da preparação dos desportistas nos EUA e na URSS, durante a Guerra Fria. Também procurou-se compreender como a propaganda anti-comunista, desenvolvida durante o regime militar no país, influenciou a formação dos técnicos esportivos brasileiros. Observou-se que a propaganda ideológica norte-americana contribuiu, em conjunto com outros fatores, para resistência quanto à disseminação da vasta cultura esportiva desenvolvida ao longo de décadas nos países do bloco socialista, especialmente a URSS.

**Palavras chaves:** cinema, esporte e formação profissional

### **Introdução**

Após a Segunda Guerra Mundial até o início da década de 1990, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) duelaram pela hegemonia na liderança do poder mundial. Este período ficou conhecido como Guerra Fria e se caracterizou pela busca incessante, destas duas nações, em aumentar a sua área de influência ideológica e política em diferentes regiões do planeta.

A fim de demonstrar a superioridade de seus regimes político-econômico-social, EUA e URSS promoveram disputas em diferentes setores, inclusive o esportivo. Neste campo, o principal “palco” para os encontros foram os Jogos Olímpicos, nos quais a vitória possuía um valor simbólico muito grande, que representava uma supremacia de sistema político sobre o outro.

Além do esporte, as mídias e o cinema também foram amplamente utilizados durante o período, como ferramentas para a propaganda ideológica dos regimes, tanto o capitalista como o socialista. Este fato ocorreu como herança da 2ª Guerra Mundial, onde as mídias foram muito utilizadas e estratégias desenvolvidas principalmente para





propaganda nazista (CHOMSKI, 1999 e 2003). O cinema foi um dos grandes instrumentos de vinculação desta propaganda devido ao engatinhar da televisão. Após este período, apoiado em Ferro (1992), percebe-se que os dirigentes tanto das sociedades do ocidente como do leste tentaram apropriar-se do cinema e colocá-lo aos seus serviços.

Diante deste contexto, Ferro (1976) destaca que apesar do cinema não fazer tradicionalmente parte das fontes analisadas pelas ciências humanas, especialmente da História, os filmes, mesmo os de ficção, possuem grande valor por aquilo que testemunham. O autor afirma que a crítica do material cinematográfico não se limita apenas nele próprio, mas no mundo que o cerca e o qual necessariamente se comunica. Pois, segundo Ferro (1992), a linguagem cinematográfica, ainda que inconsciente, não é inocente. Isso ocorre pelo fato do filme ser um produto cultural, o qual é produzido por pessoas que estão inseridas na sociedade e sensíveis aos seus acontecimentos. Então como recomenda Ferro (1976, p. 203), “resta estudar o filme”.

Neste sentido, este texto procura estudar a relação entre o desporto e cinema com o objetivo de analisar o filme *Rock IV* sob a perspectiva de sua utilização como ferramenta de propaganda do sistema de preparação desportivo norte-americano e a influência da propaganda ideológica na construção da imagem do sistema de preparação dos países que compunham o bloco socialista e sua influência entre os treinadores brasileiros.

No entanto, cabe ressaltar que os efeitos dos filmes é difícil de medir ou avaliar; sendo que a ação exercida pelo cinema pode, ao menos; apresentar certos efeitos distinguíveis (FERRO, 1992)

Deste modo, cabe apresentar um breve relato dos três filmes que precederam *Rock IV*. Em *Rock Um Lutador* - 1976, Rocky Balboa um lutador de boxe considerado medíocre, que trabalha como "cobrador" de um agiota, tem a chance de enfrentar Apollo Creed, o campeão mundial dos pesos-pesados. Este teve a idéia de dar oportunidade a um desconhecido como forma de um golpe publicitário. Mas, Rocky decide treinar de modo intensivo, sonhando apenas em terminar a luta sem ter sido



nocauteado pelo campeão. Ao final da luta não houve vencedor, deixando a pontuação apontar que Apolo Creed vence a disputa de forma apertada.

Na segunda obra, *Rock II A Revanche* - 1979, os fãs do boxe querem uma segunda luta entre Rock e Apollo. Rocky que saiu muito machucado da luta anterior anuncia que vai abandonar o esporte e se dedicar à família. Mas, percebe que o boxe é sua vocação e se prepara para mais uma luta. Após um novo desgastante confronto, Rock vence Apollo e se torna campeão mundial dos pesos pesados.

Em *Rock III O Desafio Supremo* - 1982, Rocky Balboa após se sagrar campeão dos pesos pesados vencendo Apollo Creed e defender seu título por dez vezes decide largar sua carreira de pugilista profissional. Porém é desafiado e insultado por Clubber Lang, que era o primeiro do ranking e estava ansioso para enfrentar o campeão Rocky Balboa. No dia da luta, durante uma discussão entre Rocky e Clubber, o treinador Mickey sofre um ataque do coração e faz com que Rocky fique abalado e assim sofra uma humilhante derrota para o feroz desafiante. Depois da luta, Mickey morre e Rocky cai em profunda depressão. Porém, Apollo Doutrinador, seu antigo rival, ao compadecer-se de Rocky e tomar certa antipatia por Clubber Lang, oferece-se para ajudar Rocky e o convence a treinar para juntos retomarem o título de campeão mundial.

O filme *Rock IV* é uma das seis obras de ficção que compõem a série de produções cinematográficas que descrevem a vida do boxeador norte-americano Rocky Balboa, em diferentes momentos da sua carreira esportiva. Neste filme, produzido durante a Guerra Fria, foi retratado o auge da carreira de Rocky Balboa como boxeador, bem como seu patriotismo ao defender a imagem dos EUA frente à ameaça do ingresso de atletas soviéticos no sistema esportivo norte-americano.

### **O filme Rock IV**

Logo no início do filme a disputa entre os dois sistemas, o capitalista e socialista é claramente apresentada pela exibição da imagem de duas luvas utilizadas por

boxeadores, sendo que cada uma tem estampada a bandeira de cada país líder dos respectivos regimes, os EUA e a URSS, as quais são empunhadas por mãos de ferro, que ao se chocarem promovem a destruição da luva referente ao país soviético.

A estória se inicia, pelo final do filme anterior (Rock III), no momento no qual o protagonista Rock Balboa atinge o ápice da carreira, reconquistando a posição de campeão mundial de boxe. Na seqüência, o filme nos apresenta o convívio amistoso entre os dois boxeadores, Rock Balboa e Apollo Creed que, apesar de adversários em outrora, tornam-se amigos e praticam o esporte juntos. Neste momento fica explícito a dificuldade de Apollo Creed em aceitar o envelhecimento e a busca pela superação das limitações impostas pelo o avanço da idade.

Além disso, a estabilidade e o reconhecimento dos lutadores americanos no boxe profissional se mostram ameaçadas pelo ingresso de um boxeador soviético, Ivan Drago, capitão do exército soviético, na disputa do campeonato de boxe profissional nos EUA. E, para o início de sua participação nas disputas em território norte-americano, a sua equipe técnica desafia por intermédio da imprensa o boxeador Rock Balboa, campeão dos pesos-pesados, para uma luta de exibição. A justificativa apresentada pela equipe técnica do boxeador soviético é a aproximação e a promoção da paz entre os dois países.

No entanto, Apollo Creed visualiza a oportunidade de mostrar a todos que ainda se encontra em “forma”. Sendo assim ele pede o apoio de Rock Balboa para que o deixe realizar a luta de exibição contra Ivan Drago. Apesar das objeções, Apollo Creed convence Rock Balboa da sua participação no confronto, destacando principalmente a falta que sente em relação reconhecimento social, depois de encerrada a sua carreira como atleta profissional.

Enquanto isso, a equipe de técnica do boxeador soviético expõe à imprensa os avanços que a URSS obteve na elevação do rendimento esportivo dos seus atletas, com uso de uma vasta equipe de cientistas e o emprego da tecnologia aplicada à preparação desportiva. Os representantes da equipe soviética destacam que também pretendem



“educar” o EUA, no que se refere ao desenvolvimento da preparação desportiva e garantem que seu boxeador não faz uso de substâncias ilícitas em sua preparação.

Como tradicionalmente ocorre no boxe profissional nos EUA, a entrevista coletiva de apresentação da luta entre o Apollo Creed e Ivan Drago é caracterizada por provocações de ambos os lutadores, as quais são promovidas intencionalmente pelo boxeador norte americano. A luta de exibição ocorre na cidade de Las Vegas e foi precedida por grande evento artístico, liderado por Apollo Creed, fato que surpreende o lutador soviético.

Por estar há muitos anos sem participar das competições oficiais, durante a luta Apollo Creed rapidamente sucumbiu frente a Ivan Drago, sendo duramente castigado pelo boxeador soviético. Rock Balboa aconselha Apollo Creed a desistir da luta. Mas, Apollo proíbe Rock de encerrar o confronto e acaba sendo morto por Ivan Drago. Mesmo com a morte do oponente, o boxeador soviético manifesta indiferença em relação ao fato.

Ainda em luto pela morte do amigo, Rock Balboa decide lutar contra Ivan Drago para “vingar” a morte de Apollo Creed. A luta é marcada para o dia de Natal, na cidade de Moscou, em território soviético.

Por opção, Rock Balboa decide se preparar para o confronto na URSS. A preparação ocorre em um ambiente de extrema adversidade climática, com mínimas condições de conforto, ausência de recursos tecnológicos para o treinamento e com apenas um treinador compondo a sua comissão técnica. Em contrapartida, o boxeador soviético se prepara usufruindo alta tecnologia, uma grande equipe de treinadores e cientistas e fazendo uso de substâncias injetáveis.

Após intensa preparação, ambos os lutadores se enfrentam em um confronto extremamente longo, 15 *rounds*, nos quais os boxeadores se revezam no controle da luta que muitas vezes excede as regras do esporte. Ao final, com ambos exauridos pelo cansaço e extremamente machucados, Rock Balboa vence o duelo por nocaute conquistando a reboque a simpatia dos expectadores e autoridades presentes, inclusive do presidente soviético.



## **Esporte profissional x esporte amador**

Entre os diversos elementos que diferenciavam o modo de vida nos sistemas capitalista e socialista durante a Guerra Fria abordados em Rock IV, foi destacado durante o filme, a diferença na organização do esporte nos EUA e na URSS. Apesar de mesmo tratar exclusivamente do boxe, tais características podem ser extrapoladas para todo o sistema esportivo destes dois países.

Nos EUA, o boxe se desenvolveu voltado ao modelo profissional, enquanto na URSS este esporte assumiu o regime amador. As diferenças principais entre estes dois sistemas de organização ocorreram principalmente entre as principais competições para as quais os atletas eram preparados para disputarem e a forma de sua preparação. De acordo com Platonov (2008), no boxe profissional norte-americano os atletas objetivam a participação nas competições organizadas por instituições como WBA (World Boxing Association) e a IBF (International Boxing Federation), que oferecem premiações milionárias aos campeões. Já na URSS os boxeadores eram preparados para a participação nos Jogos Olímpicos. Cabe ressaltar que durante o período de Guerra Fria, a URSS dominou o quadro de medalhas na maioria dos Jogos Olímpicos, exceto nos quais ocorreram os boicotes político, o que demonstrava claramente a orientação da organização do sistema esportivo soviético. Além das competições alvo, Platonov (2008) ainda aponta que o sistema de treinamento dos boxeadores de ambos os sistemas era radicalmente diferente.

Em relação à propaganda relacionada à demonstração da superioridade do sistema esportivo norte americano, durante o filme fica explícita a ostentação do padrão de vida dos lutadores estadunidenses pela exposição dos bens materiais adquiridos em decorrência do sucesso obtido na carreira de boxeadores profissionais, como carro modelo esporte, casas confortáveis, equipamentos eletrônicos e jóias. Enquanto, a imagem apresentada do modelo esportivo soviético é de um sistema que não é capaz de se auto sustentar, pois a subsistência dos atletas só pode ser garantida caso o esportista



mantenha outra atividade profissional, como no caso de Ivan Drago, que exerce paralelamente à atividade esportiva, a função de capitão do exército soviético.

Apesar de merecer uma análise mais detalhada, estas comparações permitem perceber o direcionamento do desporto amador ao profissional, onde prevalecia a característica do cavalheirismo proposto pelo Barão de Coubertin ao desejo do lucro capitalista que assume o desporto profissional. Este fato irá acontecer, segundo Simson e Jennings (1992), principalmente depois da era Samaranch, que ocorre entre 1980 e 2001.

### **Boxeadores sim, ingênuos não!**

Um importante aspecto relacionado ao contexto do boxe profissional apresentado por Wacquant (2000) também foi abordado em Rock IV. De acordo com ele:

[...] os boxeadores profissionais são extremamente conscientes quanto ao fato de terem entrado em um universo de exploração desenfreada em que a mentira, a manipulação, o ocultamento dos fatos e os maus tratos são a regra e em que os danos do corpo e o dismantelo da vida são conseqüências normais do ofício (p.127).

Tal consciência é manifestada por Apollo Creed quando se refere à efemeridade do reconhecimento social conquistado por intermédio do boxe, “incrível como se preocupam quando você está no ringue, sangrando, mas uma vez fora dele, você já era” (ROCK IV, 1985).

### **Rock IV e os sistemas de preparação esportiva durante a Guerra Fria**

Tratando-se do objeto central de análise deste trabalho, a utilização do filme Rock IV como ferramenta de propaganda do sistema de preparação esportivo norte-americano, constatou-se uma contradição na referida produção cinematográfica em relação à análise da literatura relacionada à preparação desportiva, de autores oriundos dos países que compunham a “cortina de ferro”; principalmente em relação à utilização de equipamentos de alta tecnologia na preparação desportiva por estes países.



De acordo com Platonov (2008), por motivos socioeconômicos, os países do Leste Europeu, que compunham o bloco socialista se distanciaram dos países desenvolvidos do bloco capitalista. Estes, por sua vez, regularmente realizam pesquisas em todos os campos da preparação desportiva e produzem recursos tecnológicos altamente eficazes.

No entanto, o próprio autor alerta que o resultado das competições mais importantes das ultimas décadas, inclusive dos Jogos Olímpicos, demonstram que não há uma dependência clara entre os resultados dos desportistas e o nível de progresso científico-tecnológico do país ou o desenvolvimento da produção nas esferas que garantem grandes avanços desportivos. Pois, como afirma o próprio autor, entre os países líderes do desporto olímpico há nações que não se destacam por grande desenvolvimento nas áreas tecnológicas relacionadas à preparação esportiva (Rússia, Romênia e Cuba), enquanto países com elevados indicadores em vários setores industriais responsáveis pelos avanços técnicos no desporto, por exemplo, Alemanha e Japão, alcançaram pouco êxito desportivo.

Sendo assim, as principais contribuições observadas nas publicações relativas à preparação esportiva, provenientes dos países do bloco socialista (BOMPA, 2002; BOMPA, 2004; MATVEEV, 1996; MATVEEV, 1997; PLATONOV, 2008; VERKHOSHANSKI, 1995; VERKHOSHANSKI, 2004; ZAKHAROV, GOMES, 1992) se referem aos aspectos desportivo-pedagógicos relacionados à preparação esportiva, ou seja, a metodologia de construção das várias estruturas do processo de treinamento e aperfeiçoamento de vários aspectos da capacidade de preparação. Em outras palavras, os países do leste europeu destinaram seus esforços para pesquisa e intervenção voltadas à organização dos conteúdos destinados a preparação dos desportistas, principalmente ao longo de muitos anos, procurando construir um sistema de preparação que utilize o mínimo de recursos tecnológicos, pelo fato das grandes limitações econômicas que estes países possuíam.

Porém, a propaganda em relação à metodologia da preparação desportiva exposta no filme Rock IV explicita exatamente o oposto, enquanto o boxeador norte americano





não faz uso de nenhum aparato tecnológico em seu treinamento, o lutador soviético se prepara com os recursos mais avançados no que se refere a equipamentos esportivos.

Destaca-se que apenas com o fim da URSS, no início da década de 1990, houve um aumento no número de publicações sobre treinamento desportivo traduzidas do idioma russo para o português. A partir deste momento foi possível constatar os avanços da URSS em relação à preparação desportiva realizados durante o período da Guerra Fria.

Apesar das significativas contribuições da literatura relativa à preparação desportiva, oriunda dos países do leste europeu que compunham o bloco socialista, os profissionais brasileiros da área do desporto tiveram a oportunidade de entrar contato com este material somente após o final da Guerra Fria, momento em que alguns pesquisadores brasileiros foram realizar seus estudos de pós-graduação em países que formavam a antiga URSS.

Este distanciamento pode ser justificado pela cooperação estabelecida entre os EUA e o Brasil promovida pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura e Ministério das Relações Exteriores durante a década de 1970, voltada para a formação de mestres e doutores brasileiros em Educação Física, nas universidades norte-americanas (REZENDE, 2005).

Mas não podemos descartar a influência da propaganda ideológica construída ao longo do regime militar no país, contrária a qualquer elemento cultural proveniente dos países socialistas, inclusive no campo esportivo, que possivelmente colaborou para a criação do preconceito quanto às metodologias de preparação desportiva advindas do leste europeu.

Este aspecto foi demonstrado por Drigo, Oliveira e Cesana (2006) no contexto do judô, onde o estilo de luta dos atletas destes países é considerado o “judô ruim” pelos “especialistas” brasileiros, enquanto o modo de lutar dos atletas japoneses é considerado o “judô bom”. Nas palavras dos autores supracitados: “Isso talvez se deva à herança dos medos de uma “ameaça comunista”, que em nosso passado não tão distante, disseminou-se sob a égide do autoritarismo e da propaganda anti-comunista (p. 85)”.



### **Luz, câmera, ação! Qual o roteiro devemos seguir?**

Diante do contexto acima apresentando e retomando as considerações de Ferro (1992) em relação à dificuldade de medir ou avaliar a ação exercida pelo cinema, mas procurando averiguar alguns dos seus efeitos no campo esportivo, observou-se que a propaganda ideológica norte-americana como a realizada pelo filme *Rock IV*, contribuiu, ao lado de outros fatores (proximidade política entre EUA e Brasil, idioma, entre outros) para resistência quanto à disseminação da vasta cultura esportiva desenvolvida ao longo de décadas nos países do bloco socialista, especialmente a URSS. Certamente, essa situação prejudicou a formação do corpo de especialistas brasileiro ligados ao esporte e conseqüentemente o desenvolvimento do esporte no país.

Destaca-se que após a queda do Muro de Berlim, fato que marcou o final da Guerra Fria, os EUA lideraram absolutos os Jogos Olímpicos. Porém, paulatinamente a sua hegemonia esportiva foi ameaçada por diversos países, culminado com a derrota para a China, país de regime comunista, nos Jogos Olímpicos de Pequim em 2008.

Diante deste novo cenário esportivo e considerando a utilização do cinema e do esporte como instrumento de propaganda, assim como no caso de *Rock IV*, onde Sylvester Stallone (escritor, diretor, e protagonista do filme) uniu estas duas ferramentas para demonstrar a superioridade do sistema capitalista e do modo de vida norte-americano, uma questão emerge: como seria o roteiro de uma produção cinematográfica para justificar os inacreditáveis resultados obtidos recentemente pelos corredores velocistas jamaicanos nos últimos Jogos Olímpicos (Pequim 2008 e Londres 2012), no esporte que em um passado recente era de domínio total dos norte-americanos?

### **Notas**



\* Texto inicialmente produzido como requisito obrigatório para a conclusão da disciplina Metodologia da Pesquisa em Motricidade Humana ministrada pela professora Doutora Leila Marrach Basto de Albuquerque, durante o primeiro semestre de 2009.

\*\*Mestre em Ciências da Motricidade, UNESP, Rio Claro, Brasil. E-mail: crthiengo@gmail.com

\*\*\*Doutor em Ciências do Esporte, UNICAMP, Campinas, Brasil. Professor e Orientador Pleno do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade, UNESP, Rio Claro, Brasil. E-mail: alexandredrigo@hotmail.com

## **Bibliografia**

BOMPA, Tudor. *Periodização: teoria e metodologia do treinamento*. São Paulo: Phorte, 2002.

BOMPA, Tudor. *Treinamento de potência para o esporte: pliometria para o desenvolvimento máximo da potência*. São Paulo: Phorte, 2004.

CHOMSKY, Noam. *O que o Tio Sam realmente quer*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

CHOMSKY, Noam. *Propaganda e consciência popular*. Bauru: EDUSC, 2003.

DRIGO, Alexandre Janotta; OLIVEIRA, Paulo Roberto de; CESANA, Juliana. O judô brasileiro, o desempenho, e as mídias: caso das olimpíadas de Atenas 2004 e o mundial do Cairo de 2005. *Conexões*. IV (1): 75-89, 2006

FERRO, Marc. *Cinema e história*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: J. Le Goff; P. NORA (orgs). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves: 200-215, 1976.

MATVEEV, Lev Pavilovch. *Preparação desportiva*. Londrina: Centro de Informações Desportivas, 1996.



MATVEEV, Lev Pavilovch. *Treino desportivo: metodologia e planejamento*. Guarulhos: Phorte, 1997.

PLATONOV, Vladimir. *Tratado geral de treinamento desportivo*. São Paulo: Phorte, 2008.

REZENDE, Helder Guerra de. Pós-graduação stricto-sensu em Educação Física. In: L. P. DA COSTA (org.). *Atlas do esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape:.. 499-502, 2005.

SIMSON, Vyv; JENNINGS, Andrew. *Os senhores dos anéis: poder, dinheiro e drogas nas Olimpíadas Modernas*. São Paulo: Ed. Best Seller, 1992.

VERKHOSHANSKI, Yuri. *Preparação de força especial: modalidade desportiva cíclica*. Rio de Janeiro: Grupo Palestra, 1995.

VERKHOSHANSKY, Yuri; SIFF, Mell. 2004. *Superentrenamiento*. Barcelona: Editorial Paidotribo.

WACQUANT, Loïc. Putas, escravos e ganhões: linguagens de exploração e de acomodação entre boxeadores profissionais. *Mana*. Estudos de Antropologia Social, VI(2):127-146, 2000.

ZAKHAROV, Andrei; GOMES, Antônio Carlos. *Ciência do treinamento desportivo*. Rio de Janeiro: Grupo Palestra, 1992.

### **Ficha técnica do filme**

**Título:** Rocky IV

**País:** Estados Unidos da América

**Ano de lançamento:** 1985

**Diretor:** Sylvester Stallone.

**Roteiro:** Sylvester Stallone.

**Elenco:** Sylvester Stallone, Talia Shire, Burt Young, Carl Weathers, Brigitte Nielsen, Tony Burton, Michael Pataki, Dolph Lundgren, Dominic Barto, James Brown, Rose

ISSN  
2316-4808



Edição Nº 15  
JUL/2014

Mary Campos, Jack Carpenter, James "Cannonball" Green, Dean Hammond, Rocky Krakoff.

**Duração:** 91 minutos.

**Gênero:** Drama.

**Formatos:** VHS e DVD

**Legendado**

ISSN  
2316-4808



Edição Nº 15  
JUL/2014

# Temática Livre



## Um olhar existencialista para a morte em José Saramago

*Diana Milena Heck \**

**Resumo:** Neste trabalho pretende-se analisar, sob o viés da teoria existencialista, alguns pontos que circundam o tema da morte. De maneira geral, a morte é uma palavra que carrega um significado que pode ser descrito como terror, medo, angústia, dor, etc. Inúmeros seriam as adjetivações negativas envolvendo o termo, visto que, no Ocidente, o tema passou a ser interdito, ou seja, não se fala mais na morte. Sendo assim, é de extrema importância analisar, sob o olhar teórico de Edgar Morin (1970) e Philippe Ariès (2003), a evolução que o conceito da morte sofreu ao longo dos anos, fazendo um estudo histórico e cultural sobre o tema a fim de compreender por que a morte é vista desta forma na atualidade. Partindo para o âmbito literário, analisar-se-á a obra *As Intermittências da Morte* (2005), de José Saramago, para compreender como o autor da narrativa delineou o aspecto da morte e perceber, através das teorias existenciais, como as de Heidegger (2002), Olson (1970) e Sartre (1987), como o ser humano lida com o tema e ver que a morte, mesmo descrita ficcionalmente, pode ter um outro lado que a humanidade ainda não aprender a ver, o lado bom de morrer.

**Palavras-chave:** Existencialismo; Morte; José Saramago.

### INTRODUÇÃO

A morte, palavra tão conhecida, pronunciada e temida, principalmente no Ocidente, é associada a toda história da humanidade e também como a maior certeza que o ser humano tem. Afinal de contas, todos sabem que irão morrer, que as pessoas que conhecem também se vão um dia. O fato de não saber como, quando e onde vai morrer gera um profundo sentimento de angústia, aliado, é claro, ao fato de saber que a morte é certa.

Embora hoje a morte seja entendida da mesma forma como o sexo, um tema tabu, tem-se que ter em vista que nem sempre foi assim. A morte já foi vista com maior naturalidade e aceita mais facilmente. O convívio dos vivos e mortos ou com um doente em estágio terminal era mais próximo, e só com o passar dos séculos é que se instaurou essa ideia de morte como sendo aterrorizante.

A teoria existencialista trabalha muito com a questão da morte, de forma a explicar que esta, apesar de ser vista pela sociedade ocidental como algo que causa





horror, é um fato que faz com que o ser humano, na coletividade, cresça e consiga manter sua espécie no mundo. Os sentimentos que muitas vezes também são atrelados a morte, como a angústia, o medo, a tristeza também são explicados pelo existencialismo como favoráveis ao crescimento do sujeito, enquanto ser humano, pois não é buscando a felicidade que se vende, geralmente, nos meio de comunicação que o sujeito cresce, mas é a partir da angústia que o mesmo é capaz de perceber suas falhas e se tornar um ser humano melhor.

José Saramago, no romance *As Intermittências da Morte* (2005), também traz uma forma distinta de ver a morte. Através de uma história ficcional, ele mostra como seria o mundo sem a morte, alertando a humanidade que sem a mesma, o mundo se tornaria um caos e as pessoas não deixariam de sofrer.

Sendo assim, o objetivo do trabalho é o de elucidar, partindo de uma obra ficcional, juntamente com a teoria existencialista, que a morte, apesar de ser tão rejeitada hoje, se faz necessária para que a espécie humana continue a existir. A vida depende diretamente da morte, e por mais que esta cause tristeza e angústia, se torna indispensável e gera, ao mesmo tempo, objetivos em vida, pois se todos fossem eternos, não teriam motivo para correr tanto atrás de seus ideais, conquistar os desejos e buscar a felicidade, seja a verdadeira, explicada pelo existencialismo, seja a vendida pela mídia e imposta socialmente.

### **A morte e o existencialismo em *As Intermittências da Morte***

A morte é, com certeza, uma questão que cerca o ser humano em sua questão existencial. A certeza que a qualquer momento o sujeito possa não existir mais, ou seja, morrer, sugere que estes sintam angústia em relação a essa ideia. Esses sentimentos, na maioria das vezes, associados a pensamentos negativos, fazem com que a ideia da morte também se torne totalmente negativa, levando o ser humano a não querer falar, ouvir, ver e sentir a morte perto de si.



O filósofo Heidegger, ao falar sobre a morte, aponta um fato interessante que é comum até hoje. Todos sabem que vão morrer. Talvez essa seja a única certeza da humanidade, mas, ao falar da morte, geralmente se usa um caráter impessoal, ou seja, o indivíduo não fala da sua morte, particularmente, mas a morte de qualquer um. Em relação a isso, o autor diz que “no domínio público, “pensar na morte” já é considerado um temor covarde, uma insegurança da pre-sença e uma fuga sinistra do mundo. *O impessoal não permite a coragem de se assumir a angústia com a morte*” (HEIDEGGER, 2002, p.36).

Esse tipo de conduta em relação à morte não foi algo institucionalizado no presente século ou na modernidade. A visão que se tem hoje a respeito do tema foi sendo definida e redefinida ao longo de muito tempo. Partindo para um estudo sobre a História da morte, percebe-se que esta nem sempre foi tão temida como é hoje, pensando no Ocidente e que inúmeras foram as transformações tanto da visão da morte, como de seus ritos.

Para entender melhor como hoje a morte é encarada, é necessário realizar um pequeno percurso histórico e cultural sobre o tema, com o apoio teórico de dois grandes pesquisadores na área que são Edgar Morin (1970) e Philippe Ariès (2003).

Ariès (2003) salienta que na Antiguidade, a morte era aceita de maneira natural e acreditava-se que esta mandava um aviso de que estava próxima ao indivíduo por meio de sinais, signos ou qualquer outra forma de chamado. Sendo interpretados os sinais da chegada da morte, o indivíduo já começava a se preparar, mas sempre de forma natural, sem temores ou pena de que partiria antes do tempo previsto.

Assim, o indivíduo (moribundo\*\*) que era advertido de sua morte, planejava e organizava seu próprio funeral e tudo o que desejava era feito de acordo com suas vontades. O moribundo morria em casa, rodeado de seus familiares e amigos. O contato com uma pessoa que se encontrava em situação de “quase morte” era muito íntimo e absolutamente normal. As crianças também eram acostumadas a ver e conviver com situações como estas e também encaram tudo com naturalidade. Era comum morrer em



casa, natural para os vivos ver um sujeito morrer e “conviver” com esse morto até que seus ritos sejam cumpridos.

Com a chegada do Renascimento, essa maneira “pacífica” de lidar com a morte já foi modificada, pois as pessoas começam a questionar esse poder da morte e não aceitar de maneira tão fácil e natural que iriam morrer. A angústia e o temor em relação à morte começam a rondar o cenário social.

O homem, de certo modo, ainda estava familiarizado com a morte. As crianças desde pequenas participavam de funerais e não tinham medo algum. O contato entre vivos e mortos, essa despreocupação com os cadáveres em putrefação a céu aberto (maneira como eram “enterrados” os corpos, nos primeiros tempos) foi sendo questionada. Como maneira de se prevenir dos odores fétidos e das doenças, e como forma de respeito aos mortos, os túmulos passaram a ser a morada dos defuntos para preservá-los em sua identidade e de preservar os que ficam das pestes.

Porém, essas modificações ocorreram em escala lenta, ou seja, essa concepção de morte, enterros, contato com os mortos não ocorreu do dia para a noite, e sim ao longo de muitos anos. Ariès (2003) ressalta a virada de pensamento e costumes adquiridos ao longo desse percurso histórico.

Em um mundo sujeito à mudança, a atitude tradicional diante da morte aparece como uma massa de inércia e continuidade. A antiga atitude segundo a qual a morte é ao mesmo tempo familiar e próxima, por um lado, e atenuada e indiferente, por outro, opõe-se acentuadamente à nossa, segundo a qual a morte amedronta a ponto de não mais ousarmos dizer seu nome (ARIÈS, 2003, p. 36-37).

De maneira geral, esse estudo se mostra importante para se ter a noção de como o conceito da morte sofreu alterações em todos os sentidos e entender o motivo pelo qual a palavra causa hoje tanto temor. Resumidamente, Ariès (2003) define o percurso sobre o tema (da aceitação, da naturalidade, para o medo, tema interdito) na sociedade ocidental como um caminho em que:



A morte recuou e deixou a casa pelo hospital; está ausente do mundo familiar de cada dia. O homem de hoje, por não vê-la com muita frequência e muito de perto, a esqueceu; ela se tornou selvagem e, apesar do aparato científico que a reveste, perturba mais o hospital, lugar de razão e técnica, que o aparato da casa, lugar dos hábitos da vida quotidiana. (ARIÈS, 2003, p. 293).

Outro importante pesquisador da morte é o antropólogo, sociólogo e filósofo francês Edgar Morin, autor do livro *O homem e a morte* (1970), um estudo que enfoca a relação antropobiológica do ser humano, bem como a infinita variedade de crenças sobre a morte.

Para Morin, a morte também se mostra fundamental para o entendimento da vida, pois sem ela, não haveria tão intensa preocupação com a vida, com a continuidade da espécie. Para o autor, vista e especificada com alguns termos técnicos da biologia e explicada como a degradação, desintegração do corpo humano, a morte quando age em:

[...] constante degradação dos componentes moleculares e celulares é a enfermidade que permite a superioridade do ser vivo sobre a máquina. É ela a fonte da constante renovação da vida e não significa apenas que a ordem viva se alimenta de desordem: significa também que organização do ser vivo é essencialmente reorganização permanente (MORIN, 1970, p.9-10).

Sendo assim, se torna também visível, biologicamente, a necessidade de cada corpo humano se desintegrar, aos poucos, com o passar da idade, ou mais rapidamente, por fatalidades ou enfermidades graves, visto que o que gera, a princípio, uma grande desordem psicológica, em virtude da dificuldade de aceitação das gradativas falhas que o corpo apresenta, é necessário para a organização da vida, como se fosse uma fábrica, em que a produção e renovação do estoque se torna constantemente necessária, tanto para a garantia da espécie humana, como da cultura, que só adquire sentido com a transmissão desta, de gerações que vão morrendo, para as novas que vão nascendo e assim, sucessivamente.

Fechando a introdução de uma edição de 1976, Edgar Morin resume e apresenta conclusões sobre a morte que, anos depois, Ariès também concordará e escreverá em seus estudos, lembrando que cada um apresenta objetivos diferentes com a mesma temática. Portanto, Morin discute que:



[...] o problema de conviver com a morte vai inscrever-se cada vez mais profundamente no nosso viver. E isso vai levar-nos a um modo de viver de dimensão simultaneamente pessoal e social. Mais uma vez, o caminho da morte deve levar-nos mais fundo na vida, como o caminho da vida nos deve levar mais fundo da morte (MORIN, 1970, p.11).

De maneira geral, o que ambos, Morin e Ariès, querem salientar é a necessidade de o ser humano compreender o verdadeiro sentido da morte para a vida, mesmo sendo difícil aceitar todas as perdas que cercam cada um ao longo da mesma, a morte, a desordem, a desintegração de uns, se torna indispensável para o nascimento e a organização do ser humano, enquanto espécie e enquanto sociedade.

Partindo agora para a análise da obra literária, *As Intermittências da Morte*, de José Saramago, com o apoio teórico da linha do Existencialismo, com o objetivo de elucidar como Saramago descreve a morte, mesmo que seja em uma obra ficcional, a fim de mostrar sua posição crítica frente ao tema e como a sociedade vê a morte e como, também, deveria ser vista.

O romance, que apresenta três fases da morte, sendo a primeira sua greve, a segunda sua volta e a terceira com greve novamente, começa com a morte anunciando sua primeira suspensão, que se daria a partir da meia-noite da passagem de um ano para outro, mas essa greve só ocorreria em um país determinado, sendo atuante no restante dos outros países.

Neste primeiro momento, o país foi tomado por uma alegria geral. Todos se encontravam em pleno estado de êxtase em saber que tinham alcançado sua imortalidade, pois “o maior sonho da humanidade desde o princípio dos tempos, isto é, o gozo feliz de uma vida eterna cá na terra, se havia tornado em um bem para todos [...]” (SARAMAGO, 2005, p.15) Até as pessoas que se encontravam em situação de mais morto do que vivo, tiveram mais uma chance e sua morte, que era considerada certa, foi suspensa.

Somente algum tempo após anunciada a greve da morte é que toda a euforia começou a passar, por conta das consequências de tal ato. Acontecimentos que os seres humanos daquele país nunca imaginaram que surgiriam, começaram a pôr em cheque se



a imortalidade era, realmente, sinônimo de felicidade eterna. Assim descreve Saramago, em relação ao começo do descontentamento da suspensão da morte:

Nem tudo é festa, ao lado de uns quantos que riem, sempre haverá outros que chorem, e às vezes, como no presente caso, pelas mesmas razões. Importantes sectores profissionais seriamente preocupados com a situação, já começaram a fazer chegar a quem de direito a expressão do seu descontentamento (SARAMAGO, 2005, p.25).

Várias instituições começaram a sentir as graves consequências de um país sem morte. As empresas funerárias não tinham mais seu bem lucrativo, o morto. Os hospitais estavam abarrotados de pessoas que se encontravam em situações precárias de vida, mas que não morriam, por conta da greve da morte, e também não melhoravam de saúde. As empresas de seguro de vida também se viram em falência, pois ninguém mais se preocupava em garantir um seguro para a vida, pois esta seria eterna. Os lares de idosos também estavam entupidos de gente, pois as famílias não queriam ter o cuidado com um familiar que seria eternamente idoso e, conseqüentemente, as instituições começaram a não suportar mais a grande demanda. Estes lares passaram a ser “cemitérios de vivos onde a fatal e irrenunciável velhice seria cuidada como deus quisesse, até não se sabe quando, pois os seus dias não teriam fim [...]” (SARAMAGO, 2005, p.31). Até a Igreja se viu ameaçada com a greve da morte, pois “sem morte, ouça-me bem, senhor primeiro-ministro, sem morte não há ressurreição, e sem ressurreição não há igreja, Ó diabo [...]” (SARAMAGO, 2005, p.18).

Após todos esses acontecimentos negativos, proporcionados pela suspensão da morte, a população se viu em situação de caos. Todas as pessoas estavam desesperadas, pois nunca imaginavam que a vida eterna pudesse trazer tantos malefícios à sociedade. O desespero, que tomou conta de todos, fez com que as pessoas comesçassem a agir e tomar providências sórdidas em relação a alguns assuntos, como forma de tentar resolver alguns problemas. As funerárias, para não decretarem falência, impunham que todo animal de estimação, ao morrer, deveria receber os mesmos ritos de uma pessoa, portanto, necessitaria dos serviços funerários. As seguradoras de vida encontraram uma maneira de fazer com que as pessoas continuassem pagando o seguro, delimitando a



idade de 80 anos. Após completar essa idade, o sujeito seria dado como morto e, se quisesse, poderia renovar seu seguro por mais 80 anos, quando se daria baixa na sua segunda morte, e assim, sucessivamente.

O maior dos problemas foi a situação em que os moribundos se achavam, na maioria idosos, pois estes não tinham mais forças e saúde para continuarem vivos e, ao mesmo tempo, lhes foi negado o direito de morrer. Portanto, estes se encontravam em situação de morte suspensa, pois se a morte não entrasse em greve, certamente todos já teriam morrido.

Diante “[...] dos novos problemas que a sociedade terá de enfrentar, o principal dos quais alguns resumiriam nesta cruel pergunta, Que vamos fazer com os velhos, se já não está aí a morte para lhes cortar o excesso de veleidades macróbias” (SARAMAGO, 2005, p.29). Deparando-se com este, que era o principal problema no momento, os sentimentos de angústia e desespero tomavam conta da população, não só dos que se encontravam em situação de mortos/vivos, mas também dos familiares que, por um lado estavam felizes que não precisariam lidar com a perda de alguém próximo, mas que, por outro lado, não aguentavam mais suportar o pesado fardo de ter que se responsabilizar eternamente por alguém que depende de outra pessoa para realizar todas as tarefas. Para tentar resolver o problema do “entulho humano” e com o intuito lucrativo, é claro, foi criada uma organização chamada Máphia que realizava o trabalho de levar os moribundos até a fronteira com outro país, onde não havia greve, para que estes, finalmente, morressem, desocupando espaço e amenizando o duro trabalho das famílias.

A Máphia veio como sendo uma salvação para as famílias, que não suportavam a ideia de serem elas mesmas as mandantes do assassinato de seus moribundos. Mas, como explica o existencialismo, de maneira indireta, os parentes das vítimas continuavam sendo os mandantes do crime, pois a escolha de levar, ou não, o moribundo até a fronteira para morrer, dependia da própria família. Sartre (1987), em relação à escolha, salienta que esta faz parte da condição humana e “posso sempre escolher, mas devo saber que, se eu não escolher, escolho ainda” (SARTRE, 1987, p.17). Portanto, é inerente ao ser humano a capacidade de escolha, mesmo que se





transfira a responsabilidade para outrem, ainda se está fazendo a escolha, como no caso da obra, em que as famílias transferiam a responsabilidade de “matar” o moribundo para a Máphia, mas, mesmo assim, escolheram que o ente seria morto. Olson, ao falar da escolha, assim como Sartre, também salienta que “é um lugar comum da crítica social contemporânea afirmar que o homem moderno procura por todos os meios fugir a essa forma de tensão delegando a outrem sua prerrogativa de tomar as decisões em seu lugar” (OLSON, 1970, p.70).

Tal ação, a de delegar a morte dos moribundos a Máphia, implicou em uma grande angústia, por parte dos que escolheram que seus parentes fossem mortos ou levados para o descanso eterno, já não poderiam mais ficar na condição de morte suspensa e como a angústia é um sentimento que o existencialismo aborda, sendo este favorável ao crescimento humano, pois não é na felicidade plena, algo que não existe realmente, que o indivíduo consegue perceber suas atitudes e evoluir. É justamente diante de sentimentos que são condenados pela sociedade, como a angústia, a tristeza, e a aflição que o ser humano adquire consciência do que está realizando equivocadamente e que consegue enxergar onde pode encontrar sentimentos puros. Olson explica exatamente essa questão, dizendo que:

A frustração, a insegurança e a luta dolorosa são o quinhão iniludível da humanidade, e a única vida digna de ser vivida é a que encara esse fato de frente; pois, conforme os existencialistas, uma vida de frustração, insegurança e sofrimento gera valores, e os valores assim gerados são os únicos efetivamente realizáveis e genuinamente dignos de persecução pelo homem (OLSON, 1970, p.28).

Portanto, diante do que os indivíduos tiveram que enfrentar no romance, e pelo que a teoria existencialista explica:

Esta espécie de angústia, que é a que descreve o existencialismo, veremos que se explica, além do mais, por uma responsabilidade direta frente aos outros homens que ela envolve. Não é ela uma cortina que nos separa da ação, mas faz parte da própria ação (SARTRE, 1987, p.8).



Apesar do árduo peso da escolha, sofrida pelos personagens do romance, entre levar, ou não, seus entes moribundos para morrer (e aqui há que pensar na própria vontade da vítima), a verdadeira situação de caos começava a atrapalhar o sossego eterno da população. O que antes foi festa e alegria passou a ser inconveniente, pois ninguém mais sabia como seria aquele país se todos fossem eternos, se a única forma de morte era uma espécie de assassinato camuflado e o que seria da própria vida e seu sentido, levando em consideração a eternidade. As pessoas começaram a perceber que a vida eterna não teria o menor sentido, que tudo acabaria se tornando sem objetivo, já que a eternidade “livraria” o ser humano de cumprir metas, tentar buscar seus objetivos, cuidar da saúde, etc. A partir desse momento, a angústia e o desespero não atingem mais as pessoas pelo fato de que a morte chegará, mas, pelo contrário, pelo fato da morte ter suspenso seu trabalho, pois, ao contrário do que se pensava, sem a morte, também ocorrem problemas no andamento de uma sociedade e estes, talvez, mais graves do que se a morte atuasse. A felicidade, que os indivíduos pensavam que teriam com a suspensão da morte, nada mais é do que aquela que Olson (1970) fala, coberta de futilidade, ou seja, a falsa felicidade que, na verdade, todo ser humano busca, pois nesse caminho não há que passar pelo sofrimento.

A busca pela felicidade humana, aquela que eles acreditam ser a verdadeira, não passa de mais uma invenção mercadológica e os existencialistas afirmam que a verdadeira busca se concentra em outros objetivos, pois o mundo também não passa de uma realidade enfeitada, para que os indivíduos possam suportar, minimamente, a vida neste ambiente. Olson fornece a descrição do que, para o Existencialismo, seria o mundo em que vivemos.

O mundo não passa de um “verniz” na superfície do ser-em-si; ou, sob outra metáfora, o mundo não é senão uma “crosta delgada” de significado, que impomos O ser-em-si. Normalmente essa crosta delgada de significado esconde o “em-si” e obnubila a consciência que temos de sua existência, mas a angústia de ser está sempre sob a superfície de nossa consciência diária e de tempos em tempos irrompe à superfície, apresentando o ser-em-si sem disfarces (OLSON, 1970, p.56).



Da mesma forma como no mundo real, o país ficcional de José Saramago também estava envolto por esse verniz descrito por Olson, impedindo a população de ver que a eternidade não traria somente coisas boas, mas, com as grandes consequências que tal fato desencadeou, aos poucos, a população começou a perceber a verdadeira realidade que a eternidade mostrava diante de seus olhos.

A partir desse momento, a população pedia para que a morte voltasse a atuar, pois tinham percebido sua importância para o bom andamento do mundo, como um todo, pois não somente a vida, mas também a sociedade necessita da morte, já que muitas instituições, como Saramago mostrou, dependem da morte para funcionarem corretamente. E quando a morte resolve retornar, claro, com algumas exigências, a sensação da população é de euforia total e diante de tantas comemorações, que pareceriam desrespeitosas em uma situação normal, o povo só queria saber da volta à normalidade com o retorno da morte. Mas, como foi dito, que a morte, para retornar, impôs algumas ordens, a tal felicidade não durou tanto, pois ela escolheria e determinaria o tempo de vida de cada pessoa e esta seria informada, através de uma carta, que teria um prazo de uma semana para resolver pendências e que, ao final desta, morreria, sem direito à reclamação.

Novamente a angústia e o terror tomam conta do país, pois ninguém gostaria de receber uma carta, que seria sua sentença de morte, com tempo de vida restante delimitado. Ao receber a carta, toda e qualquer pessoa se via em situação de pleno desespero. Se a morte, durante a greve, era esperada, agora começa a ser temida novamente. A morte (que no romance é personificada e se torna humanizada) manda a seguinte carta para suas vítimas:

Caro senhor, lamento comunicar-lhe que a sua vida terminará no prazo irrevogável e improrrogável de uma semana, aproveite o melhor que puder o tempo que lhe resta, sua atenta servidora, morte (SARAMAGO, 2005, p.125).

Tanto o romance, quanto a teoria existencialista, tentam explicar que, apesar de ser um sonho da humanidade ganhar a eternidade, esta não traria uma vida plena e feliz,



pois, como tão bem mostrou Saramago, problemas também existiriam. Olson explica que “mesmo que existissem objetos eternos, o homem não poderia participar de sua eternidade” (OLSON, 1970, p.59) e, ainda em relação à imortalidade, o autor diz que esta “não é uma característica do corpo e da alma do indivíduo concreto; [...] é o homem em abstrato, e não o indivíduo concreto, que é imortal” (OLSON, 1970, p.63).

Ao final do romance, os sujeitos daquele país conseguem entender um pouco qual é a função da morte para a vida da humanidade e que sem ela, da mesma forma quando a morte atua, os seres humanos não conseguiriam se livrar de sentimentos como os de tristeza, angústia, temor da escolha, além de ver o país se transformar em caos. Tanto com a morte, como sem ela, todos acabam sofrendo e no próprio romance a morte, que é personificada, acaba dizendo que o intuito de suspender seu trabalho, por um determinado período foi o de:

[...] explicar que a intenção que me levou a interromper a minha atividade, a parar de matar, a embainhar a emblemática gadanha que imaginativos pintores e seres humanos que tanto me detestam uma pequena amostra do que para eles seria viver sempre, isto é, eternamente [...] (SARAMAGO, 2005, p.99).

Nesta história, José Saramago acaba mostrando um lado da morte que, apesar de todos saberem, não se torna evidenciado diante do horror que foi instaurado, ao se pronunciar o nome da morte. Saramago mostra uma ideia da morte semelhante a dos existencialistas, ao dizer que esta é fundamental para que a humanidade continue evoluindo e que não pode ser vista como um tema interdito, como ocorre, principalmente, na sociedade ocidental.

### **Considerações finais**

Levando em consideração a teoria existencialista, que aborda a temática da morte, e o romance de José Saramago, cujo centro do enredo se baseia na mesma, pode-se entender melhor, através de uma obra ficcional o que os existencialistas, de um modo ou de outro, tentam passar em seus estudos.



A morte, por mais difícil que seja para todo ser humano que tem de encará-la, na morte do outro, mesmo que aconteça em caráter trágico e prematuro, muitas vezes, não pode somente ser vista com olhos de terror e medo, pois, assim como bem mostrou Saramago, o mundo sem morte também seria, ao contrário do que muitos acreditam, repleto de terror, angústia, medo e desespero.

A corrente existencialista, de certo modo, anda “contra” algumas ideias pré-estabelecidas pela sociedade. A busca constante pela felicidade e a obrigatoriedade desta, imposta como uma lei geral é condenada pelos existencialistas como sendo irreal e impossível. Ninguém pode ser feliz, realmente feliz, 24h por dia e o próprio conceito da mesma é muito diferente, bem como o da morte, que é considerado um tema interdito socialmente, mas que, ao mesmo tempo, está presente a todo o momento no convívio dos seres humanos. Não seria mais fácil aprender a lidar com a morte, do que tentar expulsá-la do mundo dos vivos, sabendo que isso é impossível?

São essas algumas questões que a teoria existencialista tenta mostrar ao ser humano. O crescimento ocorre através de sensações nem sempre agradáveis. O sujeito necessita aprender que o maior crescimento e a busca pela felicidade real são encontrados através da angústia, do medo, da escolha e também na sabedoria em aceitar a morte, como sendo algo bom e necessário para o ser humano.

### Notas

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras. Linha de Pesquisa: Literatura e Historicidade. Artigo referente à disciplina *Identidade Existencial no Romance Latino-Americano*, ministrada pela Professora Dr<sup>a</sup>. Evely Vânia Libanori, apresentado como critério avaliativo.

\*\* Termo utilizado por Ariès (2003) para definir o sujeito que se encontrava em situação de vida e saúde precárias, ou seja, para aquele sujeito que não tinha como “escapar” da morte.

### Referências Bibliográficas



ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente*. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. Sintra: Publicações Europa-América, 1970.

OLSON, Robert. *Introdução ao Existencialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

SARAMAGO, José. *As Intermitências da Morte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARTRE, Jean Paul. O Existencialismo é um Humanismo. In: PESSANHA, José Américo Motta (coord.). *Sartre*. São Paulo: Abril Cultural, 1987.



## As diferentes memorizações sobre a Segunda Guerra Mundial: Indústria do Holocausto, Negacionismo e o *IV Reich*

Marcos Meinerz\*

**Resumo:** Desde o término da Segunda Guerra Mundial, muito se tem produzido sobre o nazismo para tentar explicar um dos episódios mais intrigantes do século XX. De todas as guerras, esta foi a que causou maior perplexidade, principalmente pelo desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, que se responsabilizaram, pela primeira vez na história, por difundir cotidianamente os acontecimentos do conflito em todo o mundo. Destes relatos, veiculados em jornais, rádio e cinema, produziram-se inúmeras e diferentes memorizações. Neste artigo, portanto, visa-se abordar algumas produções e apropriações memorialísticas formadas sobre o conflito. Dentre elas podemos destacar: a memória dos judeus, a memória dos aliados, a memória dos alemães ocidentais e a memória da formação do *IV Reich* na América Latina.

**Palavras – chave:** Memória, *IV Reich*, Indústria do Holocausto.

### Introdução

Após o “Dia D” – 6 de junho de 1944 - a Segunda Guerra Mundial entrava em sua fase final, culminando com a rendição da Alemanha e logo depois do Japão. Mais de meio século após ter sido esmagado e enterrado pelos Aliados, o nazismo continua a despertar não só o interesse dos historiadores e outros investigadores, mas também a suscitar a curiosidade de inúmeros leitores quanto às origens de um fenômeno político que produziu efeitos tão tragicamente devastadores para uma larga parte da humanidade. Ao longo desse período foram produzidos inúmeros trabalhos sobre o nazismo, vide a importância de explicar um dos episódios mais marcantes do século XX.

Dentre todas as emoções coletivas, as guerras são as que possuem maior recorrência junto ao imaginário social. Segundo Marion de Magalhães,

de todas as guerras, a que causou maior perplexidade no presente século foi a Segunda Guerra Mundial. Não apenas pela brutalidade dos atos que então foram cometidos, ou pela intensidade das técnicas de violência implementadas, mas principalmente pelo desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, que se responsabilizaram, pela primeira vez na história, por difundir cotidianamente aqueles acontecimentos em todo o





mundo. Destes relatos, veiculados em jornais, rádio e cinema, produziram-se inúmeras e diferentes memorizações (MAGALHÃES, 1995, p. 32).

Nessas inúmeras e diferentes memorizações, encontramos as de intelectuais como Theodor Adorno, Primo Levi, Bertold Brecht e Charles Chaplin; de políticos como Churchill ou De Gaulle; de jornalistas das mais variadas tendências ideológicas; e dos meios de comunicação de massa em geral, que transformam os acontecimentos daquele conflito em motivo de celebração e de comercialização. Porém, segundo Magalhães (1995), existem três matrizes de memorização sobre a Segunda Guerra que possuem maior recorrência e visibilidade. São elas: a memória dos judeus, a memória dos aliados e a memória dos alemães ocidentais.

Apesar de essas serem as matrizes de maior visibilidade, as memorizações sobre a Segunda Guerra Mundial não se encerram nelas. Portanto, neste artigo, abordaremos, além dessas três, outros tipos de memória que se formaram após o conflito. A saber: A ideia da formação do *IV Reich* na América Latina e os escritos dos negadores do Holocausto.

### **Holocausto, Negacionismo e o *IV Reich***

Entre essas três matrizes, a memória dos judeus possui uma grande produção historiográfica, literária e memorialística devido ao holocausto nazista (monumentos e museus). Entretanto, como nos mostra Norman Finkelstein (2001), no seu livro intitulado, *A indústria do holocausto*, o extermínio de judeus durante a Segunda Guerra foi transformado em uma representação ideológica que defende interesses de classe e sustenta políticas de interesses econômicos para Israel e Estados Unidos e para os judeus em geral. Finkelstein recorda sua infância, durante a qual não se discutia o holocausto, para mostrar que o interesse pelo assunto coincidiu com a Guerra dos Seis Dias (1967), quando os Estados Unidos perceberam que seria interessante ter um parceiro forte no Oriente Médio. E, para os grupos judaicos americanos e a direita então no poder em Israel, a melhor forma de “conquistar simpatia” era propagar a ideia de que a hostilidade árabe poderia levar a uma reedição da solução final.



É quando, segundo Finkelstein, nasce a “Indústria do Holocausto” e ganham destaque personagens como Simon Wiesenthal, que se dedicou a caçar nazistas após a guerra. Essa indústria dedica-se a cobrar indenizações de empresas e países, e o autor acusa instituições judaicas mundiais de mentir sobre o número de sobreviventes do holocausto para extorquir dinheiro que não é efetivamente entregue às vítimas reais. O que transformaria o sofrimento de milhões de judeus a instrumento de chantagem.

O número de sobreviventes nos campos de concentração é exagerado, segundo o autor, para chantagear bancos suíços, indústrias alemãs e países do Leste Europeu em busca de indenizações financeiras. A luta feroz por indenizações teria como efeito colateral insuflar o anti-semitismo na Europa. Israelenses e judeus americanos são hoje a grande força de opressão, perseguindo palestinos e negros americanos. Finkelstein não nega a existência do holocausto como fato histórico, denunciando, porém, os usos deste, como uma submissão dos fatos a uma interpretação interessada, no caso a política de autoconservação do Estado de Israel apoiada pelos Estados Unidos.

Assim como diz o escritor israelense, Boas Evron (1983), o holocausto nazista é atualmente “uma doutrina oficial de propaganda, um martelar de slogans e uma falsa visão do mundo, cujo objetivo real não é entender o passado, mas manipular o presente” (1983, *apud*, FINKELSTEIN, 1991, p. 43).

Segundo Finkelstein, a memória do holocausto nazista se transformou numa “indústria” e com isso, a maior parte dos textos sobre a *Solução Final* de Hitler perdeu valor como estudo. E de fato, este campo de estudos está repleto de “falta de sentido, quando não cheio de fraudes, e especialmente revelador é o meio cultural que alimenta esta literatura” (FINKELSTEIN, 1991, p. 53).

Finkelstein apresenta três obras literárias que foram consideradas como embustes sobre o holocausto nazista: *The Painted Bird* (O Pássaro Pintado), de Jerzy Kosinski (1965); *Fragments* (Fragmentos), de Binjamin Wilkomirski (1995); e o mais recente “*exagero sobre o Holocausto*” é *Hitler’s Willing Executioners* (Os Carrascos voluntários de Hitler), de Daniel Jonah Goldhagen (1996).



O primeiro maior embuste sobre o holocausto, afirma Finkelstein, é o livro de Kosinski – *The Painted Bird* de 1965. Kosinski, escritor e ator judeu, nasceu na cidade polonesa de Lódz no dia 18 de junho de 1933, naturalizou-se norte-americano e faleceu em Nova York no dia 3 de maio de 1991. Segundo Finkelstein, *The Painted Bird* se tornou um texto básico do holocausto. Foi um *bestseller* e vencedor de prêmios, traduzido para inúmeras línguas e imposto como leitura nas escolas. O livro se propôs a ser um relato autobiográfico do autor, das errâncias de uma criança solitária por uma Polônia rural durante a Segunda Guerra Mundial. O tema do livro é a tortura sexualmente sádica perpetrada pelos camponeses poloneses, retratando como eles eram virulentos anti-semitas: “Bata nos judeus. Bata nos Bastardos, eles escarneciam” (FINKELSTEIN, 1991, p. 54).

Porém, como afirma Finkelstein, Kosinski foi desmascarado por um seminário investigativo. Ele viveu com seus pais durante toda a guerra e teria inventado quase todos os episódios patológicos narrados por ele. E na realidade, os camponeses poloneses, que no livro são apresentados como “virulentos anti-semitas”, acolheram a família de Kosinski, apesar de saberem que eram judeus e das terríveis consequências que eles próprios sofreriam se fossem pegos.

No livro *Fragments*, de Binjamim Wilkomirski, de 1995, o autor, semelhante à Kosinski, descreve a si próprio como uma criança judia sobrevivente, solitária e órfã, que ficou muda, encerrada num orfanato e só muito mais tarde descobriu ser judeu. Finkelstein afirma que, como em *The Painted Bird*, a narrativa principal do livro, é a voz simples, limitada, de uma criança inocente, permitindo vagas alusões a tempo e nomes de lugares. Cada capítulo da obra tem seu clímax numa orgia de violência. De acordo com Finkelstein, *Fragments* é o arquétipo da memória do holocausto, fixando-se primeiro nos campos de concentração, onde todos os guardas são loucos, monstros sádicos que se divertem em arrebentar as cabeças dos recém-nascidos. A singularidade de *Fragments* está na sua representação da vida não durante, mas depois do holocausto.

Assim escreve Finkelstein sobre o livro:



Adotado por uma família suíça, o pequeno Binjamim ainda sofre novos tormentos. Ele caiu num mundo de negadores do Holocausto. “Esqueça – foi um pesadelo”, sua mãe gritava. “Foi apenas um pesadelo... Você não deve pensar mais nisso”. “Aqui nesse país”, ele se irrita, “todos me dizem para esquecer, que isso nunca aconteceu, eu apenas sonhei. Mas todos sabem de tudo sobre os campos!” Mesmo na escola, “os garotos me apontavam, mostravam os punhos e gritavam: ‘Ele está delirando, não existiu tal coisa. Mentiroso! Ele é doido, maluco, é um idiota’ [...] Levado por um desejo abjeto, Binjamim alcançou a epifania do Holocausto. “Os campos ainda existem – apenas estão escondidos e bem disfarçados [...] Eles ainda podem matar, mesmo sem uniformes”. Mais do que uma homenagem ao dogma do Holocausto, *Fragments* é uma bomba de efeito moral: mesmo na Suíça – na Suíça neutra – todos os não-judeus querem matar os judeus (FINKELSTEIN, 1991, p. 56).

Segundo o autor, *Fragments* foi amplamente saudado como um clássico da literatura do holocausto. Foi traduzido para uma dezena de línguas e ganhou vários prêmios: o *Jewish National Book Award*, o prêmio de *Jewish Quarterly*, e o *Prix de Mémoire de la Shoah*. Estrela de documentários, orador em conferências e seminários, levantador de fundos para o Museu Memorial do Holocausto das Nações Unidas, Wilkomirski rapidamente se tornou o garoto-propaganda do holocausto.

Tempos depois, assim como aconteceu com Kosinski, a história contada por Wilkomirski foi desmascarada, pois se tratava de uma fraude. Na verdade ele não era um órfão judeu, mas um homem nascido na Suíça chamado Bruno Doessekker. Em 1999, o editor alemão de Wilkomirski retirou o livro *Fragments* das livrarias (FINKELSTEIN, 1991).

No ano 1996, foi publicado o livro do cientista político e professor de Harvard, Daniel Jonah Goldhagen - *Hitler's Willing Executioners* (Os carrascos voluntários de Hitler). Vendeu meio milhão de exemplares, foi traduzido para 13 línguas e o autor rapidamente se tornou presença obrigatória no “circuito do holocausto”. Goldhagen refutou categoricamente a ideia de que os nazistas assassinaram os judeus por coerção, por uma disciplina tipicamente alemã que os levava a cumprir mesmo as ordens que consideravam indignas, por pressão psicológica, ou ainda, por serem burocratas cumprindo suas obrigações, sem se importar com mais nada. Para ele, os alemães massacraram os judeus porque acreditavam realmente que assassinar o povo hebreu era



algo necessário e correto e a base para essa crença seria o anti-semitismo, desenvolvido em séculos de história alemã (FINKELSTEIN, 1991).

Finkelstein afirma que a tese central do livro é exatamente o dogma padrão do holocausto: guiado pelo ódio patológico, o povo alemão apegou-se à oportunidade validada por Hitler para matar os judeus. Porém, embora com aparato de estudo acadêmico, afirma Finkelstein, *Hitler's Willing* “não passa de um compêndio de violência sádica. Repleto de grosseiras falsificações de material de pesquisa e contradições, é uma obra destituída de valor acadêmico” (FINKELSTEIN, 1991, p. 61).

João Fábio Bertonha, por sua vez, ao analisar a obra de Goldhagem afirma que:

Também é bastante questionável a sua convicção (compreensível dentro do seu esforço para mostrar o massacre dos judeus como efeito natural do anti-semitismo alemão) de que o Holocausto figurava permanentemente nas mentes de todos os alemães desde sempre. Que muitos alemães, desde o século XIX, e, especialmente, muitos nazistas (incluindo Hitler), pensavam com frequência na ideia de exterminar os judeus e esperaram o momento propício para isso, é perfeitamente aceitável. É difícil acreditar, porém, que essa ideia tenha estado sempre tão presente na mente de todos os alemães e mesmo na de todos os nazistas e que soluções outras não tenham sido cogitadas [...] O livro também tem inconsistências metodológicas evidentes e é irritantemente repetitivo, como que desejando convencer o leitor pelo cansaço da validade de suas teses. Entre essas inconsistências, as mais gritantes são a generalização, as simplificações, a colocação de fatos fora do contexto e a ignorância de dados que poderiam contradizer a tese principal. De fato, a partir de alguns exemplos de anti-semitismo dos carrascos (certamente verdadeiros), ele generaliza para todo o povo alemão, sem dar virtualmente nenhum indício consistente de que essa generalização era possível e recusando fontes que fornecem indícios em contrário. No decorrer do próprio livro, além disso, são contínuos os momentos em que, para demonstrar o anti-semitismo generalizado e absoluto dos alemães, ele cita exemplos que acabam por contradizê-lo. São problemas que afetam, sem dúvida, a credibilidade do trabalho (BERTONHA, 1999, p. 1).

O que observamos nessas obras, é a apropriação de uma memória que foi formada devido aos horrores cometidos pelo regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Nesse caso a memória do holocausto. A recepção dessa literatura, que se pretende real, mas ficcionam os fatos para tal, faz parte da “Indústria do Holocausto”, a qual Finkelstein mencionou em seu trabalho, que é “construída sobre uma fraudulenta desapropriação da história com motivações ideológicas, que preparou-se para celebrar



invenções” (FINKELSTEIN, 1991, p. 58) como as de Kosinski, Wilkomirski e Goldhagen.

Contudo, nem todos os trabalhos sobre a memória do holocausto são ávidos de fraudes, embustes ou ficções. Exemplo disso é o trabalho de Primo Levi (1990) - *Os Afogados e os Sobreviventes*. Diferentemente dos livros citados acima, Levi realmente foi prisioneiro do campo de concentração de Auschwitz que sobreviveu aos horrores e as mais variadas mazelas praticadas pelos nazistas. Em seus livros, que podemos classificar como uma “literatura de testemunho”, Levi narra as suas memórias sobre o período em que ficou aprisionado. Nascido em Turim, na Itália, em 1919, Primo Levi formou-se em Química quando ainda era permitido aos judeus frequentar as universidades. Em 1944, foi deportado para Auschwitz, só sendo libertado de lá no final da guerra. Em *Afogados e Sobreviventes*, Levi narra o dia-a-dia no campo de concentração, a disciplina cega da SS, os prisioneiros debilitados que aceitavam o colaboracionismo como único modo de escapar, os milhões que tiveram seu futuro negado pelo simples fato de serem judeus. Levi conta e transpõe o sentido e a lógica dos campos nazistas, bem como o processo de redução de mulheres e homens a seres inferiores e destinados à exploração absoluta.

Como afirma Lucas de Oliveira, Levi conta em *Os afogados e os Sobreviventes*:

um tipo de testamento vital em que a voz de sobrevivente, aliada ao prodigioso trabalho de memória, historiografia e revisão crítica, tentou recriar a vida no limite da destruição, buscando esclarecer as novas gerações dos riscos da exceção dentro da ordem democrática (OLIVEIRA, 2013, p. 20).

O que podemos apontar de comum nas obras até aqui citadas, é o fato de que em nenhum momento elas negam a existência do holocausto, seja na obra de Wilkomirski, Finkelstein ou Primo Levi, sejam elas literaturas ficcionais, trabalhos historiográficos ou memorialísticos. Contudo, nas décadas que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial, surgiram em vários lugares do mundo, primeiramente nos Estados Unidos e França, depois encontrando adeptos em vários países da Europa, América Latina e Austrália, obras com outra apropriação da memória sobre o holocausto. Essas





obras foram classificadas como Negacionistas (também chamado de “Revisionismo”), que em suma incorporam: a reabilitação do nacional-socialismo, do III Reich em geral e de Hitler em particular; a tentativa de provar a ausência de culpa da Alemanha pela Segunda Guerra; e, a banalização, a justificação ou mesmo a negação da existência dos campos de extermínio e do holocausto nazista.

Segundo Odilon Caldeira Neto (2009), no Brasil, o Negacionismo começou a ficar conhecido perante a opinião pública em meados de 1977, quando jornais de alcance nacional, como o “O Globo”, “Jornal do Brasil” e “Folha de São Paulo” abriram espaço para uma discussão que girava em torno do livro de David Irving, “*Hitler’s War*” (A Guerra de Hitler) de 1977. No livro, Irving já enunciava teses proto-negacionistas, que viriam a ser defendidas publicamente mais adiante. De acordo com Neto, para Irving, Hitler era inocente em relação ao holocausto, pois não teria ordenado o extermínio dos judeus durante o *III Reich* e também não saberia nada sobre tal. Irving não chega a defender a inexistência do fato, mas já lançava olhares de dúvidas sobre tal acontecimento (NETO, 2009).

O Negacionismo no Brasil é representado pela Editora Revisão, fundada em 1987, na cidade de Porto Alegre – Rio Grande do Sul. Seu fundador foi Siegfried Ellwanger Castan, brasileiro, neto e bisneto de imigrantes alemães. Este se dedicou a difundir teses segundo as quais o extermínio de judeus – o holocausto - não passaria de uma farsa inventada pelo “sionismo”.

A Editora Revisão publicou um total de 20 livros, incluindo reedições de antigas obras de caráter anti-semita, como por exemplo, *O Plano Judaico de Dominação Mundial: Os Protocolos dos Sábios de Sião*. Grande parte dos livros negacionistas no Brasil são de autoria de Castan ou, então, de Sérgio Oliveira, ex-sargento do Exército Brasileiro durante a ditadura militar.

Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus (2007), em seu livro, *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória*, faz um levantamento sobre o número de publicações de cunho negacionista distribuída pela Editora Revisão. De acordo com estes dados, Castan aparece com cinco obras publicadas e Sérgio Oliveira, nove.





Um dos livros mais divulgados e que teve maior repercussão no Brasil dessa editora, foi a obra - *Holocausto Judeu ou Alemão? Nos Bastidores da Mentira do Século*, de Castan. Livro lançado em fevereiro de 1987, que abordou a história da Segunda Guerra Mundial, principalmente, a questão da culpa alemã pelo início do conflito em 1939. Segundo Elza dos Santos (2008), Castan procurou abranger vários tópicos que se relacionam com a história do povo alemão e sua participação na Segunda Guerra. Entretanto, a argumentação principal gira em torno de uma suposta conspiração internacional judaica contra os alemães. Uma das preocupações centrais de Castan, afirma Santos, é a de indicar que “o cinema, jornais, televisão e Imprensa, são, em todo tempo, manipulados pela comunidade judaica, que trabalhavam com afincos para difamar a Alemanha através destes meios de comunicação” (SANTOS, 2008, p. 2).

Santos aponta que outra passagem de destaque no livro, é de como o autor afirma que o genocídio praticado durante a Segunda Guerra teria sido uma invenção dos Aliados, judeus e sionistas e, que Hitler, em todo o tempo, teria evitado a guerra ao máximo:

Tal tópico é discutido por ele em *Hitler e o Extermínio*, apontando como prova um discurso pronunciado por ele, em 30 de Janeiro de 1939. Compõe seu discurso também alegar que foi a Alemanha quem teria sido vítima de extermínio, e não os judeus. Ele se baseia em fotografias de bombardeios de cidades e civis alemães pelos Aliados. Assim, o autor acredita ter encontrado o porquê a suposta invenção do extermínio: o de desviar a atenção do mundo em relação ao que supõe ser a real catástrofe, os bombardeios contra os alemães (SANTOS, 2008, p. 4).

Castan foi alvo de diversas denúncias e protestos, e ficou conhecido nacional e internacionalmente por suas longas disputas judiciais, que começaram nos tribunais gaúchos e chegaram até o Supremo Tribunal Federal (STF). Os livros da editora Revisão foram apreendidos pela polícia em Porto Alegre, por liminar da Justiça, sob a alegação de racismo. Castan foi processado por diversas instâncias da Justiça sulista, recorrendo até mesmo a um pedido de *Hábeas Corpus* ao Supremo Tribunal Federal, em 2003. Este manteve a condenação de Castan, sendo condenado por racismo (a pena



foi convertida em dois anos de prestação de serviços comunitários), além da proibição de circulação das obras negacionistas de sua editora (NETO, 2009).

Inclusive, no site da Editora Revisão temos o seguinte pronunciado:

Em função da perseguição contra a Editora Revisão empreendida pelos agentes do judaísmo-sionismo em colaboração com a demente justiça brasileira, e visando restaurar o direito à liberdade de expressão e divulgação dos trabalhos do historiador S. E. Castan, estamos disponibilizando as listagens de livros capturadas do site oficial da editora [www.revision.com.br](http://www.revision.com.br) em 2000. Informamos aos delinquentes internacionais de plantão e a quem possa interessar que este site é imune à demência instalada no sistema jurídico brasileiro. As perseguições que a Revisão sofreu no passado foram o combustível para a consolidação e aprimoramento da eficiência dos nossos esforços em prol da verdade histórica. Persigam-nos e nos tornem melhores (<http://web.archive.org/web/20080707235205/http://members.libreopinion.com/us/revision5/edrevision.htm>. Acessado no dia 16/02/2012).

Sobre os negadores do holocausto, Finkelstein afirma que eles exercem maior influência nos Estados Unidos do que em qualquer outra sociedade, e que não é difícil detectar as razões por trás dos protestos de uma difundida negação do mesmo, dada a falta de sentido da agitação diária promovida pela sua indústria e assim, “é de se espantar que haja tão poucos céticos” (FINKELSTEIN, 1991, p. 64), e que numa “sociedade saturada com o Holocausto, como justificar que mais museus, livros, cursos, filmes e programas sejam necessários para expulsar o fantasma da negação do Holocausto?” (FINKELSTEIN, 1991, p. 64).

Finkelstein termina afirmando que nem toda literatura revisionista é totalmente sem efeito, e que essas obras tem dado uma “indispensável” contribuição ao conhecimento sobre a Segunda Guerra Mundial. Cita Raul Hilberg, que intitula como um importante historiador sobre o holocausto, quando este fala sobre publicações que negam o fato: “Se esta gente quer falar, deixem falar. Eles apenas conduzem os que, como nós, fazem pesquisas, a reexaminar o que poderíamos considerar como óbvio. E isso é muito útil” (FINKELSTEIN, 1991, p. 67).

Segundo Magalhães (1995), existem mais duas matrizes de memorização sobre a Segunda Guerra que possuem, juntamente com a memória dos judeus, uma maior



recorrência e visibilidade. São elas: a memória dos aliados e a memória dos alemães ocidentais.

O que foi apresentado até aqui, foram alguns aspectos da memória dos judeus “que se presentifica continuamente e que se recusa estrategicamente a colocar um ponto final naqueles acontecimentos” (MAGALHÃES, 1995, p. 37). De acordo com Magalhães,

a memória da comunidade judia pode ser assim entendida; como uma referência de aproximação/distanciamento. *Recordemos que vocês cometeram o crime, recordemos que nós fomos as vítimas, recordemos que eles estavam presentes.* Trata-se, portanto, de uma aproximação aos que se recordam e um distanciamento dos que não recordam ou ignoram os fatos (MAGALHÃES, 1995, p. 37).

Já a memória dos aliados, ou seja, a memória dos vencedores, é apresentada como a vitória do Bem contra o Mal, dos vitoriosos e derrotados e que podemos observar isso nos manuais escolares utilizados nos países vinculados a aliança vencedora. Para Magalhães, fica claro que a função de tal memória descrita nesses manuais, é a de dividir o mundo entre bons e maus: “Os maus, de quem eu me distancio, e os bons, com quem eu afirmo a minha própria identidade, ao mesmo tempo em que delego a eles o exercício da hegemonia” (MAGALHÃES, 1995, p. 34).

A terceira matriz a produzir uma determinada memória sobre a Segunda Guerra é memória dos alemães ocidentais. Magalhães, ao mencionar a esse grupo, não se refere aos que presenciaram as batalhas e a derrota, e que se autocompreenderam como vítimas, mas sim dos herdeiros desta história, da geração pós-guerra que assumiram a responsabilidade pelos crimes cometidos. Isso é observado principalmente na política oficial que a Alemanha adotou no pós-guerra, que consiste na busca de conscientização histórica sobre o nazismo (MAGALHÃES, 1995).

Essas três matrizes, contudo, não esgotam as possibilidades de memorizações e histórias sobre a Segunda Guerra Mundial e suas consequências. Após o conflito, verificamos a publicação de inúmeros livros que possuem como tema principal as relações de nazistas considerados criminosos de guerra, que fugiram para a América Latina, e de imigrantes e descendentes de alemães do continente, com a suposta



tentativa de formação do *IV Reich* por suas terras. Nesses livros há também a denúncia de que até mesmo Hitler não teria se suicidado, mas sim se refugiado na Argentina.

Em 2011, os britânicos Gerrard Williams e Simon Dunstan (2011), publicaram o livro, "*The Grey Wolf – The Escape of Adolf Hitler*". Os autores sustentam que Hitler escapou da Alemanha três dias antes de seu suposto suicídio. Hitler teria se instalado em mais de uma residência na Patagônia, com Eva e duas filhas. Viveria mais 17 anos, e teria morrido no dia 13 de fevereiro de 1962, aos 72 anos. A fuga teria sido articulada por Martin Bormann, da cúpula do poder nazista, que também teria escapado para a América do Sul. A fuga, sustentam os autores, contou com a anuência dos EUA, que deixaram os nazistas fugirem em troca de informações sobre tecnologia de guerra. Bormann teria manejado também a fortuna que foi entregue aos governos latino-americanos para que abrigassem os nazistas.

Outro exemplo é o livro de Erich Erdstein (1977), *Renascimento da Suástica no Brasil*, publicada em 1977. Judeu austríaco, Erdstein, que se auto intitula como caçador de nazistas, narra suas aventuras em terras latino-americanas, na cata de Josef Mengele, conhecido como "Anjo da morte" por ter sido ex-médico do campo de concentração de Auschwitz. Ao mesmo tempo, denuncia uma rede denominada "círculo de ferro", empenhada em formar o *IV Reich* no continente, que seria comandada por Mengele e Martin Bormann (membro da cúpula do governo de Hitler). Erdstein chega a duvidar que Hitler tenha suicidado, e desconfia que ele também estivesse por trás da trama para reerguer o partido nazista na América.

A narrativa tem seu "dramático" desfecho na fronteira do Brasil com o Paraguai, em que Erdstein apresenta a morte de Mengele e as razões pelas quais não pode apresentar à "prova", ou seja, o corpo do mesmo. Ao saber que Mengele iria cruzar o rio Paraná a bordo de um barco, o agente Erdstein adiantou-se e armou uma emboscada, conseguindo aprisioná-lo. Ao levá-lo de barco para a Argentina, foram interceptados por uma embarcação da marinha paraguaia:

Assim que a lancha ficou mais perto, Mengele disparou rumo a liberdade, a segurança. Para! Stop! – Gritei. Dois soldados paraguaios pularam para a barça a fim de pegar os dois alemães. Levantei a arma e fiz quatro



disparos contra Mengele. Os tiros atingiram-no no peito e do lado. Virou-se para mim, olhou-me com uma expressão de surpresa e tornei a disparar. Desta vez atingi-o em cheio na garganta. Seu corpo estremeceu violentamente e caiu da barça, de cabeça dentro da água. Seus pés ficaram presos em algumas cordas que estavam no deck; ficou dependurado com a cabeça tocando a água. Os paraguaios, que tinham recuado quando comecei a atirar, agarraram o outro alemão e pularam de volta para a sua lancha. Tornei a disparar e vi o segundo prisioneiro cambalear e agarrar a perna. Ouvi um grito que vinha do outro lado da barça, virei-me e vi um imenso navio patrulha com uma bandeira azul e branca da Argentina hasteada no mastro. Os argentinos gritaram na direção dos paraguaios, que replicaram em língua guarani. Tiros passaram zunindo junto a minha cabeça e, por alguns minutos, houve um tumulto de gritos e disparos. Os paraguaios, vendo que nada podiam fazer contra as armas do barco argentino, deram cobertura a dois dos seus homens que arrancaram Mengele da água enquanto a lancha começava a se afastar. Seu corpo estava inerte e vi que estava morto. Tinha ficado na água durante cinco minutos, no mínimo.(...) Vi diante de mim o corpo de Mengele mergulhado dentro da água. Um nazista morto. Mas que importava isto? Um nazista nunca morre. Aparecerá amanhã, novamente, com um rosto diferente e um nome diverso, talvez falando uma língua diferente, mas com as mesmas antigas ideias. Senti-me, de repente, cansado demais (ERDSTEIN, 1977, p. 194).

Outro autor que também se intitula como caçador de nazistas é o húngaro Ladislav Farago (1974). Em sua obra, “*Aftermath. Martin Bormann and the Fourth Reich*” (Consequências. Martin Bormann e o *IV Reich*), o autor narra suas aventuras enquanto seguia o rastro de Martin Bormann pela América ao mesmo tempo em que também denuncia uma conspiração para formação do *IV Reich* na região, que seria comandado pelo “braço direito” de Hitler:

Baseado em entrevistas (algumas das quais fizeram parte de manchetes em todo o mundo), documentos e arquivos secretos, *Aftermath* é o primeiro registro real de uma notável e bem sucedida conspiração mundial, que teve início nas ruínas flamejantes da derrotada Alemanha nazista e terminou em um outro continente em uma nova hierarquia nazista, com o evasivo gran fugitivo, Martin Bormann, na sua liderança (FARAGO, 1974, p. 01).

Farago chegou até mesmo a se encontrar com “a sombra de Hitler”, numa casa de repouso no Sul da Bolívia, em 1973:

Em um pequeno hospital, que tinha apenas uma dúzia de camas e um quarto individual improvisado para ele, em que dispunha de um excelente e dedicado cuidado de quatro irmãs da Ordem Redentorista. Quando fui



legado para o seu quarto, para o que nós concordamos em ser uma visita de cinco minutos (sem perguntas feitas e, certamente, sem respostas dadas), eu vi um velhinho em uma cama grande com lençóis recém lavados, com a cabeça apoiada por três grandes almofadas, olhando para mim com os olhos vagos, murmurando palavras para si mesmo, erguendo a voz uma única vez, e disse, não só com alguma ênfase, mas com um vigor que me surpreendeu, “você não vê que eu sou um homem velho? Então por que você não me deixa morrer em paz?” (FARAGO, 1974, p. 431).

Tempos depois, afirma Farago, Bormann já havia voltado ao seu país “adotivo”. Bormann voltou para Buenos Aires, “em um lugar isolado, onde ele ainda vive até o momento, protegido por seus amigos e protegido, agora como antes, pelo seu “Grande Benfeitor” (FARAGO, 1974, p. 432).

Farago termina seu livro afirmando que Bormann está vivo e que,

está passando seus dias de aposentadoria, seguro e tranquilo [...] por trás das paredes de um casarão em uma província de Buenos Aires. Ao norte da grande capital, no distrito de San Isidro, isolado da confusão e agitação da cidade por altas cercas e densos arbustos, e por seu imenso tamanho. O enclave é dividido em várias propriedades, cada um composto com sua própria piscina, quadras de tênis, jardins bem cuidados e garagens. Situado em terras altas, cerca de 250 pés do rio, a estância é acessível por barco através de um cais privado ou por um portão fortemente vigiado. É patrulhado dia e noite por guardas com cães. Acesso ao local somente com convite (FARAGO, 1974, p. 432).

Esses três livros, são exemplos de uma grande produção literária sobre o assunto. Encontramos mais de vinte e cinco obras que abordam o tema. Contudo, da mesma forma que os embustes literários sobre o holocausto, as narrativas de Erdstein e Farago, que se pretendem reais ao denunciar uma conspiração existente na América Latina para reerguer o partido nazista, não passam de meras fantasias criadas por suas imaginações. Ladislav Farago não crê na versão de que Bormann tenha morrido em Berlim no ano de 1945 e que a ossada encontrada nas proximidades de uma estação ferroviária em 1972 na antiga capital do Reich alemão, sejam os seus restos mortais. Todavia, em abril de 1998 foi realizado um teste de DNA na ossada que confirmou serem de Bormann, que morrera no final da Segunda Guerra Mundial.

Já Erich Erdstein, afirma ter matado Josef Mengele na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Contudo, na década de 1980, após a exumação de um





cadáver no cemitério do Embu, São Paulo, constatou-se que se tratava de Mengele, que havia morrido em 1979 por afogamento na cidade de Bertioga, litoral paulista (O ESTADO DO PARANÁ, agosto de 1991, p. 2).

E, apesar das denúncias feitas sobre a possível fuga de Hitler para a Argentina, ou Antártida, nunca apareceram provas concretas da sua vida após a guerra em algum recanto do mundo. Assim, não passam de suposições e anedotas por parte dos autores, que se utilizam dos misteriosos fatos sobre a morte do *fuhrer*, para provar que ele não morreria no final do conflito.

### **Considerações finais**

O fato de que várias pessoas envolvidas com o nazismo, pelo menos as que ficaram mais conhecidas após o término da guerra devido às suas atividades relacionadas, principalmente, ao holocausto, como Adolf Eichmann e Josef Mengele, terem escapado do tribunal de Nuremberg e se refugiado em terras latino-americanas, deu o mote para a aparição das mais fantásticas e fantasiosas versões sobre suas pretensas atividades secretas com vista à formação do *IV Reich* no continente.

Esses discursos sobre o tema, a nosso ver, evidenciam a existência de um imaginário, no qual se tinha o medo e a insegurança de que o *IV Reich* poderia se formar na América Latina, sendo conduzido por Mengele, Bormann, Eichmann ou até mesmo pelo próprio Hitler em pessoa (MEINERZ, 2013).

Neste artigo, não focamos a memória dos aliados e dos alemães ocidentais, porque a memória da comunidade judaica é a que mais evoca, junto ao imaginário social, o mito da conspiração; além disso, esta última influencia sobremaneira as duas primeiramente citadas. Procuramos, portanto, abordar detalhadamente as críticas que os usos da memória judaica receberam.

Abordamos aqui, ainda que de forma sucinta em alguns pontos, as três principais abordagens memorialísticas sobre o conflito, e mostramos outras memórias que se formaram após a guerra, como a do Negacionismo e a do *IV Reich*. E longe de encerrá-





las, isso evidencia que eventos ocorridos durante a guerra suscitam vários tipos de memória e apropriações memorialísticas. Não se esquecendo dos meios de comunicação de massa, responsáveis por difundir cotidianamente aqueles acontecimentos em todo o mundo, que por sua vez, possibilita a criação de memórias e imaginários sobre o evento.

Portanto, quase setenta anos após o encerramento do conflito, o nazismo e seus personagens continuam a inspirar obras historiográficas, ficcionais, e a produzir diferentes tipos de memorização sobre o evento e as suas consequências. Essa produção faz com que o nazismo “não morra”, pois é constantemente revivido pelos mais diversos meios. Se não existe mais formalmente, pelo menos na mente, no imaginário, ele continua vivo.

#### Notas

\* Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (2013) e Doutorando pela mesma instituição. Email: [markosmeinerz@gmail.com](mailto:markosmeinerz@gmail.com).

#### Referências Bibliográficas

BERTONHA, João Fábio. In: *Revista Brasileira de História*. Vol.19, n.37, São Paulo. Setembro 1999.

EVRON, Boas. *Holocaust: The Uses of Disaster*. Radical América (julho-agosto de 1983).

ERDSTEIN. Erich e Bean, Bárbara. *Renascimento da Suástica no Brasil*. São Paulo: Circulo do Livro S.A. 1977.

FINKELSTEIN, Norman. *A Indústria do Holocausto*. São Paulo: Editora Record, 2001.

GOLDHAGEN, Daniel. *Hitler's Willing Executioners: Ordinary Germans and The Holocaust*. New York: Alfred A. Knopf, 1996.



JESUS, Carlos G. M. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revisão editora e as estratégias da intolerância* (1987-2003). São Paulo, Unesp. 2007.

Jornal *O ESTADO DO PARANÁ*, Curitiba, 06 de Agosto de 1991.

KOSINSKI, Jerzy. *The Painted Bird*. New York: Grove Press, 1965.

LADISLAS, Farago. *Aftermath. Martin Bormann and the Fourth Reich*. New York: Simon and Schuster, 1974.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MEINERZ, Marcos. *O imaginário da formação do IV Reich na América Latina após a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MAGALHÃES, Marionilde D. B. *1945 – Hora zero de um novo tempo: cinquentenário do final da Segunda Guerra Mundial* – Curitiba: Instituto Goethe de Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História do SCHLA da UFPR, 1995.

NETO, Odilon Caldeira. *Intolerância e Negacionismo: Sérgio Oliveira e Revisão Editora*. In: *Revista História e-história*, maio de 2009. Disponível em: [http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=185#\\_ftn5](http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=185#_ftn5). Acesso em 22/05/2012.

OLIVEIRA, Lucas. *Entre afogados e sobreviventes: o testemunho de Primo Levi e a barbárie moderna*. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - USP - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2013.

ISSN  
2316-4808



Edição Nº 15  
JUL/2014

SANTOS, Elza H. L. G. *Negacionismo no Brasil: As obras de S. E. Castan*. In: Anais XIII Encontro de História Anpuh-Rio. Rio de Janeiro, 2008.

WILLIAMS, G. DUNSTAN, S. *The Grey Wolf – The Escape of Adolf Hitler*. United Kingdom: Sterling, 2011.

WILKOMIRSKI, Binjamin. *Bruchstücke: aus einer Kindheit, 1939-1948*. Frankfurt: Suhkamp, 1995.



## Lazer e Sociabilidade: o Cantinho da Paz

*Daniel Ely Silva Barbosa\**

**Resumo:** A partir de meados do século XX cada vez mais novos espaços de sociabilidade são construídos e vivenciados pelo segmento evangélico. Na cidade de Campina Grande, a partir da segunda metade da década de 1980, tem início um evento realizado por parte das igrejas evangélicas da cidade que ficou conhecido como o “Cantinho da Paz” que contava com a participação de conjuntos de louvor, pregações, peças teatrais, e tinham o apoio de jovens de várias comunidades evangélicas do município. Sempre ocorrido no mês de junho, a partir do referido período, podemos considerá-lo como um evento religioso paralelo a uma festa popular da cidade – que tem muita notoriedade, inclusive em âmbito nacional – conhecida como “O Maior São João do Mundo”. Muitos entrevistados afirmaram que o “Cantinho da Paz” além de ser um espaço que tem por intuito reunir os fiéis das diversas igrejas evangélicas da cidade, teria sido idealizado com a finalidade maior de realizar evangelismo. Em nossa análise avaliaremos o referido evento tanto do ponto de vista de uma construção identitária, quanto do ponto de vista de um espaço de sociabilidade.

**Palavras-chave:** Cantinho da Paz, Lazer e Sociabilidade.

Na segunda metade da década de 1980 tem início na cidade de Campina Grande um evento realizado pelo segmento evangélico que ficou conhecido como “Cantinho da Paz”. Inicialmente organizado por participantes da Igreja Presbiteriana Centro num espaço fechado no local onde hoje é a casa de shows Planet Hall. Contava com a participação de conjuntos de louvor, pregações, peças teatrais, e tinham o apoio de jovens das igrejas evangélicas do município – e no decorrer dos anos – também de outras localidades do estado e do país, conforme nos afirma o entrevistado Vandilson Chagas de Moraes (MORAES, 2008).

Sempre ocorrido no mês de junho, a partir do referido período, podemos considerá-lo um evento religioso paralelo a uma festa popular da cidade – que tem muita notoriedade, inclusive em âmbito nacional – conhecida como “O Maior São João do Mundo, que antecede ao “Cantinho da Paz” e acontece num local chamado “Parque do Povo”, que é um espaço aberto construído com o intuito de sediar manifestações culturais, artísticas, religiosas, etc., e foi concluído no ano de 1983, na gestão do então prefeito Ronaldo José da Cunha Lima.

Ao longo dos anos o “Cantinho da Paz” ocorreu também em outros locais da cidade a exemplo da “Praça Clementino Procópio”, da “Praça da Bandeira”, mas foi no “Parque Evaldo Cruz”, mais conhecido como “Parque do Açude Novo”, que o evento teve a maior parte de suas edições. E que por sinal é muito próximo ao “Parque do Povo”.

Muitos entrevistados afirmaram que o “Cantinho da Paz” além de ser um espaço que tem por intuito reunir os fiéis das diversas igrejas evangélicas da cidade, teria sido idealizado com a finalidade maior de realizar evangelismo. Vandilson Chagas de Moraes atesta que nas noites em que acontecia o evento além dos “momentos de louvor”, das pregações, das peças teatrais, dentre outros, a prática do “evangelismo pessoal” fora muito efetuada por seus participantes, em especial nos primeiros anos de existência do mesmo, de maneira que, durante o transcorrer da noite, alguns saíam para distribuir folhetos e conversar acerca da “Palavra de Deus” com pessoas que encontrassem nas proximidades do local e também dentro do “Parque do Povo”, onde ocorria simultaneamente a festa junina do “Maior São João do Mundo” (MORAES, 2008).

O “Cantinho da Paz” da mesma maneira que a “música evangélica contemporânea” é um assunto que divide opiniões no segmento evangélico. Alguns entrevistados consideram-no como uma forma de divertimento, um passeio. Outros, no entanto, afirmam que o evento é uma oportunidade de encontro com o sagrado, ou para evangelização, ou um espaço para interagir com os fiéis de outras denominações evangélicas. Em entrevista o Prof. Lemuel Dourado Guerra nos fornece uma breve análise do mesmo:

“O Cantinho da Paz é uma maneira de oferecer ao público evangélico opções de lazer naquele momento em que está todo mundo festejando do outro lado do açude, do outro lado daquela rua que separa o Açude Novo do Parque do Povo. Considero isto o resultado de um determinado conservadorismo deste segmento evangélico, e também uma oportunidade na qual estes evangélicos podem trabalhar um pouco do fortalecimento da sua identidade. Identidade é um mecanismo simbólico que sempre se estabelece em momentos de encontro com o diverso, com o outro. É uma maneira de marcar uma diferença entre evangélicos e não-evangélicos, cultivando um determinado tipo de expressão musical, e simbólica, já que inclui outros elementos tipo pregações e outros, que se oporia ao que está ocorrendo do outro lado



daquela rua que separa os dois espaços. É uma forma de vivenciar uma determinada prática religiosa” (GUERRA, 2006).

Para o entrevistado, o Cantinho da Paz seria um momento em que o segmento evangélico campinense reforçaria sua identidade enquanto grupo social, se utilizando do espaço para compartilhar interesses comuns a exemplo de músicas, pregações, etc.

No evento as práticas de se cantar, bater palmas, movimentar o corpo, ou seja, promover toda uma economia gestual são realizadas pela juventude (que é a maior parte do público que frequenta o evento). E, acrescentemos, também é um ambiente que seus participantes utilizam-no para fazerem amizades e vivenciá-lo enquanto um espaço de lazer, uma vez que ele é um núcleo de sociabilidade diferenciado da igreja (que é mais formal), pois, inclusive, a geografia do lugar (que é aberto) possibilita tais agenciamentos.

O colaborador Boanerges Rodrigues Batista nos relata um pouco acerca das diferenças que caracterizariam os formatos dos cultos do Cantinho da Paz e das igrejas no que diz respeito a ritmos e letras das canções:

“O Cantinho da Paz é mais voltado pra jovens, são músicas mais ritmadas, sem ser limitada por padrões tradicionais de ritmo, e até de linguagem, enquanto que nas igrejas se têm certo vocabulário. Nas letras de músicas mais tradicionais não existem gírias nas músicas, não existe uma forma mais jovem de se comunicar nas igrejas, e no Cantinho da Paz não” (BATISTA, 2008).

Conforme as palavras do colaborador, no depoimento anterior, o Cantinho da Paz apresentaria uma proposta voltada para o público jovem, ou pessoas que se identifiquem com aquele formato de atividade. Não é de admirar que muitos jovens gostem e elogiem o evento conforme nos relata Rodrigo Leone Alves:

“Eu gosto muito do Cantinho da Paz, pois reúne muita gente, vão pessoas de todas as denominações, conversam, trazem pessoas de fora do meio evangélico, passam pessoas não evangélicas que vão chegando, observando, participando. É um evento que traz a união entre as igrejas, que é uma coisa importante...” (ALVES, 2006).

Com as palavras do entrevistado vemos que mais que uma opção para evangélicos e não-evangélicos o Cantinho da Paz também foi um espaço que



possibilitou uma maior aproximação entre as igrejas evangélicas da cidade, uma vez que grupos musicais, cantores solistas, pregadores, grupos de teatro, dentre outras formas de participações foram efetuadas por fiéis das várias denominações que estiveram presentes no evento, de modo que a partir de então houve um maior diálogo entre as comunidades eclesiais da cidade.

Muitos colaboradores acreditam que o Cantinho da Paz afetou a paisagem sonora das igrejas evangélicas, em especial na cidade. Alegam que muitos jovens que participavam do evento passaram, a partir de então, a desejar implantar os grupos instrumentais de louvor em suas respectivas comunidades. Lembrando que poucas tinham conjuntos com instrumentos a exemplo de guitarras, contrabaixos, baterias, etc., até fins da década de 1980.

Ítalo Rui Britto Frago da Silva afirma que uma particularidade que identificou no evento, e nas igrejas da cidade, diz respeito aos estilos musicais, uma vez que além de executarem canções em ritmo de rock, dance, pagode, reggae, etc., canções em ritmo de forró, xote e axé (samba-reggae) foram bem presentes, em especial na década de 1990. O colaborador acredita que tal característica seria em certo sentido reflexo de duas culturas musicais locais: do forró (quer seja os chamados “forró pé de serra” ou o “forró eletrônico”) e do xote presentes, em especial, na festa popular do “Maior São João do Mundo”, e o axé que foi marcante em um “carnaval fora de época” conhecido como “Micarande”, que ocorria na cidade de Campina Grande, especialmente na década 1990 (SILVA, 2006).

Quando perguntado se o conteúdo das letras que eram cantadas nos ritmos de forró, xote, reggae, pagode e axé diferiram de outras canções tocadas em outros ritmos Boanerges Rodrigues Batista nos esclarece:

“A letra não, o que diferia mesmo era o ritmo. Nós tocávamos várias músicas da Banda Canal e a letra em si não era muito diferente das letras de outros estilos, já o grupo Desafio Jovem tinha uma letra muito voltada para o jovem. Eram usadas muitas gírias nas músicas, enquanto que em outros grupos você não vê isto. A Banda Canal mesmo era mais no estilo do axé. Tinham poucas bandas que tocavam forró, via-se mais o ritmo do forró no play-back dos irmãos, mas como conjunto eram muito poucos, como hoje temos Alice Maciel e outros. Mas na época era muito mais restrito” (BATISTA, 2008).





Avaliando as características musicais informadas pelos colaboradores vemos que apesar de as canções que eram executadas nos ritmos que mencionamos apresentarem letras que muito se aproximam de corinhos com outros estilos musicais, percebe-se que alguns conjuntos de louvor ou cantores evangélicos da cidade estabelecem um diálogo, do ponto de vista do ritmo, com as culturas musicais locais, com esta paisagem sonora.

Mas, algumas composições em ritmo de baião ou xote trilharam uma determinada linha temática ao fazer referência ao nordestino. Um exemplo é a canção “Baião”, de autoria de Janires Magalhães Manso, muito executada pela banda de rock evangélica Rebanhão Fundado em 1981 o grupo de rock gospel Rebanhão teve muita notoriedade no segmento evangélico no Brasil desde o início da década de 1980 até o final da década de 1990 (término de suas atividades). Apesar de o conjunto ter uma maior concentração numa linha mais pop, a canção “Baião”, cujo ritmo é o baião:

Minha vida que era muito louco (Louca),  
Só faltei correr atrás de avião (De avião),  
Mas Jesus entrou no meu deserto (No meu deserto),  
Inundou o meu coração.

Eu era magro que dava dó (Que dava dó),  
Meu paletó listrado era de uma listra só (De uma listra só),  
Mas Jesus entrou no meu deserto (No meu deserto),  
Inundou o meu coração.

Sem Jesus Cristo é impossível,  
Se viver neste mundão,  
Até parece que as pessoas estão morando no sertão,  
É faca com faca é bala com bala,  
Metralhadores e canhões,  
Até parece que a faculdade só tá formando Lampião.

E lampião e lamparina,  
Vela acesa e candeeiro,  
Nunca vai salvar ninguém,  
E ainda se vai gastar dinheiro,  
E o dinheiro anda mais curto,  
Do que perna de cobra,  
Filosofia de malandro,  
“No bolso ele bota e nunca sobra”  
E o que tá fartando de amor,  
Tá sobrando iniquidade,



Todo mundo se odiando,  
Pelas ruas, pelas ruas da cidade.

Se essas ruas, se essas ruas fossem minhas,  
Eu pregava cartaz,  
Eu comprava um spray,  
Escrevinhava nelas todas,  
Jesus is the only way.

Jesus é o único caminho,  
Pra quem quer morar no céu,  
Quem quiser atalhar vai pro beleléu!

Na primeira estrofe, com as frases “Mas Jesus entrou no meu deserto/Inundou o meu coração” são feitas alusões a uma paisagem que ao longo dos séculos XX e XXI foram muito associadas ao Nordeste brasileiro, numa ligação que pode ser feita entre o semi-árido paraibano, este espaço geográfico que mencionamos, e o deserto em que viveu o povo hebreu, que podem ser entendidos enquanto momentos de dificuldades. Um deserto pessoal que foi então irrigado por uma “fonte de água viva”, um oásis, conforme o texto, Jesus.

Em seguida com a sentença “Eu era magro que dava dó” o compositor reforça a idéia de um indivíduo marcado fisicamente pelo espaço geográfico em que vive, que o sertão produziria pessoas com um determinado biótipo. Embora a frase também possa ser compreendida enquanto um período que antecede a uma irrigação espiritual deste deserto.

Na terceira estrofe fica a impressão de que o compositor se dirige agora não apenas ao nordestino, e com as expressões “Até parece que as pessoas estão morando no sertão/ É faca com faca é bala com bala” e “Até parece que a faculdade só tá formando lampião” é construída a idéia de que o sertão produziria sujeitos não apenas “valentes”, mas também violentos, dos quais os “cidadinos metropolitanos” precisariam diferir. Sendo mais uma vez este sertanejo marcado, pela linguagem, através da já desgastada e estereotipada figura de “Lampião”, tão propagada pela mídia do país.

Mas, o momento que mais nos chamou atenção foi à penúltima estrofe em que o compositor afirma que se as ruas lhe pertencessem pregaria cartazes e escreveria:



“Jesus is only way”. Na estrofe seguinte fornece a tradução: “Jesus é o único caminho”. A frase em inglês se destaca, pois, se todo um discurso com os termos: deserto, sertão, faca, bala, Lampião, é articulado, a canção conclui a idéia em outro idioma.

Boanerges Rodrigues Batista nos relata um pouco acerca da recepção da canção na Igreja Congregacional Centro, e na cidade de Campina Grande.

“A primeira banda que eu vi com letras falando sobre o nordestino não era nem uma banda do Nordeste, era a banda Rebanhão que tinha uma música muito antiga que se chamava Baião. E quando começaram os grupos de louvor na igreja esta música era proibida de se tocar por causa do ritmo e das gírias que tinham na música, e a partir daí este tipo de música era tocada muito no Cantinho da Paz. Não só esta música, mas outras músicas que falavam do nordestino, e com este ritmo também. Mas dentro das igrejas não tinha abertura pra este tipo de música. É tanto que alguns pastores proibiam de se tocar músicas do Rebanhão, viam como se fosse um grupo que não tinha letras capazes de trazer nenhuma mensagem, o ritmo também era fora dos padrões da igreja naquela época, então excluía grupos como este que eu citei agora” (BATISTA, 2008).

Com o comentário anterior vemos que a maneira de se expressar de determinados cânticos não era bem vista por algumas lideranças de igrejas da cidade, de modo que muitos estiveram restritos a espaços a exemplo do “Cantinho da Paz”. Uma canção que também faz referência ao mesmo assunto é “Coração de Nordeste” de autoria de Marcos André Fernandes. Composição que é muito propagada pelo grupo evangélico “Ministério Sal da Terra”, que além de tocar os ditos ritmos nordestinos, opta por trabalhar tais temas.

Vem Jesus liberte o coração do nordestino  
Do homem do menino que nasceu aqui  
Vem Jesus transforme, mude sua história faz ele feliz!

Do menino que brinca de baleadeira,  
da mulher rendeira lá do Ceará...  
Do homem boiadeiro que canta toada para não chorar...  
A seca castiga e o gado morre, e o rio é dos olhos teus  
Meu Nordeste carente, povo tão valente, Deus ama você.

Ceará, Alagoas, Paraíba, Sergipe,  
Pernambuco, Bahia...  
Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão  
Eita terra linda...  
Meu Jesus morreu também pelo Nordeste, pelo Sertão,  
Pelo agreste, pelo sanfoneiro



Pelo homem sem escola, homem sem vitória  
Pelo violeiro...

Nordestino querido você que me escuta  
Pelo Sertão, pela cidade  
Jesus Cristo deseja encher tua vida de felicidade...  
Meu Jesus morreu também pelo Nordeste, pelo Sertão,  
Pelo agreste, pelo sanfoneiro  
Pelo homem sem escola, homem sem vitória  
Pelo violeiro...

A canção “Coração de Nordestino” tem uma fala mais direcionada, de maneira que a evangelização do habitante desta região é o seu principal foco. O cântico é iniciado com o côro que é sempre repetido ao término de cada estrofe. Nele o compositor exprime o seu desejo de que a história deste nordestino seja mudada, de modo que a transformação maior seja de ordem espiritual “Vem Jesus liberte o coração do nordestino”, daquele residente em uma determinada espacialidade.

Na primeira e segunda estrofes quando menciona o “menino que brinca de baleadeira”, a “mulher rendeira do Ceará”, o “homem boiadeiro”, o “sanfoneiro”, o “homem sem escola”, o “violeiro”, o compositor vai “desenhando” os vários personagens deste “lugar”. Não uma mera referência a sujeitos presentes em uma localidade, mas uma construção textual que reforça uma determinada imagem do “povo nordestino”.

Ainda na primeira estrofe com a frase “a seca castiga e o gado morre, e o rio é dos olhos teus” vai marcando por intermédio da linguagem esta região enquanto espaço da seca. Com a expressão “povo tão valente” é feita novamente uma alusão ao fato de que o sertão “produziria” em seus habitantes um determinado comportamento. E só na última estrofe o compositor faz referência ao cidadão nordestino, de maneira que fica a impressão de que a espacialidade possui apenas a presença dos sujeitos que delinea ao longo do texto.

Um conjunto da cidade de Campina Grande que se propõe a realizar um trabalho que contempla não apenas os ditos “ritmos regionais”, mas também canções a



exemplo de “Coração de Nordestino” é o grupo “Cordel do Milagreiro” fundado no ano de 2006. Carlos Renato Siqueira de Araújo nos relata:

“O cordel do milagreiro é um grupo que eu não sei a época em que foi fundado, acredito que mais de três anos, e toca músicas regionais. É composto de violões, zabumba, triângulo, pandeiro. E o objetivo do grupo é estar em ambientes tipo o São João, participando do evento. O grupo participou inclusive de ilhas de forró como uma banda informal, participou da pirâmide, num impacto evangelístico que houve, e se converteram 50 pessoas. Tocam estilo baião, estilo forró, hoje está mais um estilo forró universitário. E o objetivo deles é levar a palavra de Deus com estes estilos” (ARAÚJO, 2008).

Boanerges Rodrigues Batista nos fornece algumas apreciações suas acerca do conjunto “O Cordel do Milagreiro”:

“O projeto deles eu não tenho acompanhado muito bem, mas em termos de letra de música era o que se tocava muito no Cantinho da Paz, que era trazer coisas do cotidiano do nordestino e colocar na música, fazendo um paralelo entre aquilo ali e o que Jesus quer pra gente. Usando coisas do cotidiano do nordestino como a seca, o jumento, o chapéu de couro, essas coisas, como o próprio forró mesmo. Dando uma nova perspectiva a este estado de pobreza que o nordestino vive, mostrando pra ele que existe outra opção de vida, que não esta pobreza que ele vive no sertão” (BATISTA, 2008).

Um outro núcleo que também elaborou canções com um conteúdo que se aproxima dos dois cânticos que mencionamos neste sub-capítulo foram alguns compositores ligados ao curso de Música Sacra do Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil, STBNB, que foi inaugurado em 01 de abril de 1902, e é localizado em Recife – PE.

Ítalo Rui Britto Fragoso da Silva, que começou a participar da Primeira Igreja Batista no ano de 1997, e trabalhou na área da música tocando teclado, afirma que:

“O Seminário Batista é dividido em duas fases em questão de estilos. Até a década de 1970 era uma coisa, quando era dirigido por Fred Spann, numa linha mais tradicional, o que muitos costumam chamar de música sacra. E não tinha muita sofisticação técnica, era uma coisa mais simples, voltada pra aquele estilo de culto que existia na época. Já a partir da década de 1980 o Ralph Manuel trouxe uma linha mais contemporânea, uma música mais trabalhada, mais própria, seguindo mais ou menos a linha do Ralph Carmichael, o americano, com músicas no estilo “Nas Estrelas”. Esses corinhos que são mais trabalhados, mas que são simples, letras bem diretas, que não tem muitas estrofes. Uma linha mais Jazz, mais contemporânea, que veio a partir da década de 1980. E isso se refletiu na igreja, pois como tinha gente que vinha de lá, tivemos a influência que veio de lá. O Ralph Manuel



tem influência da música brasileira, do grupo Vencedores Por Cristo, dos autores brasileiros, e do Hinário para o Culto Cristão, que tem muitos autores brasileiros. Uma vertente de música mais brasileira, que estão no HCC, e de ritmos regionais” (SILVA, 2006).

No entendimento do entrevistado o desejo de construção da música dita “regional”, tanto em termos de letra, quanto de estilos musicais passa a ser uma tendência musical do Seminário a partir da década de 1980. Para muitos colaboradores o STBNB teve muita influência na formação musical das igrejas batistas brasileiras, especialmente no Nordeste brasileiro, e, conseqüentemente, na cidade de Campina Grande.

Mediante as discussões que já contemplamos julgamos oportuno discutir a respeito do que denominaremos de “regionalização do STBNB”. Pois, a partir da década de 1950 cânticos que fogem do modelo da “música evangélica tradicional”, de influência dos primeiros missionários protestantes, são elaborados no Brasil (CUNHA, 2007).

O teólogo e escritor José Miguez Bonino relata que a maior parte dos evangelistas que iniciaram o protestantismo no Brasil foram missionários norte-americanos ou britânicos que, a seu ver, compartilhavam “um mesmo horizonte teológico”, permeados pelos “avivamentos” e “movimentos de santidade” ocorridos nos EUA e na Grã-Bretanha nos séculos XVIII e XIX. Com o fim da guerra civil norte-americana, em 1865, o país entra em clima de otimismo e passam a entender que são um modelo para o mundo, o que influencia também na sua teologia. Acreditam que são inspirados para propagar o “evangelho puro”, é a teoria do “destino manifesto”. Com uma ênfase no estudo da Bíblia e das doutrinas como uma arma para “combater o erro” salientavam a “santificação” na luta contra o pecado, de modo a estarem “totalmente consagrados” (BONINO, 2003, 31).

Os puritanos norte-americanos entendiam que eram os “escolhidos” para realizar uma reforma moral e espiritual no Brasil. Tinham a opinião de que a sociedade brasileira encontrava-se num estágio inferior de desenvolvimento espiritual e econômico, e por isso pretendiam tirar os brasileiros da “ignorância e do



subdesenvolvimento”. Desejavam propor um novo ponto de vista cultural e religioso. Os missionários trouxeram consigo, além da doutrina, seus valores culturais, de modo que a maneira como ilustravam os textos didáticos, as vestimentas, a postura do corpo, os instrumentos tipo o órgão e o piano, sua hinologia foram algumas das particularidades dos primeiros missionários (CUNHA, 2007).

Possivelmente por conta da influência desses missionários alguns participantes de seminários evangélicos já na década de 1960 entendiam que a igreja brasileira era submissa a teologia e a música dos EUA e da Europa. Este grupo que se contrapõe a esta influência militará em favor da nacionalização e da regionalização da música e da teologia presente nas igrejas evangélicas do país (MENDONÇA, 2006).

Alguns cânticos passam a fazer parte do Hinário para o Culto Cristão a exemplo do hino 552: “Que Estou Fazendo Se Sou Cristão?”. Outras canções que abordam a responsabilidade social da igreja e os ditos ritmos regionais são compostos por participantes de seminários que desejam, a seu ver, produzir música evangélica “com a face do país”.

Acreditamos que a busca por estas sonoridades está ligada à historicidade musical brasileira do século XX, uma vez que na década de 1930 o governo Vargas desejava integrar os “Brasis” e criar uma identidade nacional. O rádio foi o veículo para o encurtamento das distâncias, e um dos principais meios para a propagação deste projeto, onde a música foi utilizada para a construção desta “brasilidade” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999).

Na década de 1940 o músico Luiz Gonzaga passa a assumir a identidade de representante do Nordeste, e o Baião é instituído enquanto música que fala e canta em nome desta região, e para isto o ritmo, as letras das músicas, sobretudo com expressões locais e o sotaque nordestino são utilizados pelo cantor. Estas e outras construções imagéticas e discursivas vão reforçando esta sonoridade que se destina principalmente aos nordestinos radicados no Sudeste do país. Muitas das canções de Gonzaga buscam produzir um “sentir nordestino”, cantando um “timbre da dor”, de um sujeito marcado





por sua região, sendo desenhado o estereótipo do “matuto”, do “jeca”, e um Nordeste que seria o oposto do Sudeste “civilizado”.

No final da década de 1950 a juventude de classe média e os intelectuais militantes de esquerda do Brasil elegem a bossa-nova (com seus acordes dissonantes, rítmica de influência do jazz cool e linguagem coloquial) o novo estilo musical a ser adotado por esta “vanguarda intelectualizada” (NAPOLITANO, 2002).

Em fins da década de 1960 esta esquerda reacionária do país repudiava o uso da guitarra elétrica e inclusive vaiaram “Caetano em sua apresentação de *É proibido proibir* no Festival do Tuca, em 1968”. É interessante perceber que ironicamente o xenofobismo desta “vanguarda militante” desconsiderava a letra da música que “falava da rebelião da juventude de esquerda parisiense em maio daquele ano” (ALVES, 1991, 108).

O professor e pesquisador Antônio Gouveia de Mendonça afirma que já nas décadas de 1950 e 60 a juventude burguesa intelectualizada protestante, que tinha acesso às universidades e em muitos casos participavam de centros acadêmicos estudantis, passou a propor um evangelho mais voltado para a ação social. E da mesma maneira que a esquerda intelectualizada reacionária, este segmento religioso se opôs entre outras coisas a paisagem sonora evangélica européia e estadunidense (MENDONÇA, 2006).

Para este segmento a igreja evangélica brasileira deveria abandonar a teologia e a “música evangélica tradicional” e produzir teologia e canções de acordo com a “realidade brasileira”, e no que se diz respeito ao STBNB do Recife – PE, especialmente a partir da década de 1980, era preciso produzir uma paisagem sonora regional.

A busca por esta “nordestinidade musical” desconsiderava os mecanismos de saber e poder que a partir de construções imagéticas e discursivas agenciadas pelo rádio, pela música, pelas artes em geral e pelo discurso sociológico, dentre outros, que reforçavam a idéia deste Nordeste enquanto espaço da saudade, do mando, do



coronelismo, do messianismo, do patriarcalismo, do cangaço, da seca (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999).

Os fiéis que desejavam regionalizar a música evangélica brasileira queriam “resgatar” os estilos musicais ditos regionais de modo a compor canções balizadas por tal paisagem sonora. Uma busca por um referente que desconsidera que estes cânticos configuram-se em mais uma construção cultural, pois, antes de ser uma sonoridade a ser resgatada, esta é uma criação, uma produção que é agenciada pelos fiéis que num dado momento histórico compõem e vivenciam/articulam esta “música evangélica regional”.

Um ponto que desejamos retomar é uma questão observada pelo Prof. Lemuel Dourado Guerra quando menciona em seu depoimento que o “Cantinho da Paz” seria uma maneira de oportunizar ao público evangélico um espaço para as suas práticas num momento em que outros estão “festejando do outro lado do açude, do outro lado daquela rua que separa o Açude Novo do Parque do Povo” (GUERRA, 2006). Assim, podemos ver que há uma demarcação, por parte dos fiéis, de um espaço sagrado (o “Cantinho da Paz”), e, espaços não-sagrados, onde falas e práticas constroem esta diferença.

Rubem Alves entende que no âmbito da religião coisas e práticas são batizadas como sagradas, que é a humanidade que nomeia os símbolos, que se tornam sinais de uma teia invisível de significações. Assim, coisas concretas são consideradas sagradas, a exemplo de um instrumento musical – que apesar de poder ser feito por encomenda – quando feito em série, em uma fábrica, não tem necessariamente um público restrito a alcançar, de maneira que terá o uso que o praticante estabelecer. Não existiria um piano sagrado ou um piano profano, é a ação do ser que confere sentido ao gesto de realizar algo, onde os objetos/símbolos satisfazem às necessidades a que forem evocadas (ALVES, 2000).

Alves alega que no mundo existem coisas que significam outras, as coisas/símbolo, que têm valor para uma pessoa ou um grupo, que podem ser passíveis de critérios de verdade ou falsidade para..., e coisas que não significam outras, que significam-se a si mesmas, que não podem ser pensadas sob critérios de verdade ou falsidade, no entanto podem ser transformadas em símbolos. Sendo as palavras



coisas/símbolos por excelência. Uma obra de um artista é original e única, ela significa a si mesma, é simplesmente ser. Haveria então coisas que significam para..., e coisas que não significam para..., onde na esfera da religiosidade o universo estaria bipartido entre coisas sagradas (sacralizadas por seus participantes) e coisas profanas (no sentido de serem não sagradas ou consideradas impróprias por...). No plano secular coisas seriam balizadas por critérios de utilidade, já no plano religioso o ser se envolve por critérios que transcendem a lógica da utilidade, numa relação de reverência e respeito ao sagrado, que lhe é superior, e objeto de adoração (ALVES, 2000).

Uma noção teológica que pode, possivelmente, ter influenciado os fiéis com relação a esta preocupação com a demarcação entre espaços sagrados e espaços não-sagrados é a de que os cristãos, “salvos”, são um povo que está sendo preparado, no plano terreno, para a sua vida futura, no plano celestial, de modo que estes fiéis se compreendem enquanto forasteiros, “Mas a vossa pátria está nos céus, donde também aguardamos um Salvador, o Senhor Jesus Cristo” (Filipenses 3.20) (DANIEL, 2001). De modo que certos espaços (a exemplo do “Cantinho da Paz”) devem ser pensados como espaços praticados, ou seja, espaços utilizados para uma determinada finalidade.

Neste sentido o Cantinho da Paz seria, para os fiéis, tanto um espaço sagrado (no qual seria agenciada uma construção identitária) quanto um espaço de sociabilidade, para aqueles que o consideram também enquanto um espaço de lazer.

Certeau alega que desde o século XVI, no mundo Ocidental, a cidade torna-se um conceito operatório, planejada, espaço do próprio, com o intuito de se controlar as resistências das tradições, a fim de se criar um sujeito universal e anônimo. Cidade-conceito que é maquinaria e herói da humanidade. No entanto, mais embaixo estão os praticantes desta cultura ordinária jogando com os espaços, entrecruzando caminhadas. Trajetórias que reinventam os espaços, práticas estranhas ao espaço geométrico das construções visuais, panópticas ou teóricas do *próprio* (CERTEAU, 2003).

Assim entendemos que o “Cantinho da Paz” é a efetivação, por parte de seus praticantes, de operações que remetem a uma outra espacialidade, uma mobilidade opaca, produção ilegítimada que tece lugares, motricidades de pedestres que não se



localizam, mas se especializam, o ato de passar. Idas e vindas que elaboram a sua identidade a partir da circulação no campo do outro, onde uma nova semântica é empregada sob a geografia do sentido literal, constituindo-se uma geografia segunda. Atos que tornam os espaços habitáveis e críveis, se afastando do sentido arquitetado pelo *próprio*, criando-se um não-lugar, cidade metafórica, cidade sacudida, “terra santa”, espaço do fiel, espaço da crença.

#### **Notas:**

\*Doutorando pela UFPE. E-mail: historia1211@yahoo.com.br

#### **Fontes e Bibliografia**

##### 1. Bibliografia

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

ALVES, Júlia Falivene. *A Invasão Cultural Norte-Americana*. 8 ed. São Paulo: MODERNA, 1991.

ALVES, Rubem. *O que é Religião?* 2 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

BONINO, José Miguez. *Rostos do Protestantismo Latino-Americano*. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. 1. Artes de fazer. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.



CUNHA, Magali do Nascimento. *A Explosão Gospel. Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, Instituto Mysterium, 2007.

DANIEL, Silas. *A sedução das novas teologias*. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. *História e Música. História cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

## 2. Fontes Orais

ALVES, Rodrigo Leone. *Entrevista concedida a Daniel Ely Silva Barbosa*. Campina Grande 04 mai 2006.

ARAÚJO, Carlos Renato Siqueira de. *Entrevista concedida a Daniel Ely Silva Barbosa*. Campina Grande 19 de jul de 2008.

BATISTA, Boanerges Rodrigues. *Entrevista concedida a Daniel Ely Silva Barbosa*. Campina Grande 22 de jul de 2008.

GUERRA, Lemuel Dourado. *Entrevista concedida a Daniel Ely Silva Barbosa*. Campina Grande 05 mai 2006.

MORAES, Vandilson das Chagas de. *Entrevista concedida a Daniel Ely Silva Barbosa*. Campina Grande 05 de mai de 2008.

SILVA, Ítalo Rui Britto Fragoso da. *Entrevista concedida a Daniel Ely Silva Barbosa*. Campina Grande 21 abr 2006.

## 3. Outras Fontes

ISSN  
2316-4808



Edição Nº 15  
JUL/2014

BÍBLIA Sagrada. Rio de Janeiro, editora, 1995.

Hinário para o Culto Cristão. Rio de Janeiro: JUERP, 1991.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas*.

<http://www.antoniomendonca.pro.br/> 12/10/2006

<http://letras.terra.com.br/rebanhao/48337/>

<http://letras.terra.com.br/ministerio-sal-da-terra/968336/>



## Os Milionários do Riso: a representação do sertão na metrópole e nas performances da dupla Alvarenga e Ranchinho.

*Alessandro Henrique Dias Cavichia\**

**Resumo:** A dupla caipira Alvarenga e Ranchinho iniciou sua carreira artística em 1933, ainda sob ressonância das idéias pré-modernistas que permeavam o imaginário da sociedade urbana brasileira, visto que é criado nesse período um contrato com o novo e os indivíduos que não se enquadravam aos novos anseios seriam postos a margem da sociedade. Nessa perspectiva, o presente trabalho ressalta os estereótipos que foram criados em torno da figura do caipira, visto como um sujeito alheio a modernidade, ele passa a ser visto como sinônimo de atraso na sociedade brasileira e, por isso, passa a defini-lo como preguiçoso, ingênuo, sujo, doente, ou seja, um verdadeiro entrave para o avanço da modernidade no país. Frente a esse panorama, a dupla caipira Alvarenga e Ranchinho inicia sua trajetória artística apresentando um caipira que se contrapõem ao representado pela sociedade urbana, tendo como principal ferramenta em suas performances e interpretação o bom humor constantemente presentes em suas músicas, críticas, sátiras e anedotas destinadas aos políticos e aos novos aspectos da modernidade social. Para a dupla o humor possui uma vocação sintética para destruir, modificar e desmistificar tipos e estereótipos, permitindo compreender como o caipira representava no seu cotidiano esses novos anseios propostos pela modernidade, além de desconstruir os estereótipos criados em torno da sua figura.

**Palavras-Chave:** Caipira; Estereótipos; Modernidade

### Uma das múltiplas faces do Caipira

Murilo Alvarenga e Diésis dos Anjos Gaia, o Ranchinho, iniciaram, definitivamente, sua carreira como dupla em 1933 no Circo Pinheiro em Santos/SP, com um repertório que se baseava em valsas, modinhas, tangos e chorinhos. Em suas apresentações chama a atenção a forma de cantar de Alvarenga e Ranchinho, a qual despertava risos na platéia devido ao sotaque e ao som anasalado, típico do cantar caipira, o que os levaram a inserir entre uma música e outra algumas piadas, da mesma forma que fazia a dupla nordestina Jararaca e Ratinho

Alvarenga e Ranchinho se destacaram entre os demais interpretes representantes da música rural, por terem sido a primeira dupla caipira a ter seu trabalho divulgado através das ondas radiofônicas já no início da década de 1930, estreando na Rádio São Paulo, pelo convite do maestro Breno Rossi, o qual os acompanhou desde suas atuações





na companhia de Teatro Trololó. Antes da década de 1930, Alvarenga, em uma entrevista concedida à TV Cultura em 1973, relata a dificuldade que as duplas caipiras tinham em cantar no rádio:

A: nois então loco pra canta em radio e não consegui né, então nois fomo La na Rádio Record daquele tempo o diretor era o Marcelo Tupinambá era o Cesar Ladeira era o Tiofilo de Andrade, de Andrade memo Tiofilo Vasconcelos ? / R: Acho que isso memo / A: Ai fomo lá falamo com o diretor o Cesar ladeira falo: Vamo ouvi então. / A: levo nois no estúdio, nois cantamo e eles gostaram bateram parma, todo mundo ria batia parma. / A: pensei oh, o pesoar ta gostando / A: então marcaro o nosso programa pra quinta feira, então quinta feira avisei a famiada toda pra fica ouvindo o programa né. / A: Chequei lá na quinta feira, eles até tinha esquecido combinado com ... , mais em todo caso o caseiro disse vamo que ta quase na hora, vamo que chegamo lá pegou um paper e leu lá vai estréia a dupla Alvarenga e Ranchinho nois cantamo meia hora apraudiram, anunciaram lá um anunciante que eu nem me lembro mais qual é. / A: Bom, Terminei nois fomo pra casa, cheguei em casa perguntei seis ouviram? / Família: ouviram o que? Nessa hora não tenha nada tinha outro programa. / R: Tava desligado o microfone / A, R: Re, Rê / A: essa foi a maior que a Rádio Record fez com a gente. (Programa TV Cultura de 1973)

Alvarenga, ao relatar a sua primeira experiência com o rádio, deixa clara a dificuldade que as duplas caipiras tinham em conseguir um espaço na programação radiofônica antes de meados da década de 1930, sendo o rádio um dos símbolos da modernidade técnico-industrial, dessa forma, a imagem do caipira não correspondia a tal cenário, pois, ainda existia uma resistência por parte das elites letradas, donas dos meios de comunicação, que direcionavam as atividades radiofônicas exclusivamente para os programas de cunho erudito, os quais não atraíam a atenção da grande maioria da população. Devido a essa programação pré-estabelecida, não seria cabível aos artistas populares obter um espaço junto as mesmas. Esse cenário começou a ser alterado com os esforços dos modernistas da semana de 1922, como afirma Rosa Geni Duarte (2000, p.46):

É significativa também a atenção que a atividade radiofônica recebeu de intelectuais ligados ao movimento modernista, preocupados simultaneamente com o equacionamento dos termos *moderno* e *nacional*, seja dentro das discussões de nacionalização da arte, superando os limites impostos pelas vinculações a vanguardas européias, ou na formulação e propagação de uma língua que se queria ao mesmo tempo *brasileira* e *coloquial*.



Pode-se notar, a partir dessa afirmação, que o rádio passaria a ser enquadrado como o mediador entre o moderno e nacional, ou seja, caberia a radiofonia decidir o que seria usado para construir o nacional, visto que o moderno já estava estampado no imaginário urbano do período e irradiava no Rio de Janeiro, capital administrativa e cultural da República.

Ao lado dos programas de cunho erudito destacou-se também a programação educativa, tanto que em 1923, Roquette Pinto ao lado do professor Henrique Morize (ambos eram idealizadores da radiofonia como ferramenta para educação dos brasileiros que residiam em regiões mais longínquas), e de outros membros da Academia Brasileira de Ciências colocaram em prática seu plano de utilizar o rádio a serviço da educação, fundando a primeira emissora brasileira de radiodifusão denominada “Rádio Sociedade do Rio de Janeiro” (JORGE, 2007, p 51). Entretanto, a emissora criou uma antítese em torno de sua fundamentação, pois tendo como objetivo educar a grande maioria da população analfabeta brasileira, que não tinha nenhum acesso à cultura letrada, além de residir nos confins do interior do Brasil, lugar em que é possível chegar somente por meio das ondas de rádio, os idealizadores desse projeto não se ateram a problemática que, nesse período, os aparelhos receptores das ondas radiofônicas possuíam um alto valor, o que excluía automaticamente a maioria da população analfabeta de baixa renda que era maioria no Brasil.

Portanto, a radiodifusão caminhou vagarosamente nos anos iniciais da década de 1920, somente a partir de 1926, com o barateamento dos receptores, que o acesso ao rádio sofreu uma ampliação, tanto que o número de aparelhos receptores subiu de 536 para 30 mil unidades (JORGE, 2007, p 51). Assim, foi a partir dessa época que o rádio começou a se transformar em um bem de consumo indispensável, principalmente ao que tange ao lazer do dia a dia dos ouvintes, conquistando, deste modo, definitivamente seu espaço junto ao lar das famílias brasileiras.

Da mesma forma, foi de meados da década de 1920 em diante, que o rádio inaugurou uma nova era, no que diz respeito à dinâmica social, pois antes todas as pessoas tinham uma voz incessante, que lhes falava de dentro do corpo que construíam



suas representações e moldavam assim suas ações, essas vozes que os teólogos e filósofos chamam de “consciência” e, que por sinal, era grandemente severa e ‘sem graça’. Com o advento do rádio, milagre dos milagres da tecnologia, essa voz tétrica foi substituída pela voz das abençoadas, as irresistíveis, as diabólicas irmãs Miranda (SEVCENCO, 2004).

A partir de 1932, com os esforços dos intelectuais modernistas, a radiofonia no Brasil adquiriu uma nova dinâmica, nesse ano, por meio do decreto 21.111 de março de 1932, que completava o de número 20.047 de maio de 1931, a propaganda comercial no rádio passa a ser permitida, o que era proibido até então, pois até esse momento as emissoras eram mantidas através das contribuições de sócios e apaixonados pelo novo artefato. Com essa nova dinâmica proporcionada pela propaganda, até a metade da década de 1930 já se contabilizava mais de 29 emissoras em todo o Brasil.

Devido a esse novo cenário, as relações entre radiofonia e mercado passam a se estreitar, ao mesmo tempo em que ocorre uma inversão no quadro social, pois a população de maioria rural estava migrando em direção aos centros urbanos em decorrência da crise do café e da ampliação do parque industrial, conseqüente dos investimentos do poder público, o que proporcionou uma nova dinâmica ao mercado interno. (SALIBA, 2002)

Com o aumento populacional urbano e a ascensão da radiodifusão junto ao mercado brasileiro, torna-se necessário fazer com que o rádio fosse algo indispensável para os mais distintos estratos sociais, ou seja, a partir desse novo contexto em que a sociedade brasileira encontrava-se, fez-se imprescindível criar uma grade de programações que despertasse o interesse dos mais variados indivíduos, além de tornar o aparelho receptor acessível à grande parcela da população. Dessa maneira, nota-se um crescente espaço dos programas humorísticos, os quais estavam sempre vinculados ao anúncio de algum produto, visto que o humorista deveria divulgá-lo, especialmente quando se tratava de algum produto de difícil veiculação, como purgantes, roupas íntimas, reguladores menstruais entre outros (SALIBA, 2002). Nesse tocante, entre os



anos de 1939 a 1946 cerca de 40% dos programas da Rádio nacional do Rio de Janeiro que iam ao ar eram humorísticos. (SALIBA, 2002)

Sob essa perspectiva, é interessante notar que, nesse período, principalmente a figura do caipira foi extremamente explorada pela radiofonia, uma vez que o riso surge de uma ruptura, ou seja, algo que não se remete a realidade, “como no famoso exemplo de uma velha já decrépita que se cobre de maquiagem, veste-se como uma moça e pinta os cabelos”. Esta velha senhora da anedota se torna motivo de risos porque ela não representa uma respeitável senhora, o que gera uma ruptura das expectativas de quem a observa, originando o motivo dos risos, o qual está acompanhado de um sentimento de superioridade (SALIBA, 2002). Nesse aspecto, Alvarenga e Ranchinho pautam suas apresentações na criação dessa ruptura, principalmente ao falarem errado e ao utilizarem a indumentária caipira, como o chapéu de palha, as camisas xadrezes e as botinas, que não correspondiam com o vestuário do homem moderno. Desse modo, surge o sentimento de superioridade que acompanha a ruptura das expectativas originando o riso. Assim sendo, a dupla incorpora em si a representação do caipira criada nos centros urbanos e, deste modo, utiliza o humor como principal ferramenta para a desconstrução dos estereótipos que envolvem a cultura caipira, pois como afirma Elias Thomé Saliba (2002, p.32) “*o humor também foi utilizado, na maioria das vezes, para destruir, modificar e desmistificar tipos e estereótipos*”.

A dupla Alvarenga e Ranchinho atinge o auge do sucesso quando conquista seu espaço no rádio, e passa a engrossar a lista de programas humorísticos da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, estreando, em março de 1947, o programa radiofônico “Os Milionários do Riso”, que ia ao ar as terças-feiras das 20h00min às 20h30min, sendo retirado da grade de programas da Rádio Nacional em dezembro de 1948. Durante esse período o programa permitiu que a dupla, através de suas piadas, anedotas e sátiras, as quais eram em sua grande maioria de cunho humorístico, desmistificasse os estereótipos criados em torno do caipira, tendo como principal ferramenta para se realizar essa tarefa o “humor”.



Partindo das premissas salientadas acima, torna-se imprescindível compreender essa desconstrução do estereótipo caipira através do viés político, que fundamentou a atuação de Alvarenga e Ranchinho, principalmente em relação a Getúlio Vargas, o qual foi alvo de constantes críticas da dupla, evidenciando a representação do caipira a respeito dos aspectos políticos, econômicos, entre outros.

Ao abordar os aspectos políticos representados na visão da dupla caipira Alvarenga e Ranchinho cabe lembrar que o programa ao qual se aborda é apresentado após o fim da ditadura de Getúlio Vargas, o que não significa que ao longo da ditadura de Vargas a dupla foi mais aprazível para com a figura do ditador, como pode-se citar as inúmeras músicas dotadas de um teor altamente crítico, as quais foram destinadas a Getúlio e seu corpo administrativo, o que fez Alvarenga e Ranchinho pernoitarem várias noites na cadeia, devido a perseguição do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P) responsável pela censura e dirigido por Benjamin Vargas, irmão do presidente Getúlio Vargas. Nesse tocante, pode-se citar, em especial, duas músicas, Liga dos Bichos, gravada em 1936 sendo um dos primeiros discos da dupla, no qual afirma que o corpo administrativo do governo Vargas teria a mesmas habilidades que os animais da fauna brasileira. Por sua vez, a música Racionamento de Gasolina, gravada em 1942, refere-se a falta de gasolina, contrapondo novamente o contraste entre arcaico e moderno, visto que uma sociedade que se apresenta como moderna é obrigada a racionar o combustível que era vedete no século XX, e retornar por vezes a utilizar veículos de tração animal.

No que se refere à sátira, a dupla transborda criatividade através de verdadeiras crônicas sociais, ao descrever as esferas econômicas, políticas e culturais que compõem o cenário nacional. Assim, nas sátiras elencadas abaixo, pode-se notar na representação da dupla alguns dos elementos que passaram a compor a realidade política e econômica do Brasil após o fim da ditadura de Getúlio Vargas, mais uma vez demonstrando que o caipira não se coloca em momento algum estranho aos aspectos políticos:

#### **Salada Política**

Quem não conhece esse baixinho / tão gordinho / que agora ta quetinho / já morou La no Catete quinze ano / hoje ta só urubuservando / já fez baruio e



decreto indiscreto / no tempo que ele reinou / fez promessa pra São Borja foi eleito / e São Paulo lhe ajudou / e na assembléia sentado da boas gargaiada / de ver a confusão de tanta paiçada / Marcondes com a força da traquéia esse Barreto pinto avacai com a assembléia / todo mundo diz que sofre, sofre, sofre nesse mundo mais o Luiz Carlos Preste sofre mais / quando que faze comício é com autorização / e bem tristonho ele canta essa canção:

Eu vou / eu vou / eu vou / eu vou até Moscou / tão jodiando de mim / vou me queixa ao Stalin

Será / será / será o Benedito / será esse o meu fim oi será / cantando uma varsa anssim / Ó Minas Gerais / Ó Minas Gerais / outra mamata não pego jamais / O Minas GeraisO brigadeiro agora canta assim / adeus amigos companheiros de campanha / o Mangabeira / Oswaldo Aranha / o que eu mais sinto foi o que me fizero / por ser sincero veja só o que eu perdi / so Brigadeiro e nunca falei e marmitero / isso é invenção do Hugo Borghi / eu vou me imhora tristonho e derrota / mais deixo um grande abacaxi. ( Trecho do Programa do dia 04/03/1947.)

#### **Pirata da Perna de Pau**

Eu sou Getulio já fui ditador / com voto dos troxa / eu sou senador / Eu sou Getulio já fui ditador / com voto dos troxa / eu sou senador / minha galera em quinze ano de navegação / trouxe a miséria / o cambio negro / e a inflação / por isso eu sou pai dos pobre / mão dos ricos e dos tubarões / ao Borghi eu dei muita ropa / ropa / de argudão. (Trecho do programa exibido dia 24/12/1948)

Nas duas paródias citadas acima é perceptível a descrição bem humorada do cenário político de Getúlio Vargas, uma vez que a dupla Alvarenga e Ranchinho inicia a sua sátira fazendo uma descrição caricata de Vargas, acentuando suas características físicas, além de resumir as medidas tomadas por Vargas ao longo dos 15 anos de governo, como “*já fez decreto indiscreto no tempo em que ele reinou*”, ou seja, acentua o caráter autoritário ao referir-se ao governo como reinado e as medidas que fogem a esfera pública e interferem na privada. Dessa forma, a dupla continua sua sátira referindo-se as eleições de 1946, quando Getúlio Vargas é eleito deputado em 10 estados e senador em dois, em que ressalta-se que apesar de o ex-ditador ter feito sua promessa a São Borja, quem lhe ajudou mesmo foi São Paulo, mais não o santo em si, e sim o estado pelo qual foi eleito senador. Em seguida, Alvarenga e Ranchinho fazem referência à atuação de Getúlio na Assembléia, e descrevem tal atuação da seguinte forma: “*na assembléia sentado da boas gargaiada, de ver a confusão de tanta paiçada*”, ou seja, ao se utilizarem o termo “na assembléia sentado” demonstram a imobilidade de Vargas, a passividade e o desinteresse para com o novo cargo, no qual





apenas se divertia mediante as tramas políticas, em especial o caso de Barreto Pinto, que na sátira de Alvarenga e Ranchinho “avacaia com a assembléia”, pois Edmundo Barreto Pinto, eleito pelo PTB no Rio de Janeiro, foi o primeiro deputado a ser caçado no Brasil por falta de decoro parlamentar, Barreto Pinto<sup>1</sup> almejava a fama, ficar conhecido em todo o Brasil, algo que seria extremamente difícil se dependesse de sua atuação política, pois sempre se manteve apático em relação as atividades da assembléia.

Continuando nessa mesma sátira, Alvarenga e Ranchinho direcionam sua atenção a Luiz Carlos Prestes, que no período já havia sido libertado pela anistia com o fim do Estado Nova, no entanto, ainda estava longe de alcançar a Revolução almejada por ele e pelos outros integrantes da Intentona Comunista, movimento que o levou para prisão em 1934, e que, devido à perseguição, mesmo após o fim da ditadura de Getúlio Vargas, fechou seu partido novamente e agora só lhe restava se queixar ao Stalin, como ironiza Alvarenga e Ranchinho.

Na última estrofe da sátira a dupla volta a se referir a Getúlio Vargas, o qual se despede saudosamente tanto dos aliados como da oposição, que são representados por Oswald Aranha aliado de Getúlio desde o golpe de 1930 e por João Mangabeira ferrenho opositor ao governo varguista. E, por fim, Alvarenga e Ranchinho terminam sua crônica social descrevendo os acordos políticos realizados por Getúlio Vargas no fim do seu mandato, em que se expressa à insatisfação do ex-ditador em relação aos acordos mediados por Hugo Borghi, que o convenceu a apoiar para presidência da República Eurico Gaspar Dutra e não o Brigadeiro Eduardo Gomes, como afirma em um discurso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro: “*Não necessito dos votos dessa malta de desocupados que apoia o ditador para eleger-me presidente da república!*”. No entanto, tal discurso foi logo manipulado por Hugo Borghi que divulgou nas mídias que o Brigadeiro afirmava que “*Não precisava dos votos dos Marmiteiros*”, o que contribuiu para a derrocada do Brigadeiro nas urnas. Com isso, Getúlio encerra seu mandato deixando um ‘grande abacaxi’ que seria o seu sucessor a presidência, o então Eleito Eurico Gaspar Dutra.





Em seguida, na música Pirata da Perna de Pau a dupla faz uma breve crítica aos aspectos econômicos da administração de Vargas, demonstrando, mais uma vez, a interação do caipira com o ambiente urbano moderno, principalmente ao destacar aspectos como o câmbio negro, a inflação e a relação de Getúlio Vargas como pai dos pobres e mãe dos tubarões, ressaltando, assim, a política que caracterizou o governo de Vargas. Dessa forma, pode-se notar, partindo das análises das duas paródias citadas acima, a tamanha interação que a dupla possuía com os cenários político, social e econômico, os quais são representados nas estruturas de suas sátiras e paródias, o que permite contrapor alguns estereótipos existentes em torno do caipira.

Seguindo as apresentações de algumas sátiras do programa Radiofônico de Alvarenga e Ranchinho transmitido pela Rádio Nacional, apresenta-se uma paródia que aborda a opressão do Estado Novo em relação à produção cultural e a liberdade de expressão, sendo esta paródia dotada de uma forte crítica e bom humor como pode-se ver abaixo:

Nos outros que trabaiamo tanto para paga tanto imposto sem pode reclama  
Olha no rancho grande onde nois dois vivia / (...) / era maravia sem trabaia  
cumia de noite nois bebia / o que manito ?  
Whiskiii / esta noite eu me emboracho me mamo de mama pra no pensar/ no  
amor / amor/ amor / amordaçado amortecido amortaiado / amor, amor, amor.  
Beijamim bejamin Vargasmente / Beijamin constitucionalicimamente /  
beijamim escutia a minha vengia / no esta gente / que tempo bom foi aquele  
de antigamente. (Trecho do Programa de 04/03/1947)

Na sátira exposta acima, Alvarenga e Ranchinho demonstram um ‘portunhol’, além de transmitirem a idéia de que o fato que estão narrando não se refere a realidade nacional, mas em contra-partida, ao apresentarem tal performance, marcam sua narrativa em ‘portunhol’ com um forte sotaque caipira, atribuindo, dessa maneira, um caráter cômico a sua performance. Entretanto, é possível observar a referência à opressão e aos abusos do Estado já no primeiro parágrafo, visto que o indivíduo tem que aumentar seu ritmo de trabalho devido a carga tributária que consome parte de seus ganhos, em contra-partida o cidadão deve se manter em silêncio para evitar problemas com os órgãos de repressão do Estado.



Em seguida, com um ritmo semelhante à música rancheira mexicana Alvarenga e Ranchinho cantam a saudade do sertão, onde não era necessário trabalhar nem para comer, além disso, a noite era possível se embriagar com Whisk, bebida a qual, segundo a narrativa da dupla, é utilizada para esquecer-se do amor, mas não do amor sentimental, pois na narrativa ela usa a palavra amor na sua forma primitiva, para exemplificar algumas práticas do governo Vargas, como o amordaçamento, ou seja, a ausência da liberdade de expressão, a qual, na metáfora da dupla, ele se considera amortalhado como um cadáver perante a sociedade. Assim, na última parte de sua sátira Alvarenga e Ranchinho voltam suas atenções novamente para a figura de Benjamin Vargas, irmão de Getúlio e chefe do Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão responsável pela censura no Estado Novo, nessa última parte a dupla se refere ao nome de Benjamim como um amante apaixonado que pede um beijo da amada, satirizando, dessa forma, a relação entre a dupla e o Departamento de Imprensa e Propaganda, que tendia a se tornar um romance permeado de brigas e desavença, mas no qual um não vivia sem o outro.

Por fim, cabe ressaltar a abertura que os ouvintes possuíam no programa de Alvarenga e Ranchinho, onde a dupla criava concursos de paródias e sátiras e a vencedora recebia uma premiação em dinheiro e era apresentada por eles no programa, como pode-se ver abaixo, a apresentação de uma paródia enviada por um ouvinte, a qual que aproveita-se da estrutura da música “As Três Lagrimas”, de autoria de Ari Baroso:

A: Aqui nois vai canta uma parodia que mandou seu Aureliano / J Aureliano / rua Odorido Mendes, 489, Campo Grande – Recife / oia cumpadi é de Recife / R: Recife longe em cumpadi / A: parodia da Música do Ari Barroso “As Três Lagrimas” / R: è / A: essa é bonita chorosa / R: chorosa / A: vamo lá então / R: sorta as lagrimas ai cumpadi

A: Eu chorei / R: choro uai, choro / A: déia eu chora cumpadi num atia não que a parodia é de chora memo / A: Eu chorei a primeira vez na minha vida / quando Getulio me trancafiou / e me deixou mofando muitos anos / cheio de pancada e desengano / lembro – me bem que a cela era tão fria e o guarda com bons olhos não me via e uma lagrima dos meus olhos escorria / R: eu chorei / A: há choro também / R: a tem que dá minha choradinha / R: Eu chorei pela segunda vez na minha vida / quando o armistício me sortó / eu era o cavaleiro da esperança / e tratei logo de me arancha com a ignorança / eu fiz comício e me fizeram senado / pra depois me chama de traído e outra lagrima dos meus olho rolo / A: pode chora cumpadi ? / R: então chora / A: Eu chorei pela terceira vez na minha vida / quando meu partido se fechou / e



agora o que será de mim o que que eu vou dizer pro Stalin / quando me lembro que a coisa esta mudando / penso no xadrez que ta me esperando / e uma lagrima do meu zoio vai rolando. (Trecho do Programa de 17/12/1948)

Ao longo da paródia apresentada acima observa-se que o autor escreveu uma breve biografia de Luiz Carlos Preste, iniciando com a tomada do poder por Getúlio Vargas na revolução de 1930, em que Luiz Carlos Preste, como membro atuante da oposição, participando do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), dirige o que ficou conhecido como “Intentona Comunista”, movimento que tinha como intuito a derrubada do governo Vargas e a instalação do comunismo no Brasil. Dessa maneira, tal movimento foi debelado por Vargas, além deste perseguir e torturar os membros, tanto do PCB como da ANL, o que leva Luiz Carlos Presta a ser trancafiado por nove anos.

Seguindo a biografia cantada por Alvarenga e Ranchinho, em um segundo momento a dupla refere-se ao fim do Estado Novo, em que “O Cavaleiro da Esperança”, como era conhecido Luiz Carlos Preste, foi anistiado e, como a dupla faz referência, tratou logo de fazer comício e se aliar-se com a ignorância, ou seja, participar novamente da política, sendo eleito senador e atuando entre os anos de 1946 a 1948, episódio segundo o qual foi considerado como traição por parte dos membros de seu partido, devido a sua atuação no senado, a qual não correspondia à imagem de revolucionário sustentada em seus discursos.

Em um último momento ressalta-se o fechamento do Partido Comunista Brasileiro em 7 de janeiro de 1948 por determinação do governo Dutra, ocasião na qual são cassados os mandatos de todos os seus representantes, sendo o partido deslocado à ilegalidade novamente, ato que é satirizado pelo autor ao se referir ao receio de Prestes ao contar tal fato à Stalin e, através dessa medida adotada por Dutra, o autor da paródia prevê a futura prisão de Prestes na frase “quando me lembro que as coisas esta mudando, penso no xadrez que esta me esperando”. Dessa forma, ao relacionar tal frase ao corpo da paródia o autor atribui o caráter cômico a sua obra.

Como pode-se notar nas sátiras, paródias e anedotas citadas acima a sua grande parte se dirigia aos aspectos políticos brasileiros, em especial ao governo Vargas. Frente



a tal perspectiva, um fato torna-se curioso, uma vez que, apesar da acidez contida nas interpretações de Alvarenga e Ranchinho, a dupla foi convidada por Alzira Vargas, filha de Getúlio, para apresentar-se para o presidente Vargas no Palácio do Catete. Getúlio Vargas gostou tanto das músicas e paródias da dupla que mandou suspender a perseguição a suas composições políticas.

As atuações artísticas da dupla Alvarenga e Ranchinho são de grande relevância para a construção do cenário da música caipira no Brasil, devido ao pioneirismo e o espaço que a dupla conquistou frente aos meios de comunicação, principalmente no rádio e no cinema, o que permitiu que uma infinidade de duplas trilhasse o mesmo caminho.

No entanto, no que se refere a desafinada relação do caipira com a modernidade, que foi defendida e desejada pelo meio urbano, nota-se que o caipira em momento algum esta alheio a seus aspectos e anseios, pois ele apenas se coloca resistente a tal proposta como pode se ver na música “O divórcio vem Aí”:

R: "Êta mundo véio, hein, cumpadre? / A: É... / R: Violinha boa, essa, hein? / A: Ah... / R: Especiá memo, hein / A: Especiá de boa, cumpadre / R: Ô cumpadre, / A: Ahn? / R: Sabe de uma notícia? / A: Ahn? / R: Tão dizendo que o divórcio vem aí... / A: Uai, o que é divórcio, cumpadre? / R: Num sabe o que é divórcio, rapaz? / A: Não! / R: Divórcio é ansim mais ou menos, né, pre exempre / R: Vancê casa cuma mulher, mais vancê vai, num gosta dessa mulher, né, então vancê larga dela e casa co outra, depois então vancê pre exempre num gostô mais dessa outra, vancê larga dessa e casa co outra / R: E ansim por endiante / A: Ansim que é divórcio, é? / R: O divórcio é ansim / A: Ô, que coisa, né cumpadre / R: Tá torto, hein, cumpadre? / A: Tá torto! / R: Ô cumpadre, falando em divórcio / R: Eu tenho uma letra que eu inventei dessa negócio do divórcio vem aí / A: É? / R: Cê qué fazê um duete aí? / A: Ora, cumpadre, vambora / R: Então duete aí / R: Eita violinha boa, hein, cumpadre? Dá inté vontade de dançá / A: Vamo lá, cumpadre" (Alvarenga e Ranchinho, 1939)

É possível notar a resistência que o caipira apresenta à modernidade, não que ele não a compreenda ou esteja alheio a mesma, pelo contrário, ele a compreende e a representa, como é manifestado na definição de Ranchinho em o que seria o divórcio: *Vancê casa cuma mulher, mais vancê vai, num gosta dessa mulher, né, então vancê larga dela e casa co outra, depois então vancê pre exempre num gostô mais dessa outra, vancê larga dessa e casa co outra.*



Dessa maneira, a partir dessas crônicas narradas por Alvarenga e Ranchinho, pode-se questionar até que ponto essa suposta modernidade das relações sociais urbanas está incutido nas almas desses homens que se posicionam como modernos, ou seja, existe mesmo uma modernidade ou apenas uma modernização parcialmente importada de outros países?

Assim, podemos concluir que a dupla Alvarenga e Ranchinho contribuiu grandemente, através de suas interpretações, para desmistificar os estereótipos criados em torno da figura do caipira, tendo como principal ferramenta em suas performances e interpretações o bom humor, constantemente presentes em suas músicas, paródias e sátiras, as quais foram apresentadas ao longo desse breve artigo.

#### **Notas:**

\* Mestrando em História pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – Campus de Franca. E-mail: alessandro\_cavichia@hotmail.com

1. Para conquistar a ansiada fama, Barreto Pinto procurou a dupla de repórteres mais requisitada da época, David Nasser e Jean Manzon, a qual marcou a época do jornalismo brasileiro com reportagens que fizeram da revista 'O Cruzeiro', um sucesso editorial. A reportagem seria algo simples, apresentar um deputado que circulava com desenvoltura pela alta sociedade carioca. Para criar um clima de glamour, os jornalistas sugeriram que o deputado posasse de casaca, o que foi prontamente aceito. Mas David Nasser também fez outra sugestão a Barreto Pinto, como estava um dia de muito calor no Rio de Janeiro, então o próprio repórter e o fotógrafo disseram "*nós só vamos fotografar o senhor no plano americano, da cintura pra cima. Se quiser não precisa vestir a calça não, está muito calor*". E ingenuamente, o Barreto Pinto aceitou. Eles queriam mesmo uma coisa ridícula e fotografaram o Barreto Pinto de casaca da cintura pra cima, com gravatinha branca e tudo, mas também de cueca, o que levou a cassação do deputado.

#### **Referências Bibliográficas:**

ADORNO, Theodor, W. O fetichismo da música e a regressão da audição. Ensaio In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, p. 79-105.



ALONSO, Gustavo. *Cowboys do Asfalto: Música Sertaneja e Modernização brasileira*. {520} Tese de Doutorado apresentada Pós Graduação de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói 2011.

ARAÚJO, Lucas Antônio de. *A Representação do Sertão na Metrópole a Construção de um Gênero Musical (1929 – 1940)*. 2007. 127f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual Paulista, Franca.

BARBERO, Jesús Martín. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é Solido Desmancha no Ar: A aventura na Modernidade*. 14ª edição. São Paulo: Ed. Schwarcs Ltda, 1982.

CALDAS, Waldemyr. *O que é musica sertaneja*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CALDAS, Waldenyr. *Acorde na aurora: musica sertaneja e indústria cultural*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1979.

CANCLINI, Nestor Garcia Introdução (Estratégias para entrar e sair da modernidade) “Contradições Latino – americanas. Modernismo sem modernização?” In *Culturas Híbridas*, São Paulo, Edusp, 1998 p 67 – 84.

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CHARTIER, Roger. “Cultura Popular. Revisando um conceito Historiográfico” In *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 8, no. 16, 1995.



CHARTIER, Roger. "Introdução" In *A Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre. Ed Universidade/UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel.1988.

COHN. Gabriel. *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

DE CERTEAU, Michel. *A Cultura no Plural*. Campinas: Papyrus. 1995.

DIAS, Marcia Tosta. *Os donos da voz*. São Paulo: Boitempo, 2000.

FERRETE, J. L. *Capitão Furtado: viola caipira ou sertaneja?* Instituto Nacional de Música, Divisão de Música Popular, Funarte. Rio de Janeiro. 1985

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna In: Novais, Fernando (Coord.); Schuwarcz, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 559-658.

MORAES, J. Jota. *O que é música?* São Paulo: Brasiliense, 1983.

MORELLI, Rita de Cássia Lahoz. *Indústria Fonográfica: Um estudo antropológico*. Campinas: Editora UNICAMP, 1991.



MORIN, Edgar. *Cultura de massa no século XX: o espírito do tempo II* (neurose) Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1977.

NAPOLITANO, Marcos. *História & Música – história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

NAPOLITANO, M. *O conceito de “MPB” nos anos 60: história, questões e debates: mpb*, ano16, nº 31, jul/dez, 1999, p.12.

NEPOMUCENO, Rosa. *Música caipira: da roça ao rodeio*. São Paulo: Editora 34, 1999.

OLIVEIRA, Allan de Paula, *Miguilin foi para cidade ser cantor: uma Antropologia da música Sertaneja*. Tese de Doutorado em Antropologia. Florianópolis:Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

ORTIZ. Renato. *Cultura Nacional e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense. 1985.

PRADO. Caio Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANT’ANNA. Romildo. *Moda é viola: Ensaio do cantar caipira*, 2ª ed. São Paulo: Arte e Ciência. 2009.

SEVCENCO, Nicolau; NOVAIS, Fernando. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos no Rio. In: Novais, Fernando (Coord); Sevcenco, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Radio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 513-619.



SILVA, A. R. *Sinal fechado: a música popular brasileira sob censura (1937-45/1969-78)*, Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1994.

TAGG, Philip. *Everyday Tonality – Towards a tonal theory of what most people hear*. The mass media music scholar's press: New York & Montréal, 2009.

WILLIAMS, Raymond, *O campo e a cidade: Na História e na Literatura*, São Paulo. Companhia das Letras. 2011.

WOLNEY, Honório Filho. *O sertão nos embalos da musica rural (1929–1950)*. 1992. {139 f} Dissertação de Mestrado em História. São Paulo Pontífice Universidade Católica PUC/SP.

ZAN, José Roberto. *(Des)Territorização e Novos Hibridismo na Música Sertaneja*. Anais do V Congresso Latino americano da Associação Internacional para o Estudo da Música Popular. 2004.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, Recepção e Leitura*. São Paulo: EDUC, 2000.



## A ideologia racial do grupo neonazista Valhalla 88 e a influência da teoria racial de Adolf Hitler

*Guilherme Ignácio Franco de Andrade\**

**Resumo:** O estudo do grupo Valhalla 88 pretende investigar as questões raciais presentes na ideologia nacional socialista professada. O nazismo em sua estrutura tem como principal questão o arianismo (eugenia), a “purificação da raça”, pois apenas o “povo escolhido” teria “direito” a governar o mundo por sua “superioridade racial”, assim entendida por Adolf Hitler. A ideologia difundida pelo grupo Valhalla 88 procura tornar o Nacional Socialismo acessível a todas as pessoas, fazendo uma leitura que visa manipular e adaptar tais ideias, para que elas se apresentem como alternativa.

**Palavras-chave:** Nazismo, Neonazismo, Racismo

Os neonazistas no Brasil, em relação a questão racial apresentam várias divergências. Alguns grupos como os Carecas do Subúrbio e os skinheads tradicionais, são confundidos como grupos neonazistas, porém, eles são grupos de posicionamentos radicais e ultranacionalistas. Eles rejeitam o preconceito étnico, embora isso não os exclua da aversão a homossexuais, comunistas e judeus (COSTA, 2000, pg.145). Este é o ponto principal que separa grupos fascistas dos neonazistas, pois, a questão racial é um dos pontos que diferencia o nazismo de outros regimes autoritários. A questão racial, a supremacia eugênica alemã durante o nazismo, era considerada o projeto principal, ela é à base de toda sobrevivência e desenvolvimento de uma nação, o alicerce para o “desenvolvimento” e a “garantia do futuro” da sociedade ariana. Nos grupos que se afirmam enquanto nacional socialista, o racismo vai estar dentro da ideologia, mesmo que de forma sutil, quando em alguns pontos não está explícito.

Os neonazistas tentam erroneamente defender que a associação do nazismo com racismo, preconceito racial, é uma imagem criada pela mídia sionista para desmoralização do movimento.

[...] Os meios de comunicação são controlados por judeus, eles existem para sustentar as mentiras e o mundo fantasioso criado por este povo. As massas são dirigidas através dos bombardeios de mentiras e distorções que lhes são fornecidos pela mídia diariamente. Se os meios de comunicação não disseminassem mentiras sobre nós constantemente, o poder judaico estaria ameaçado, ou seja, este festival de baboseiras sobre nós é necessário para a manutenção da máquina sionista. [...] (Valhalla 88, 2012b)



Criam assim uma aversão da população em aceitar qualquer ideia de origem nacional socialista, por serem considerados pelas massas como sendo ignorantes e preconceituosos. O conceito de raça desenvolvido pelos neonazistas é fundamentado nas teorias eugênicas, baseadas em David Lane, Alfred Rosenberg, *Walter Darré* e o livro *Mein Kampf* de Hitler, eles acreditam que a cultura e a superioridade racial são passadas através do DNA e pelo sangue:

[...] “Pense que as bases fundamentais de sua existência se devem aos seus antepassados. Cremos firmemente que a Raça Branca Ariana é superior as demais raças, mas isto não deve ser visto como algo que vá contra a natureza, pois a superioridade de certas espécies sobre outras é parte da hierarquia natural.” (*Walter Darré – La Política Racial Nacional-socialista*) [...] (DARRE, 2012)

Em sua compreensão sobre raça, o Valhalla acredita que elas são manifestações do trabalho de milênios de evolução natural e criação da diversidade humana. Nos termos desse discurso, a raça equivaleria à maneira pela qual a natureza se manifesta em nós (Valhalla 88, 2012e). Sabe-se que não existem diferenças, pois o conceito raça não existe já que todos somos seres da mesma espécie. As pessoas agem de diferentes modos, tem diferenças linguísticas, por influência e construção socialmente determinada, o conjunto de relações sociais exerce poder sobre o indivíduo assim como as relações do indivíduo com a sociedade a transforma. O meio em que estão inseridas, sobretudo questões culturais, econômicas, classes sociais, colaboram para construção do ser social. E as principais classificações dos neonazistas em referência as raças “inferiores” são resultado do preconceito e da marginalização das classes baixas, sempre vinculadas às questões de aumento da criminalidade, da relação ao desemprego devido a migração dos nordestinos e nortistas (Valhalla 88, 2012e).

Baseado nas leituras raciais, a discussão sobre as diferenças entre as etnias, os neonazistas acreditam que o fruto de uma relação de miscigenação, o relacionamento entre duas diferentes etnias é uma praga, um vírus para corrente sanguínea, que corromperia e destruiria o trabalho da seleção natural:

[...] Não. Nenhuma mestiçagem é boa, miscigenação significa suicídio racial, representa o fim das características de ambos os elementos raciais envolvidos e o surgimento de uma criatura sem identidade alguma. A natureza é sábia e colocou cada raça em um continente, isto não ocorreu por acaso. [...] (Valhalla 88, 2012e)

Então para a suposta sobrevivência do grupo e sua “preciosa” raça, é preciso preservar e cultivar a herança de seus antepassados, a história e a cultura. Os neonazistas acreditam que



colaboram com a evolução da natureza, se pautando no darwinismo social onde apenas os mais fortes sobrevivem (Valhalla 88, 2012e). O nacional socialismo supostamente pregaria o respeito mútuo entre outros povos desde que exista respeito à cultura deles. Ao mesmo tempo temos provas incontestáveis de que o nazismo em si jamais respeitou qualquer tipo de diferença; aliás, a diferença causa medo, por isso à sustentação da teoria segregacionista (ARENDRT, 1989, pg.84).

O princípio do sangue é mais uma demonstração das possíveis atrocidades que os novos nazistas prometem. A defesa do sangue e dos genes será mais um capítulo em busca da “limpeza”, da solução final, onde o extermínio de deficientes, doentes, “inferiores”, será em nome da “salvação mundial”, tudo em busca do “aperfeiçoamento”, da eugenia. Outro aspecto que aparece vinculado ao nazismo clássico é o ódio a minorias étnicas, judeus e homossexuais que voltaram a ser novamente os alvos de perseguições. A novidade nesses grupos são os ataques contra os nordestinos. Eles se tornam a maior vítima de ódio e agressões, tanto morais quanto físicas. Os motivos para a adoção das práticas de segregação racial acabam sendo vinculados às posições sociais dos grupos étnicos no Brasil. Negros, pardos e nordestinos acabam sendo classificados como “sub-raça”.

As teorias de Charles Darwin sobre a evolução natural das espécies influenciaram as teorias da eugenia. O pesquisador Francis Galton defendia a tese de que a cultura e o conhecimento eram resultados da transmissão genética e não dos fatores ambientais (GALTON, 1883). Segundo Gobineau, a raça ariana tinha o direito ao domínio da sociedade, pois é nas classes dominantes que se concentravam as melhores qualidades genéticas, e os socialmente superiores eram os herdeiros da acumulação cultural depositada nos seus genes (DIWAN, 2011, pg. 40). Esse “tesouro genético” amealhado pela natureza através de séculos e séculos se aperfeiçoando, aprimorado pela seleção natural dos mais “aptos”, era o que permitiria aos arianos o controle da sociedade.

A teoria da Hereditariedade de Galton se baseava no princípio de que a cultura ancestral estava depositada no sangue e quando seu primogênito nascesse ele adquiria a sua cultura através dos genes herdados. Podemos ver que Galton apenas avaliava a questão genética, deixando de lado as implicações econômicas e sociais que existem. O grupo Valhalla 88, baseado nas teorias da eugenia de Galton, afirma que a herança cultural, se deve a nossos antepassados. A origem, os valores e a moral, assim como o amor pela terra, estariam presentes no sangue e as pessoas que convivem num mesmo lugar sob mesma cultura se reconhecem



como comunidade (Valhalla 88, 2012e). Pois esses, segundo o grupo, se emanciparam do sentimento do individualismo, assim agindo e pensando de forma similar.

A Eugenia, as teorias das raças, o darwinismo social, influenciaram a formação das bases do Nacional Socialismo, foram moldados pela ideia da eugenia, a Supremacia Racial. A eugenia foi a principal arma utilizada pelo Nazismo para afirmar que os alemães tinham direito à dominação sobre outras raças (GOODRICK-CLARKE, 2004). O mito da raça superior não foi criado primeiramente por Adolf Hitler. A política de extermínio não foi uma ideia autêntica do III Reich também, as teorias de superioridades raciais, de antissemitismo, seleção natural das espécies, foram pesquisas e trabalhos supostamente científicos, feitos a partir do século XIX.

As novas teorias raciais utilizadas pelo grupo Valhalla 88 são construídas a partir da década de 1980, principalmente nos Estados Unidos e na Europa. Um dos destaques mencionados pelo grupo no site é o supremacista racial David Lane (19838 – 2007). Durante sua vida, ele defendeu que a raça branca estaria em extinção, então propunha que a raça branca se isolasse do mundo, se organizando em fazendas ou sociedades segregadas (GOODRICK-CLARKE 2004, pg.33). Frases que ficaram conhecidas e foram utilizadas como slogans pelos grupos neonazistas, hoje é referência na forma de identificação dos grupos racistas e neonazistas (GOODRICK-CLARKE 2004, pg.35). Eles, após suas manifestações ou produção de artigo no final, utilizam os números 14/88. O número 14 é referência as quatorze palavras de David Lane “*Devemos assegurar a existência de nosso povo e um futuro para as Crianças Brancas*”<sup>1</sup> e o número 88 se refere às letras do alfabeto: 8 seria a letra H, os dois números 88 fazem referência a saudação nazista *Heil Hitler*.

Em sua história, Dave Lane tem uma extensa trajetória pelos movimentos radicais. Em sua primeira participação em grupos extremistas, Lane entrou na nova *Ku Klux Klan*<sup>2</sup> no estado do Colorado. Após sua entrada na KKK, David Lane foi além e organizou em Denver, um grupo seletivo de pessoas, que ele nomeou como Cavaleiros da KKK em 1979. Após perceber que a KKK atuava nas sombras da sociedade, Lane procurou outro grupo onde pudesse levar sua luta e a divulgar para sociedade, foi quando ele entrou no grupo separatista e terrorista Nação Ariana em 1981<sup>3</sup>. Em um dos congressos da Nação Ariana, Lane conheceu Robert Jay Mathews, e posteriormente fundaram o grupo terrorista “A Ordem” em 1983 (GOODRICK-CLARKE 2004, pg.36). Com sua nova organização Lane passou a escrever sua ideologia supremacista, incitando o ódio as minorias étnicas e criticando abertamente o Estado de bem-estar social, alegando que o Estado Norte Americano sustentava os negros e latinos, deixando



os brancos americanos morrer na miséria. Seu novo grupo, A Ordem, após pouco tempo de formação, agia como milícia, extorquindo dinheiro, assaltando propriedades, lojas de armas, roubos de aproximadamente quatro milhões de dólares (GOODRICK-CLARKE, 2004, pg.37). Em 1984 Lane foi preso e A Ordem foi proibida de atuar nos EUA. Ele foi acusado do assassinato de duas pessoas, de ameaça de bombas em sinagogas e formação de grupo terrorista. Durante sua vida na prisão Lane se dedicou a escrever livros sobre a supremacia ariana, sobre ciências políticas e sobre a extinção da população branca (GOODRICK-CLARKE, 2004, pg.37).

O grupo Valhalla 88 em sua ideologia racial argumenta que em primeiro momento é um grupo nacional socialista, procurando desmistificar segundo eles, qualquer alegação de racismo e xenofobia. Eles vão procurar expor sua concepção de mundo, como entendimento da sociedade atual, a partir das questões das diferenças raciais, do convívio entre diferentes raças no mesmo espaço geográfico. Em primeiro lugar a demonstração do darwinismo social e as afirmações das questões biológicas como proposições verdadeiras, como a questão do desenvolvimento das raças, as diferenças entre as raças, a purificação da raça, ou seja, o desenvolvimento da eugenia.

Em segundo lugar as ideias de David Lane sobre a extinção da raça branca são utilizadas para justificar a própria existência do grupo, sendo dessa forma não apenas uma ideologia, mas uma forma de sobrevivência. Com o desenvolvimento das bases ideológicas fica evidente que as contradições entre a apresentação do grupo e as bobagens justificáveis para sua existência e relevância, escondem (supostamente) a real intenção do grupo, a dominação da raça branca.

Dentre as fontes utilizadas pelos neonazistas para justificar a segregação racial, o principal livro utilizado por eles é o *Mein Kampf* (Minha Luta) de Adolf Hitler. Nesse livro, Hitler desenvolveu as suas teorias políticas, sua concepção de mundo, as questões de povo e raça. A partir do livro, Hitler construiu o programa partidário nacional socialista e expressava suas posições políticas contrárias à democracia, entendendo a mesma como uma força desestabilizadora, porque colocava o poder nas mãos das minorias étnicas, que tinham incentivos (por considerar o povo judeu como o principal destruidor das nações) para enfraquecer e desestabilizar mais o governo, ou seja, o governo sob controle dos judeus. Para Hitler o poder centralizado, forte, sem oposição, com apenas alguns indivíduos comprometidos com o desenvolvimento da nação, era a fórmula certa para o desenvolvimento de um país.





O ponto mais importante para nossa análise do *Mein Kampf* de Adolf Hitler é a questão da superioridade da raça ariana. A teoria nazista defende que a raça ariana é uma raça-mestra, superior a todas as outras. O nazismo, segundo Hitler, defende que uma nação é a máxima criação de uma raça, ou seja, o desempenho de uma nação é reflexo do desenvolvimento étnico. Consequentemente, as grandes nações seriam a criação de grandes raças. A teoria, segundo Hitler, propõe que as grandes nações alcançaram tal nível de desenvolvimento, devido seu poderio militar e intelectual e que estes, por sua vez, se originam em culturas racionais e civilizadas, que, por sua vez ainda, foram criadas por uma raça com boa saúde (pura), natural (homogênea) e traços agressivos (xenófobo), inteligentes (capitalistas) e corajosos (assassinos). As nações mais fracas seriam então aquelas criadas por raças impuras, fruto da miscigenação, isto é, que não apresentam a totalidade de indivíduos de origem única.

Para entender o pensamento racial presente no livro, devemos entender a concepção de povo, raça e nação apresentado por Adolf Hitler. No capítulo específico “Povo e Raça”, Hitler procura demonstrar que as raças são frutos do desenvolvimento milenar de aperfeiçoamento da natureza, embora nem todas as raças sejam iguais. Partindo do conceito de que a natureza é quem controla o universo, sendo ela acima de todas as leis que existe, Adolf Hitler procura demonstrar que cada raça tem como obrigação natural se relacionar apenas com seus semelhantes:

[...] A observação mais superficial nos mostra, como lei mais ou menos implacável e fundamental, presidindo a todas as inúmeras manifestações expressivas da vontade de viver na natureza, o processo em si mesmo limitado, pelo qual esta se continua e se multiplica. Cada Animal só se associa a um companheiro da mesma espécie. [...] (HITLER, 2005 pg. 185)

Em outras palavras, segundo Hitler, essa relação na natureza, entre os animais, seria uma evidência de que não deveria haver miscigenação entre raças diferentes. As diferentes raças devem se preservar e se relacionar apenas com seus semelhantes, partindo do ponto em que raça significava, para o nacional socialismo, “raça ariana”, que seria tão diferente de qualquer outra etnia que não deveria existir miscigenação, pois estaria interferindo no processo natural civilizador. E como resultado de uma possível mistura entre as raças, Hitler afirma que a própria natureza se incumba do papel de controlar:



[...] Quando qualquer outra manifestação que agrida as leis naturais, a natureza começa a defender-se por todos os meios e protesto mais evidente consiste, ou em privar futuramente os bastardos da capacidade de procriação ou em limitar a fecundidade dos descendentes futuros, na maior parte dos casos, ela os priva da faculdade de resistência contra as moléstias ou ataques hostis. [...] (HITLER, 2005 pg. 186)

A natureza nesse formato colocado na ideologia nazista tem o papel de regulamentador, de assegurar que as raças permaneçam “puras” e em caso de qualquer agressão as leis a própria natureza cuida em eliminar. Para Hitler, as forças da natureza agem por livre e espontânea vontade, as agressões causadas por irresponsabilidade – a miscigenação – tendem a futuramente serem destruídas pela própria natureza e também a natureza age transformando o resultado de algo proibido em algo desprezível. Dessa forma o nacional socialismo nada mas faz que pregar a segregação racial e o programa de higienização da sociedade, porque eles apenas agem para não ir contra as leis mais antigas da sociedade, da “mãe natureza”. Da para notar a grande influência que os discursos de eugenia e seleção natural, serviram de base para fundamentação da ideologia racial do nazismo. Conforme Diwan (DIWAN, 2011, pg. 45) muito antes da ascensão do Nazismo, a eugenia e as práticas de segregação racial já estavam inseridas em diversos países da Europa, legalizada e implantada por parte do estado em países de ideologia democrática, conhecido como processo de higienização. Nos Estados Unidos (DIWAN, 2011, pg. 47) em 1907 foi concebida a primeira lei para esterilização com o intuito de melhoria racial. Na época centenas de milhares de pessoas, fizeram parte do programa de esterilização com o objetivo de padronização racial. Muitas das ideias implantadas na Alemanha Nazista foram inspiradas nas leis eugênicas criadas no EUA (DIWAN, 2011, pg. 47).

No capítulo povo e raça, Hitler procura envolver os leitores no discurso sobre a natureza, citando diversos exemplos sobre animais, animais híbridos, fazendo comparações absurdas entre animais e pessoas, também a toda hora fazendo alusões as raças e o início da civilização. Segundo o autor existiriam três grandes grupos de raças no mundo, sendo elas a raça branca, constituída por diversas variedades e compostas por diferentes origens. Sendo elas a raça branca presente em sua maioria na Europa e na América do Norte, especificamente Estados Unidos e Canadá. A raça amarela seria composta por duas vertentes os árabes e mulçumanos no Oriente Médio e os orientais na Ásia, neste caso Hitler coloca diferentes grupos étnicos em um mesmo grupo, sem analisar a fundo as características diferentes que existem nas diversas nações que compõem o Oriente Médio. E a última a raça negra originalmente da África.



A raça branca para Hitler era a progenitora de todo desenvolvimento cultural, político, artístico e intelectual que existe na sociedade contemporânea ocidental. Mais especificamente quando ele aborda a raça branca, ele quer dizer os brancos descendentes dos Arianos, sendo eles germânicos e nórdicos. Esse conceito foi desenvolvido em meados do século XIX, pelo diplomata e escritor francês, o conde de Gobineau, quem propôs o conceito de "raça ariana", defendendo a superioridade dos brancos sobre negros, amarelos e semitas (GOODRICK-CLARKE, 2004, pg.45). Gobineau classificava como "ariano" os povos nórdicos e germânicos, que para ele representavam o ápice da civilização, sendo responsáveis por todo o progresso da humanidade ao longo da história (GOODRICK-CLARKE, 2004, pg.45).

A partir do ponto em que Hitler separa as raças por importância, por desenvolvimento intelectual e assim considerando os brancos como supostamente "descendentes" dos arianos, ele se prepara para dar início ao que ele chama de política de guerra. Ele procura desenvolver uma linha de raciocínio demonstrando que sociedades, obviamente europeias, fracassaram no percurso da história por possuírem traços de impureza racial, dotada da miscigenação e da perda do caráter puro da raça ariana.

O insucesso destas sociedades segundo ele é devido a mistura racial, pois o resultado do cruzamento de raças limitaria as condições do ser que nasceria dessa relação. Assim, o nacional socialismo acreditava que, em um cruzamento entre diferentes raças, seus descendentes nunca poderiam ter aspirações de chegar ao brilhantismo da raça mais forte, porque carregaria consigo os genes fracos das raças inferiores (HITLER, 2005 pg. 187).

De acordo com a concepção no nacional socialismo, as artes, a cultura, o desenvolvimento da ciência, o mundo contemporâneo, são resultados do desenvolvimento e aperfeiçoamento da raça ariana e sem ela, o nível intelectual e de desenvolvimento da humanidade se encaminharia para a destruição (HITLER, 2005 pg. 188). E conseqüentemente o maior pecado que poderia existir na natureza é a extinção do sangue dos arianos. Podemos observar na leitura do livro, que Adolf Hitler, pressupõe que a raça ariana, tem por direito natural, dominar o mundo. E para isso é fundamental que se elimine qualquer ameaça possível a dominação alemã. Quando o livro foi escrito em 1925 já estava claro que se o nacional socialismo chegasse ao poder, Hitler (HITLER, 2005 pg. 191) colocaria em prática o plano de limpeza racial na Europa, a começar pela Alemanha.



[...] O homem que desconhece e menospreza as leis raciais, em verdade, perde, desgraçadamente, a ventura que lhes parece reservada. Impede a marcha triunfal a melhora das raças com isso estreitando também a condição primordial de todo progresso humano. No decorrer dos tempos, vai caminhando para o reino animal indefeso, embora portador de sentimentos humanos. [...] (HITLER, 2005 pg. 191)

A julgar que a miscigenação traria novamente o homem a barbárie, a concepção de raça de Hitler estava inserida na concepção das teorias de inferioridade racial, que outrora dominava o pensamento social e étnico das sociedades modernas e contemporâneas (CONTE; ESSNER, 1995, pg.84). Tal pensamento sugeria que os negros eram bestas, bárbaros, selvagens, animais domados, assim como os indígenas (CONTE; ESSNER, 1995, pg.85). Para Hitler (HITLER, 2005. pg. 191) os negros escravos, assim como as raças ditas inferiores, já desempenharam seus papéis na sociedade, assim como os cavalos e outros animais que foram domesticados para servir ao homem (branco ariano).

E ainda como se a comparação aos animais não bastasse, Hitler acreditava que o momento atual, com a industrialização e o desenvolvimento tecnológico em níveis avançados (para a época), logo dispensaria a utilização da mão de obra de raças inferiores. Como o nazismo ainda não tinha chegado ao poder, Hitler acreditava que poderia dispensar a mão de obra de estrangeiros e judeus. Porém com a ascensão do nazismo e o comprometimento do mesmo com a máquina de guerra e as indústrias das elites alemãs, não foi possível abrir mão de toda mão de obra, como anteriormente fora planejado. Em seu livro Hitler tinha a noção que a dominação de raças inferiores tornou possível o desenvolvimento da sociedade. A princípio Hitler acreditou que o papel das raças “inferiores” já teria chegado ao limite na sociedade ariana, que logo a tecnologia supriria a mão de obra indesejada. Porém durante a guerra nas indústrias alemãs a mão de obra em sua maioria era composta por prisioneiros, sendo eles judeus, ciganos, socialistas e a população de países conquistados em sua maioria poloneses. (ARENDDT, 1989, pg.455)

A possibilidade segundo Hitler de o homem vencer a natureza, não passava de uma nefasta mentira genuinamente judaica, ideia segundo ele tão miserável em sua essência que não poderia ser concebida (HITLER, 2005. pg. 193). Nesse ponto em que Hitler cita os judeus, ele vai procurar fazer um paralelo entre a raça ariana, elencando suas qualidades e sua “fantástica história“ de como ela praticamente “sozinha” foi responsável pela construção do mundo (HITLER, 2005. pg. 194). E pretende mostrar ao mundo como o judeu durante milhares de anos



usurpou, explorou os povos arianos, crescendo como parasita nas sociedades, sem “colaborar com absolutamente nada” no desenvolvimento da sociedade. (HITLER, 2005. pg. 196)

O grupo Valhalla 88 procura utilizar o livro de Hitler como modelo doutrinário para vida, mais para que isso seja efetivo na prática, O Valhalla 88 deveria romper com a maioria das relações existentes em sua vida. O conflito que existe no movimento neonazista parte do viés de aplicação prática do que supostamente eles dizem seguir, ou seja, da separação completa entre “arianos” das outras etnias existentes no mesmo tempo e espaço. Em outras palavras o movimento é contraditório em sua essência, os próprios membros e líderes do movimento não podem confirmar categoricamente que suas ascendências possuem qualquer ligação com os ditos “primeiros homens”, o povo ariano. Fica evidente que tanto a doutrina nazista e a ideologia proposta pelo grupo Valhalla 88, devem inexoravelmente preencher o perfil “racial” correto, pois partindo das suas próprias alegações, qualquer mistura com “raças” inferiores privaria o futuro de seus descendentes. A própria existência do grupo coloca em risco os elementos básicos da doutrina nacional socialista.

### Notas

\* Mestrando no Programa de Pós Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Campus Marechal Cândido Rondon. Sob orientação do Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil. Bolsista Capes. guilherme\_andrade@hotmail.com

1. Tradução da frase original “*We must secure the existence of our people and a future for White Children*”
2. O KU KLUX KLAN, conhecido como KKK, foi um movimento de supremacia branca criado nos Estados Unidos durante após Guerra Civil, o grupo pregava o segregacionismo das raças nos EUA e queria impedir ascensão da comunidade negra no país.
3. O grupo Aryan Nation (Nação Ariana) é um grupo separatista Estadunidense, formado em Idaho em 1970, prega a supremacia branca e o isolamento dos caucasianos do resto dos Eua. Considerado como grupo terrorista, a Nação Ariana foi responsável por diversos ataques a comunidades judaicas, homossexuais e políticos democratas.

### Referências Bibliográficas



- ARENDDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CONTE, E; ESSNER A *Demanda da raça: Uma antropologia do Nazismo*. Instituto Piaget, Lisboa, 1995.
- COSTA, M. R. C. *Carecas do Subúrbio: Caminhos para o nomadismo moderno*. São Paulo: Musa, 2000.
- DARRE, W. *A Política Racial Nacional Socialista*. Disponível em: <  
[http://www.nuevorden.net/portugues/raza\\_20.html](http://www.nuevorden.net/portugues/raza_20.html)> acesso em 6 agosto de 2012
- DARWIN, C. *A ORIGEM DAS ESPECIES*. São Paulo: MARTIN CLARET 2004
- DIWAN, P. *Raça Pura: Uma História de eugenia no Brasil e no Mundo*. Editora Contexto, São Paulo, 2011.
- GALTON, F. *A hereditariedade do Gênio*. (1883)
- GOODRICK-CLARKE, N. *Sol Negro: Cultos Arianos, Nazismo Esotérico e Políticas de Identidade*. São Paulo, Madras, 2004.
- HITLER, A. *Minha Luta – Mein Kampf*. São Paulo: Centauro.2005 pg. 185